

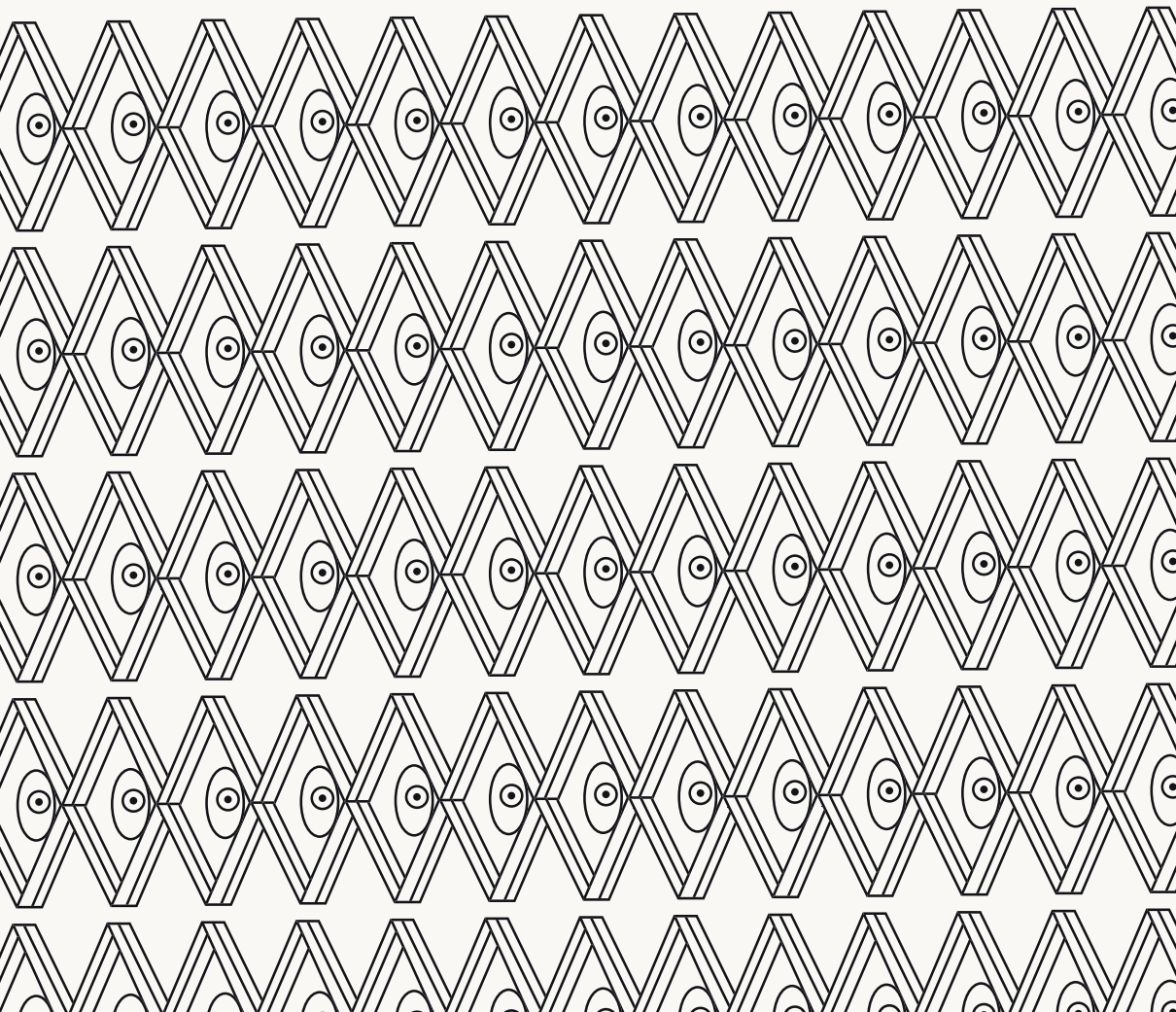


**60 anos do golpe de 1964**  
o Amazonas em perspectiva

César Augusto Bubolz Queirós  
(org.)

# **60 anos do golpe de 1964** o Amazonas em perspectiva

César Augusto Bubolz Queirós  
(org.)



Governo do Estado do Amazonas

Wilson Miranda Lima  
**Governador**

Universidade do Estado do Amazonas

André Luiz Nunes Zogahib  
**Reitor**

Kátia do Nascimento Couceiro  
**Vice-Reitora**

*editora***UEA**

Isolda Prado de Negreiros Nogueira Horstmann  
**Diretora**

Maria do Perpetuo Socorro Monteiro de Freitas  
**Gerente Editorial**

Wesley Sá  
**Editor Executivo**

Raquel Maciel  
**Produtora Editorial**

Isolda Prado de Negreiros Nogueira Horstmann (Presidente)

Adriana Távora de Albuquerque Taveira

Carlos Mauricio Seródio Figueiredo

Gislaine Regina Pozzetti

Josefina Diosdada Barrera Khalil

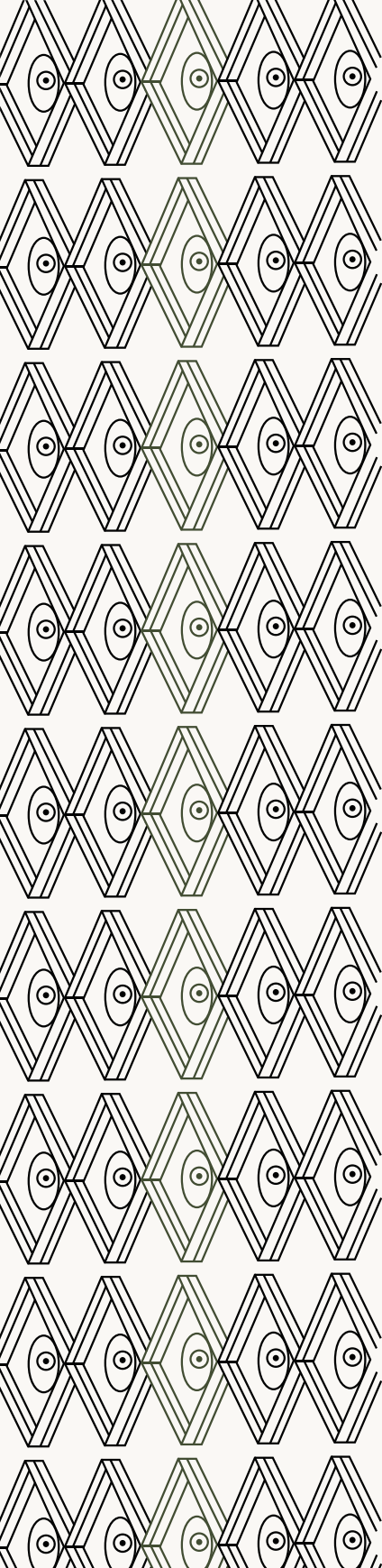
Katell Uguen

Orlem Pinheiro de Lima

Silvia Regina Sampaio Freitas

Vanúbia Araújo Laulate Moncayo

**Conselho Editorial**



# **60 anos do golpe de 1964** o Amazonas em perspectiva

César Augusto Bubolz Queirós  
(org.)





Hillary Vieira  
Wesley Sá  
**Revisão**

Raquel Maciel  
**Projeto gráfico e diagramação**

Todos os direitos reservados © Universidade do Estado do Amazonas  
Permitida a reprodução parcial desde que citada a fonte

Esta edição foi revisada conforme as regras do Novo Acordo  
Ortográfico da Língua Portuguesa

S493  
2024

60 anos do golpe de 1964: o Amazonas em perspectiva / Org. César Augusto Bubolz Queirós. – Manaus (AM): Editora UEA, 2024  
187 p.: il., color; [E-book]. – (Coleção: Anpuh)  
Formato PDF

ISBN: 978-85-7883-693-1

Inclui referências bibliográficas

I. História do Amazonas. 2. Golpe civil-militar de 1964. I. Queirós,  
César Augusto Bubolz. (Org.) II. Título


CDU 1997 – 94(811.3)

*Elaborada pela bibliotecária Sheyla Lobo Mota CRBII/ 484*

Editora afiliada  
  
Associação Brasileira  
das Editoras Universitárias

*editora*UEA

Av. Djalma Batista, 3578 – Flores | Manaus – AM – Brasil  
CEP 69050-010 | +55 92 38784463  
editora.uea.edu.br | editora@uea.edu.br



# Sumário



**| 06 |**

Prefácio

**| 08 |**

Apresentação

**| 17 |**

Amazonas e Pará sob a mira do golpe

**| 41 |**

Aos trancos e barrancos: a formação da Aliança Renovadora Nacional (Arena) no Amazonas (1965-1966)

**| 60 |**

A ditadura e a política para a Amazônia nos primeiros anos após o golpe de 1964

**| 79 |**

O Brasil invade a Amazônia: estratégias de ocupação e domínio da Amazônia na ditadura militar brasileira

**| 99 |**

De *Miranda* à *A charge do Miranda*: entre fatos cômicos e processos humorísticos (1974-1976)

**| 121 |**

Os impactos da entrada dos grandes projetos desenvolvimentistas e do grande capital em territórios tradicionais no Amazonas e em Roraima durante a ditadura civil/empresarial/militar

**| 143 |**

Redes de resistências: experiências estudantis e o controle político da ditadura militar na Amazônia amazonense (1964 - 1985)

**| 165 |**

Uma Igreja desafiada: a atuação das CEBs em Manaus no contexto da ditadura militar (1964-1985)

**| 184 |**

Sobre os autores

## Coleção ANPUH-AM

Ao longo de toda a nossa gestão, buscamos incentivar um olhar ao mesmo tempo crítico e atento, criterioso e generoso para tudo aquilo que foi e vem sendo produzido sobre história no/do Amazonas. Da produção memorialística e laudatória até os dias atuais, nos mais diferentes espaços de sociabilidade intelectual do estado, a História, como disciplina e como campo de interesse, tem sido fundamental para pensar as identidades locais, suas relações com o nacional, bem como os projetos do tão propalado desenvolvimento aventados ao longo dos últimos tempos para o Amazonas e suas gentes.

Não à toa, o tema do VII Encontro Estadual de História é História do Amazonas: desafios e conexões. Desafios porque, claro, temos olhos voltados para o futuro. Esperançosos de que a interiorização da universidade pública siga dando frutos, multiplicando os temas, fontes e abordagens da historiografia amazonense. Ciosos também de que da articulação da comunidade historiadora brotem não apenas novos talentos individuais, professores-pesquisadores qualificados e competentes, mas igualmente – ou até principalmente – projetos coletivos capazes de dar conta da complexidade da tarefa em curso, da necessidade de revisitar os clássicos e superá-los (não em termos meramente cronológicos e qualitativos), tendo em vista as novas questões que se impõem [...] conexões porque entendemos que é preciso ainda nos expandir em várias direções: reforçar nossos vínculos com o

que se ensina e aprende – e com como se ensina e aprende História – no Ensino Básico, estabelecer diálogos mais críticos e criativos com as políticas de memória e patrimônio, com as novas tecnologias e as novas formas de divulgação histórica.

Por todas essas razões, concebemos e implementamos, através de edital, esta coleção de e-books. Ela não tem outras pretensões que não sejam atualizar o debate atual sobre os mais diversos temas de história e historiografia do Amazonas e, complementarmente, fazer chegar nas mãos dos professores da rede de Ensino Básico um material de fácil acesso, gratuito e de qualidade. É também um pontapé inicial, uma iniciativa que poderá ser replicada nas próximas gestões, de tal modo que possamos cumulativamente ampliar a produção e circulação de conhecimentos históricos no Amazonas.

Esperamos que as pesquisas reunidas em cada volume suscitem não apenas a apreensão curiosa dos leitores, mas também a produção de novos/outros trabalhos. Como qualquer coletânea, os textos podem ser lidos juntos ou separados e cada e-book pode ser aproveitado de acordo com os interesses de quem o consulta. Dessa forma, os capítulos podem ser recompostos e revirados. E todas as lógicas – e intensões iniciais dos autores – manejadas e reapropriadas pelos estudantes, professores e pesquisadores que com ela travarem contato. Desejamos a tod@s um excelente aproveitamento da nossa coleção.

Diego Omar da Silveira | Presidente da ANPUH-AM  
Leandro Coelho de Aguir | Vice-presidente da ANPUH-AM



Neste ano de 2024, diversos eventos acadêmicos e/ou organizados pelos movimentos sociais estão sendo realizados com o intuito de discutir os múltiplos significados do golpe civil-militar de 1964 e dos 21 anos de ditadura que se seguiram, conduzindo o país pela esteira do autoritarismo, da repressão e de graves violações contra os direitos humanos. Tal preocupação é extremamente pertinente por diversos motivos: primeiramente, porque, como dito, neste ano, o golpe de 1964 completa 60 anos, o que por si só já justifica a necessidade de, buscando inspiração em Chico Buarque de Holanda, relembrar esta “página infeliz de nossa história”. No entanto, nos últimos anos, o país flertou abertamente com o autoritarismo e viu discursos que faziam apologia à ditadura e à tortura ganharem visibilidade e, pior ainda, representatividade. Nossas instituições democráticas estiveram seriamente ameaçadas e, há pouco mais de um ano, em 08 de janeiro de 2023, vimos perplexos ações com intuítos francamente golpistas e antidemocráticas colocarem o país em estado de alerta.

A vasta produção historiográfica sobre o tema, alicerçada em décadas de árdua pesquisa em variada documentação, vem sendo questionada por um discurso positivado da ditadura, discurso que confronta a pesquisa histórica com a memória reabilitada do período, sem considerar que História e Memória são formas distintas de acesso ao passado (Joutard, 2008). Dessa forma, ao analisar o golpe de 1964 e a ditadura militar, os historiadores e professores têm sido instados a ensinarem a visão dos “dois lados”, acusando os historiadores

de “doutrinação” e responsabilizando “a esquerda” por solidificar uma visão crítica ao golpe e à ditadura militar. Em um texto de 2012, Pere Petit e Jaime Cuéllar comemoravam que “passados 27 anos do fim da ditadura civil-militar, o Brasil está, certamente, bem distante de medos de represálias típicos dos tempos de práticas ditatoriais” (Petit; Cuellar, 2012, p. 171). Infelizmente, e para a tristeza de todos nós, parece que essa situação sofreu uma rápida transformação.

As disputas em torno da memória sobre a ditadura militar no Brasil se intensificaram, reforçando a necessidade de pensar criticamente nosso passado recente. Nesse sentido, Nora destaca o fato de que toda história contemporânea deve ser entendida como “uma linha que separa a história hoje viva da história hoje morta” (Nora, 1989, p. 52). A história do tempo presente torna-se, portanto, uma história “que fere, que faz sangrar, porque rema fatalmente na contracorrente da imagem que uma sociedade tem necessidade de construir acerca de si mesma para sobreviver” (Nora, 1989, p. 53). Assim, falar sobre os tempos da ditadura militar implica abordar um passado repleto de memórias, afetos e sensibilidades. Tal passado é rememorado de forma idílica e nostálgica, opondo-se diametralmente a um presente fustigado pelo tempo. É um passado incômodo, que não se quer lembrar!

O surgimento e o visível impulso alcançado pela História do Tempo Presente se dá, em grande medida, pela necessidade de recuperar o sentido do termo História Contemporânea (Neto; Ramos, 2014). Para Hobsbawm, a História do Tempo Presente é aquela que corresponde ao tempo de vida do próprio historiador, sendo uma “história inacabada” e, por natureza, uma história em construção (Hobsbawm, 2005, p. 132). Carlos Fico salienta que um dos problemas da História do Tempo Presente é a pressão dos contemporâneos, isto é “a possibilidade desse conhecimento histórico ser confrontado

pelo testemunho dos que viveram os fenômenos que busca narrar e/ou explicar” (Fico, 2012, p. 49).

Nesta direção, Rodrigo Patto Sá Motta ressalta a “centralidade dos eventos ocorridos em 1964 no debate público recente”, destacando que “os eventos relacionados ao golpe e à ditadura se tornaram moeda corrente no debate público recente, servindo de baliza para orientar os projetos políticos em conflito, em não apenas no campo eleitoral” (Motta, 2021, p. 9-11). No entanto, se a História entra em cena de forma determinante no debate público, não se pode dizer o mesmo dos historiadores que, em virtude de um discurso negacionista e conspiracionista que se tornou bastante representativo em alguns grupos sociais, passaram a ser vistos com ceticismo e acusados de “doutrinação comunista”.

E é por essa razão que a publicação desta coletânea, intitulada *60 anos do golpe de 1964: o Amazonas em perspectiva* se reveste de particular importância ao se propor a discutir os impactos do golpe de 1964 e da ditadura militar sobre o estado do Amazonas, reunindo contribuições de diversos pesquisadores que vêm realizando trabalhos no âmbito do Mestrado e do Doutorado e colocando este objeto no centro de suas análises.

A despeito da produção acadêmica que vem buscando analisar os impactos da ditadura militar sobre a Amazônia, percebe-se uma tentativa de apagamento ou mesmo de reabilitação dos feitos da ditadura militar na região. Muitas vezes, ignora-se as violências, as perseguições e a repressão para dar visibilidade a um suposto legado econômico deixado pelos militares, com a efetiva implementação da Zona Franca de Manaus e com os projetos desenvolvimentistas para a região. Às vésperas do golpe de 1964, Manaus possuía uma população de 189 mil habitantes e era tida como uma cidade “provinciana e ilhada, capital de um estado reflexivo, distante do poder central”. Esse distanciamento dos grandes centros

decisórios teria evitado que a cidade tivesse que enfrentar a repressão e as violências da ditadura militar, que teriam se concentrado nos maiores centros urbanos. Estaríamos, pois, “protegidos pela distância”.

No entanto, como as pesquisas acadêmicas demonstram claramente, desde muito cedo a região sofreu os efeitos da ditadura que se instalava e as prisões arbitrárias, a perseguição política, as intervenções nos sindicatos, a censura aos jornais, a repressão e o autoritarismo foram uma constante nestes 21 longos anos. Os estudos sobre o golpe de 1964 e sobre a ditadura militar no estado do Amazonas ainda estão em fase de consolidação, mas já é possível identificar um número considerável de trabalhos que analisam o período, entre pesquisas de Iniciação Científica, Mestrado e Doutorado<sup>1</sup>.

Tais trabalhos comprovam que o autoritarismo e a repressão logo se impuseram no estado. Na primeira lista de cidadãos que tiveram mandatos e direitos políticos cassados em decorrência do Ato Institucional nº I, em 10 de abril de 1964, já estavam os nomes do ex-governador Gilberto Mestrinho de Medeiros Raposo e do deputado federal Almino Monteiro Alvares Afonso, eleito pelo PTB em 1962 (Ato do comando supremo da revolução nº 1, de 10 de abril de 1964, p. 28). No início de maio, o deputado Federal Arlindo Porto (PTB) teve seu mandato cassado após reunião ordinária da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas (ALEAM), tendo sido preso logo em seguida (Queirós, 2019). Arlindo Porto foi o primeiro deputado estadual a perder o mandato na ditadura militar. No âmbito municipal, o vereador Manoel Rodrigues da Silva, ex-dirigente do Sindicato dos Estivadores<sup>2</sup>, e seu suplente

---

1 Sobre a produção desenvolvida no estado sobre o golpe de 1964 e a ditadura militar ver Queirós (2020) e Queiroz (2021).

2 Em abril, o Sindicato dos Estivadores de Manaus sofreu uma intervenção militar. (*Jornal do Commercio*. Manaus, 28/04/1964, p. 1).

Othon Mendes, além do vereador Nathanael Rodrigues<sup>3</sup>, também tiveram seus mandatos cassados na Câmara de Vereadores de Manaus. Em 14 de junho, foi a vez do governador Plínio Ramos Coelho (PTB) ter seu mandato cassado e seus direitos políticos suspensos por dez anos (Queirós, 2016). No entanto, mesmo com a deposição, o ex-governador não teve descanso e acabou sendo preso em virtude das denúncias de corrupção (Queirós, 2018). No mesmo dia da prisão do ex-governador Plínio Coelho, o governador Arthur Cezar Ferreira Reis ordenou a ocupação militar do parlamento estadual (Jornal do Commercio, 11/08/1964). Arthur Reis ordenou ainda o fechamento dos jornais *O Trabalhista* e *A Gazeta* (Jornal do Commercio, 13/08/1964), ambos pertencentes ao grupo Difusão, sendo seus redatores enquadrados na Lei de Segurança Nacional. Seu redator-chefe, Manoel José Antunes, foi preso e recolhido ao quartel da milícia (Jornal do Commercio, 13/08/1964).

Os impactos dos projetos desenvolvimentistas na região foram particularmente nefastos para as populações indígenas. O relatório da Comissão Nacional da Verdade (CNV) apresenta a estimativa de que pelo menos 8.350 indígenas tenham sido mortos em todo o país durante o período investigado. Este relatório, apresentado em dezembro de 2014 à Presidenta Dilma Rousseff, apresenta um texto temático sobre as graves violações cometidas contra os direitos humanos das populações indígenas no período ente 1946 e 1988. O texto, coordenado por Maria Rita Kehl, evidencia “uma pequena parcela” das graves violações sofridas pelos povos indígenas no Brasil e reforça que essas violações não são esporádicas nem acidentais: “elas são sistêmicas, na medida em que resultam diretamente de políticas estruturais de Estado, que respondem por elas, tanto por suas ações diretas quanto pelas suas omissões”.

---

3 Manoel Rodrigues da Silva, Othon Mendes e Nathanael Rodrigues integravam os quadros do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) no Amazonas.

Para o estado do Amazonas, o impacto sobre a etnia dos Waimiri-Atroari é, talvez o mais dramático (Silva Filho, 2015). O relatório, intitulado *O Genocídio do Povo Waimiri-Atroari*<sup>4</sup> e coordenado por Egydio Schwade<sup>5</sup> e Wilson Braga Reis, traz farta documentação sobre o massacre dos índios Waimiri-Atroari durante a construção da BR-174 – trecho que liga Manaus a Boa Vista – pela ditadura militar e destaca os impactos que os projetos políticos e econômicos da ditadura tiveram sobre as populações indígenas, evidenciando que, embora os crimes cometidos contra os povos indígenas da região já fossem desencadeados desde antes da ditadura militar, eles se intensificaram durante o período em virtude da negligência e do acobertamento do governo e do favorecimento aos interesses dos latifundiários, mineradores e do agronegócio.

Recentemente, a descoberta do relatório elaborado pelo procurador Jäder Figueiredo nos arquivos do Museu do Índio em 2012 no contexto das investigações da Comissão Nacional da Verdade e a posterior divulgação desta valiosa documentação representaram um novo fôlego às pesquisas sobre o tema e escancaram o genocídio sofrido pelos povos indígenas bem como as graves violações dos direitos humanos sofridos por essas populações, tais como mortes, torturas, desaparecimentos, violências, desterritorializações e esbulhos de terra. Com a disponibilização de tão farta documentação sobre as violações dos direitos humanos sobre as populações indígenas, foi possível a consolidação de um campo de estudos que tem como objeto as violências cometidas contra os povos

---

4 O primeiro volume do relatório da Comissão da Verdade do Amazonas coordenado por Egydio Schwade e Wilson Braga Reis e intitulado *O Genocídio do Povo Waimiri-Atroari* pode ser acessado no site: [http://www.dhnet.org.br/verdade/resistencia/a\\_pdf/r\\_cv\\_am\\_waimiri\\_atroari.pdf](http://www.dhnet.org.br/verdade/resistencia/a_pdf/r_cv_am_waimiri_atroari.pdf)

5 Egídio Schwade é um dos mais devotados defensores dos povos indígenas na Amazônia. Foi um dos fundadores do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), tendo participado também da fundação da Comissão Pastoral da Terra (CPT). Ver Silva Filho (2018).

indígenas, as violações de seus direitos e suas formas de resistência durante a ditadura militar (1964-1985).

Perseguição política, mandatos cassados, governadores depostos, fechamento do Legislativo estadual, confrontos e aposentadorias no Judiciário, fechamento de jornais, perseguição à imprensa, genocídio da população indígena, enfim, somente sem um olhar mais atento às fontes é que se poderia relativizar ou minimizar os impactos da ditadura e do autoritarismo no estado. Tal afirmação é claramente contrária a qualquer análise mais apurada do contexto local.

Assim, a presente obra tem como objetivo contrapor a visão harmônica e idílica de um estado que não teria sofrido os impactos do autoritarismo e da repressão a partir da contribuição de pesquisadores e pesquisadoras que estabelecem uma visão crítica sobre o tema, amparada em extensa pesquisa empírica e em denso referencial teórico e metodológico. Ao reunir as reflexões de pesquisadores e pesquisadoras que têm se dedicado a refletir academicamente sobre a ditadura militar no estado do Amazonas, esta coletânea traz valiosa contribuição não somente à historiografia amazonense, mas à própria sociedade, uma vez que coloca como central o direito à memória ao lançar luzes sobre uma questão fundamental, podendo servir ainda de material que possa ser levado às salas de aula na Educação Básica e podendo ser utilizada de apoio aos docentes.

César Augusto Bubolz Queirós

- ATO do comando supremo da revolução nº 1, de 10 de abril de 1964. Manaus, 2014, p. 28.
- FICO, C. História do Tempo Presente, eventos traumáticos e documentos sensíveis: o caso brasileiro. *Varia História*. [online]. 2012, p. 49.
- HOBSBAWM, E. O Presente como história. In: HOBSBAWM, E. *Sobre História*. São Paulo: Cia das Letras, 2005, p. 132.
- JOUTARD, P. Reconciliar História e Memória? *Revista Escritos*. Rio de Janeiro, Fundação Casa de Ruy Barbosa, n. 1, Ano 1, 2008.
- MOTTA, R. P. S. *Passados presentes: o golpe de 1964 e a ditadura militar*. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.
- NETO, S.; RAMOS, V. S. História do Tempo Presente, diálogos com a História Pública e com o ensino de História: uma experiência exploratória. *Aedos*, n. 15, v. 6, jul./dez. 2014.
- NORA, P. O acontecimento e o historiador do presente. In: LE GOFF, J.; *et al. A nova história*. Lisboa: Edições 70, 1989, p. 52.
- PETIT, Pere e CUELLAR, Jaime. O golpe de 1964 e a instauração da ditadura civil-militar no Pará. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 25, n. 49, p. 169-189, jan.-jun. de 2012.
- QUEIRÓS, C. A. B. "Faz escuro mas eu canto": história e historiografia sobre a ditadura militar no Amazonas. In: QUEIRÓS, C. A. B. (org.). *Historiografia amazonense em perspectiva*. 1. ed. Manaus: Valer, 2020.
- QUEIRÓS, C. A. B. Autoritarismo e disputas políticas no Amazonas no contexto do golpe de 1964. In: *Utopia e Repressão: 1968 no Brasil*. 1 ed., Salvador: Editora Saggá, 2018.
- QUEIRÓS, C. A. B. O Trabalhismo de Plínio Ramos Coelho e o Golpe de 1964 no Amazonas. *Revista Mundos do Trabalho*. v. 8, p. 49-65, 2016.
- QUEIRÓS, C. A. B. Papagaio que está trocando as penas não fala": Autoritarismo e disputas políticas no Amazonas no contexto do Golpe de 1964. *História - UNISINOS*. v. 23, n. 1. jan./abr. 2019.
- QUEIROZ, T. R. Memória, ditadura e o papel dos historiadores no estado do Amazonas. In: QUEIRÓS, C. A.; PEREIRA, K. M. *Trabalho, direitos sociais e democracia no Brasil*. Coleção ANPUH, v. 1. Curitiba: Editora CRV, 2021.



SILVA FILHO, E. G. Egydio Schwade: um intelectual a serviço dos índios. *Canoa do Tempo* (UFAM), v. 10, p. 176-197, 2018.

SILVA FILHO, E. G. *Projetos desenvolvimentistas na Amazônia e a resistência dos waimiri-atroari (1964-2014)*. Dissertação de Mestrado em História. PPGH/UFAM, 2015.



## Amazonas e Pará sob a mira do golpe

*César Augusto Bubolz Queirós  
Pere Petit*

No contexto da deflagração do golpe de 1964, Amazonas e Pará eram governados por políticos que, por diferentes razões, passaram a ter as suas permanências em seus mandatos bastante questionadas e os dois estados viveram meses de incertezas e especulações. Em pouco tempo, Plínio Ramos Coelho e Aurélio Correia do Carmo, governadores eleitos dos estados do Amazonas e do Pará, se viram diante de uma avalanche de incertezas e questionamentos em um contexto de crescente autoritarismo e escancarada perseguição política. Amazonas e Pará estavam sob a mira do golpe!

O objetivo deste texto é analisar os acontecimentos políticos ocorridos nos estados do Pará e Amazonas após o golpe civil-militar de 1964, examinando a atuação dos golpistas e dos governadores nesses dois estados, Aurélio Correia do Carmo (Pará) e Plínio Ramos Coelho (Amazonas), quando ambos os governadores tiveram seus mandatos cassados e direitos políticos suspensos. Para nos ajudar a compreender as semelhanças e as diferenças dos acontecimentos ocorridos no Amazonas e no Pará nesse período, apresentaremos, também, as disputas político-eleitorais em ambos os estados, após o fim do Estado Novo (1945), até inícios de 1964.

## Baratismo, Alvarismo e o fim do Estado Novo

Os principais embates políticos pelo controle do governo estadual, Assembleia Legislativa e prefeituras no Pará, foram estabelecidas entre os setores políticos que se vincularam a Magalhães Barata, fundador e principal liderança do Partido Social Democrático (PSD) no Pará, e seus opositores, majoritariamente agrupados na Coligação Democrática Paraense (CDP). O general Joaquim de Magalhães Cardoso Barata foi interventor federal no Pará entre 1930-1935 e 1943-1945<sup>6</sup>. Após o fim do Estado Novo (1945), Magalhães Barata foi o principal articulador e liderança do Partido Social Democrático (PSD) no Pará, sendo eleito senador em 1945 e governador dez anos depois (TRE-PA, 2008, p. 15 e 49)<sup>7</sup>, não chegou a concluir o mandato ao falecer em 1959.

A máquina político-eleitoral criada por Barata, que se sustentava em seu carisma e também nas relações clientelísticas com os comerciantes e grandes proprietários de terra, asseguravam ao PSD o controle de boa parte das prefeituras paraenses, assim, obteve uma nova vitória eleitoral em 1960, elegendo como governador o advogado Aurélio do Carmo. Vitória favorecida pela divisão dos partidos *antibaratas* que integravam nesse momento a CDP e pelo apoio que recebera, Aurélio do Carmo, do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), do Partido Democrata Cristão (PDC) e militantes do, então ilegal, Partido Comunista Brasileiro (PCB), ao obter 118.129 votos (TRE-PA, 2008, p. 60). Em entrevista concedida a Pere

---

6 Magalhães Barata nasceu em Belém em junho de 1886, passando sua infância em Monte Alegre, município do Baixo Amazonas (Pará). Em 1924, servindo em Manaus como 1º tenente do Exército, somou-se ao movimento tenentista.

7 No Pará, o mandato do chefe do executivo era de 5 anos e as eleições para governador coincidiam com as eleições presidenciais. No estado Amazonas, o mandato era de apenas 4 anos.

Petit, Aurélio recordava: “O resultado foi muito bom, foi ótimo. Apenas teve um resultado adverso em um município, em Gurupá, venci em todos os outros municípios e em todos os distritos da capital”<sup>8</sup> (Carmo, 2018). Aldebaro Klautau, candidato da Coligação Democrática Paraense, logrou 54.235 votos; 44.152 o ex-governador (1951-1956) e então senador Zacarias de Assunção, candidato pelo Partido Social Trabalhista (PST) (TRE-PA, 2008, p. 60).

Aurélio Corrêa do Carmo, filho de Josefina Corrêa do Carmo e Aurélio Ximenes Costa do Carmo, nasceu em Belém no dia 31 de janeiro de 1922. Aurélio serviu no Exército Brasileiro em 1942 e 1943, sendo graduado como 2º Tenente R2 de Arma de Infantaria. Bacharel pela antiga Faculdade de Direito do Pará em dezembro de 1944:

Desde o 2º ano da Faculdade eu já trabalhava no Tribunal de Justiça do Estado como Auxiliar de Escritório. Eu me formei trabalhando do 2º ao 5º ano (...). Nessa época, eu já tinha o meu nome em evidência, porque fui presidente do Diretório Acadêmico da Faculdade e isso era uma atividade que tinha muita repercussão na cidade (...). Era uma vida ligada aos problemas da Faculdade, mas também se manifestava sobre as questões externas. Essas questões externas se refletiam, nas atividades político-partidárias do estado. Éramos dois ou três baratistas, e o resto compartilhava da elite da cidade, que era antibaratista (Bahia, 2008, p. 47-48).

Em 1945, Aurélio do Carmo desempenhou as funções de Promotor Público nos municípios de Castanhal e Belém. Posteriormente trabalhou como advogado, assessor jurídico do Partido Social Democrático (PSD) e professor de Direito Penal

---

<sup>8</sup> Na data da nossa entrevista, 25 de maio de 2018, Aurélio do Carmo era o único governador ainda vivo de todos os que exerceram esse mandato no Brasil antes do golpe de Estado de 1964.

da Faculdade de Direito do Pará. No governo de Joaquim de Magalhães Barata, iniciado em 1956, Aurélio do Carmo exerceu os cargos de delegado de Ordem Política e Social, Corregedor do Departamento de Segurança, Chefe de Polícia e Secretário de Estado do Interior e de Justiça. A primeira vez que Aurélio do Carmo participou como candidato em uma eleição foi em 1954, como suplente da Aliança Social Democrática constituída pelo PSD e pelo Partido de Representação Democrática (PRD) (TRE, 2008, p. 42).

O general Magalhães Barata quis me homenagear pelos meus trabalhos. Ele me disse que eu deveria ser candidato, mas não ia ser eleito: ele me deu um rodízio muito fraco, apenas como homenagem à minha pessoa para que eu fosse candidato ao meu primeiro cargo eletivo. Efetivamente, eu fui para uma região muito carente (...). Teve uma votação razoável [1.095 votos], mas de todas maneiras insuficiente para atingir esse quórum eleitoral, mas recebe como homenagem à minha lealdade ao partido, aos trabalhos que eu vinha realizando desde muito jovem (...). Homenagem, como eu gosto de dizer, de ter reconhecimento dos trabalhos que eu já havia exercido em todo o interior do Estado. E foi assim a minha primeira experiência política. Eu quero ressaltar que nunca fui político. Eu fui delegado de partido. Eu não tinha formação política, nem pretendia fazer carreira política (Carmo, 2018).

Em 1958, Aurélio do Carmo foi candidato a suplente de senador pela coligação formada pelo PSD e o Partido Democrata Cristão (PDC), conseguindo 78.303 votos. Os eleitos foram o ex-governador Alexandre Zacarias de Assunção, candidato pela Coligação Democrática Paraense (PSP, PSB, PR e PTB). Com a morte de Magalhães Barata em

1959, o vice-governador Luís Geolás de Moura Carvalho<sup>9</sup> assumiu o mandato de governador.

Se, no estado do Pará, Aurélio do Carmo representava a herança política do *baratismo*, Plínio Ramos Coelho não era um herdeiro do *alvarismo*. Muito pelo contrário! Se, no Pará, o PSD e o PTB mantiveram aliança política para as eleições de 1960, no Amazonas, desde o início da década de 1950, alvaristas e trabalhistas travaram intensas disputas políticas. No Amazonas, a criação do Partido Social Democrático (PSD) se realizou em torno da importante figura de Álvaro Maia. Após ter participado da campanha da Aliança Liberal, o professor Álvaro Botelho Maia foi o indicado por Juarez Távora – o Rei do Norte – a assumir o governo do Amazonas após a Revolução de 1930. Afastado do cargo no ano seguinte, elegeu-se deputado constituinte em 1933, participando dos trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte de 1934. Eleito Deputado Federal nas eleições de 1934, não chegou a assumir o cargo, pois foi eleito governador do estado pela Assembleia Legislativa do Amazonas, em 1935.

Assim como Álvaro Botelho Maia no Amazonas, o general Joaquim de Magalhães Cardoso Barata havia sido interventor do estado do Pará por duas ocasiões – entre 1930 e 1935 e entre 1942 e 1945. Após o fim do Estado Novo, Barata torna-se o principal articulador do PSD no estado, comandando o partido com “absoluta e incontestável autoridade”, tendo a máquina estadual em suas mãos (Carneiro, 1991). Não podendo se candidatar ao governo do estado em 1947, se elegeu ao Senado (mais uma coincidência com a trajetória de Álvaro Maia no Amazonas). Por fim, voltou a assumir o governo do estado, desta vez por meio do voto popular nas eleições de 1955. Barata não chegou a concluir o mandato, vindo a falecer em 1959.

---

<sup>9</sup> Moura Carvalho nasceu em Belém em 1906. Filiado ao PSD e major do Exército desde 1946, foi eleito governador do Pará em 1947. Em 1961, foi eleito prefeito de Belém, sendo cassado o seu mandato em junho de 1964.

Com a morte de Magalhães Barata e, logo em seguida, do senador Lameira Bittencourt, que seria a escolha natural do partido para o processo sucessório de 1960<sup>10</sup>, a escolha recaiu sobre Aurélio do Carmo. Filiado ao PSD desde 1945 e tendo forte relação com Barata, Aurélio do Carmo foi o vitorioso nas eleições de 1960, superando Adebaro Klautau (PSP) e Zacarias Assunção (UDN). Segundo Carneiro, o PSD no Pará desfrutou cerca de 14 anos de predomínio político<sup>11</sup> (isso sem contar os quase oito anos em que Magalhães Barata esteve à frente do estado como interventor).

Luís de Moura Carvalho, um dos fundadores do PSD no estado do Pará, argumentava que o “PSD era um partido de classe pobre, os pobres é que eram fanáticos pelo Barata, os desamparados, os que sofriam”. Da mesma forma, Aurélio do Carmo dizia que o PSD “se ressentia das elites do Pará” e que era “um partido de massas, dos pobres, dos desamparados” (*apud* Carneiro, p. 51-52). No caso do Amazonas, o PSD tinha forte relação com as classes conservadoras e mantinha forte rivalidade com o PTB, que assumiu a alcunha de “partido da gatinha”, se orgulhando de sua proximidade com as classes populares (Queirós, 2020).

No estado do Amazonas, com a instalação do Estado Novo, em novembro de 1937, Maia foi mantido no cargo por Getúlio Vargas, novamente como interventor, permanecendo no poder até 1945, quando, após a queda de Getúlio Vargas, foi substituído por Emiliano Estanislau Afonso, tendo sido eleito senador constituinte pelo PSD. Após o fim do estado Novo, Álvaro Maia foi o grande arquiteto do PSD no Amazonas, tendo participado como membro do primeiro diretório nacional do

---

10 É interessante observar que, no Pará, o mandato do chefe do executivo era de 5 anos e as eleições para governador coincidiam com as eleições presidenciais. No estado Amazonas, o mandato era de apenas 4 anos.

11 Carneiro contabiliza os mandatos de Moura Carvalho, Magalhães Barata e Aurélio do Carmo. Nenhum dos três concluiu seu mandato.

partido. Sua criação esteve diretamente relacionada à sua influência política e à estrutura institucional já estabelecida, favorecendo a capilarização do partido não apenas na cidade de Manaus como também nos interiores do estado. Maia reuniu prefeitos e outros membros da administração estadual e municipal, além de outros grupos de apoio ao governo, como proprietários rurais, industriais, comerciantes, funcionários públicos e outros. Para Eloína Santos, Álvaro Maia tinha sua sustentação política nas “classes conservadoras amazonenses”, setores tradicionais da economia ligados ao comércio e ao extrativismo e que enfrentavam a crise crônica dos preços da borracha natural e agravada pelas dificuldades econômicas do estado (Santos, 1997, p. 82). Neste sentido, o alvarismo é um fenômeno político caracterizado pela forte influência de Álvaro Maia e seus correligionários sobre a política amazonense.

Nas eleições para o governo do estado do Amazonas, em 1950, Álvaro Maia é (pela primeira vez) eleito pelo voto direto, assumindo o Executivo estadual no ano seguinte. Maia foi eleito pela coalizão denominada Frente Libertadora (PSD, PTB, PDC), contando com o apoio do PTB e do jovem líder trabalhista Plínio Ramos Coelho, que se elegeu deputado federal neste pleito, ingressando na vida política. Se, nesta eleição, Plínio Coelho apoiou a candidatura de Álvaro Botelho Maia, Plínio não tardou a romper a aliança com Maia, assumindo a liderança da oposição e tornando-se o mais duro crítico do alvarismo (Garcia, 2012, p. 101-102).

É possível inferir que o PSD apresentava aspectos políticos bastante distintos nos dois principais estados do Norte. A criação do Partido Social Democrático (PSD) esteve diretamente relacionada à atuação dos interventores que, em nome de Vargas, reuniram prefeitos, membros da administração estadual e outros grupos de apoio ao governo, como proprietários rurais, industriais, comerciantes, funcionários públicos e outros, resultando na fundação de um partido

“de dentro para fora do Estado” (Souza, 1990, p. 109). Interventores como Benedito Valadares (MG), Ernani Amaral Peixoto (RJ) (Pantoja, 1992), Fernando Costa (SP), Agamenon Magalhães (PE) (Pandolfi, 1984), Magalhães Barata (PA) (Carneiro, 1991) e Álvaro Maia (AM) (Santos, 1997) exerceram forte protagonismo na articulação das forças políticas e empresariais próximas de Getúlio Vargas. Embora o processo de constituição do PSD apresente muitas similitudes na maioria dos estados, é possível perceber que, devido à emergência de peculiaridades locais e disputas políticas intestinas, o desenvolvimento do partido em cada estado obedeceu a uma dinâmica particular.

No Amazonas, o rompimento de Plínio Ramos Coelho, principal liderança trabalhista, com Álvaro Maia, no início da década de 1950, provocou um afastamento entre PSD e PTB, levando os dois partidos a seguir caminhos distintos ao passo que, no Pará, o partido mantinha uma aliança preferencial com o PTB – embora nas eleições de 1950 o PTB tenha apoiado o candidato da Coligação Democrática Paraense, Zacarias Assunção (PSP)<sup>12</sup>.

Articulando as classes empresariais e produtivas do estado, Álvaro Maia contava com ampla estrutura de sustentação tanto na capital quanto no interior. Em relatório enviado ao presidente Getúlio Vargas no ano de 1951, Plínio Ramos Coelho denunciava a máquina do PSD no interior do estado, destacando que, dos 24 municípios – excluindo a capital, cujo prefeito é nomeado – o PTB conseguira eleger apenas dois prefeitos – Manicoré e Tefé. Devido à perseguição do PSD aos trabalhistas, o então deputado denunciava que devido à “guerra fria movida pela família Cidade, dirigida pelo coletor federal Alarico Cidade, os prefeitos e nossos vereadores passaram para o PSD. Tefé continuou sendo bastião nosso: é 60% trabalhista”

---

<sup>12</sup> Nas eleições estaduais de 1955 e de 1960, o PTB esteve ao lado do PSD.

(Relatório, de Plínio Ramos Coelho, a Getúlio Vargas, 1951)<sup>13</sup>. Plínio prossegue na análise da situação do PTB no estado e acusava o PSD de perseguir os trabalhistas no interior do estado. Segundo ele,

Estamos presentemente com diretórios em 10 comunas, reestruturados. São as principais do estado. Em Manicoré, Benjamin Constant, Eirunepé, e Tefé os ataques e prisões se sucedem contra os nossos elementos, através de delegados de polícia, nomeados entre os cabos eleitorais do PSD. Em todos esses municípios só temos um adversário: o dr. Álvaro Maia, que personifica, no Amazonas, o PSD. Todos os atos praticados são por ele inspirados, embora jamais tenha deixado de declarar que não concorda com perseguições. Enquanto, porém, poupa a udenistas, transfere e persegue petebistas, não nomeando, ao menos, o delegado de polícia a pedido nosso – e há 5 meses pedimos – para o único município onde somos maioria: Tefé (Relatório de Plínio Ramos Coelho a Getúlio Vargas. Arquivo Getúlio Vargas. FGV/CPDOC. 23/10/1951).

Tais denúncias e acusações estão na origem do rompimento político entre Plínio Coelho e Álvaro Maia. Neste sentido, no estado do Amazonas, o PSD de Álvaro Maia tinha uma aproximação muito grande com a UDN, partido que, junto com o PSP, representava seu aliado preferencial não apenas durante os pleitos, mas em termos de alianças políticas efetivas. Em relatório enviado a Getúlio Vargas no ano de 1951, durante o governo de Álvaro Maia, o então deputado trabalhista denunciava uma comunhão de interesses entre o PSD e a

---

13 Em anexo ao relatório, há um recorte do “*O Jornal*”, de Manaus, transcrevendo Nota oficial da Ordem dos Advogados do Brasil, seção do Amazonas. Rio de Janeiro. 23/10/1951.

UDN, sobretudo, em função de que a maioria dos seringalistas pertenciam a esses dois partidos. Para ele,

[...] os seringalistas são, na sua totalidade, udenistas, pessedistas e pessepistas, sendo a maioria filiada aos dois primeiros credos políticos. É de ver-se e sentir-se, destarte, o azedume e a má vontade que buscam emprestar ao comportamento de V. Excia. Respondi que Presidente algum já fizera mais pela Amazônia do que o atual Presidente e que planejamento de valorização da Amazônia, esquecida de 1946 a 1950, era uma resposta cabal aos maldizentes de sempre, aos pescadores de águas turvas (Relatório de Plínio Ramos Coelho a Getúlio Vargas. Arquivo Getúlio Vargas. FGV/CPDOC. 23/10/1951).

A influência de Álvaro Maia no estado permaneceu praticamente incontestável até 1954, quando seu candidato ao governo do estado, Rui Araújo, foi derrotado pelo líder trabalhista Plínio Ramos Coelho e o próprio Álvaro Maia sofreu uma surpreendente derrota eleitoral, não tendo conquistado uma cadeira do Senado, mesmo que duas cadeiras estivessem em disputa. As eleições seguintes confirmaram o declínio do alvarismo: em 1958, além de ter perdido as eleições para o governo do estado, o PSD não conseguiu novamente eleger Álvaro Maia para o Senado, tendo sido derrotado por Vivaldo Lima Filho (PTB). Nas eleições de 1962, o PTB conseguiu seu terceiro mandato consecutivo no governo do estado e ainda elegeu os dois senadores, superando novamente Álvaro Maia na corrida pelo Senado. Maia só voltou a conquistar um mandato eletivo nas eleições de 1966, durante a ditadura militar, quando retorna ao Senado com alguns de seus aliados – como Rui Araújo e Paulo Nery – voltam a ganhar espaço político no governo estadual, com Arthur Cezar Ferreira Reis.

## Pará e Amazonas no caminho do golpe

Aurélio do Carmo assumiu o mandato de governador no dia que fazia 39 anos de idade, 31 de janeiro de 1961. Algumas das principais marcas políticas do seu governo foram o apoio à posse na Presidência da República de João Goulart (1961), a campanha pelo retorno ao sistema presidencialista (1963) e às reformas de base que pretendia implementar João Goulart. Destacando os problemas de fornecimento de energia elétrica e de abastecimento de água como os principais a serem resolvidos em sua administração, o governo de Aurélio do Carmo criou a empresa pública Centrais Elétricas do Pará (Celpa); iniciou as atividades do Banco do Estado do Pará – criado em 1959 pelo governador Moura Carvalho –; instalou o Conselho de Desenvolvimento Econômico do Pará (Codempa).

Outra obra que considero muito importante é que o ensino médio gratuito só existia em Belém, as escolas Paes de Carvalho e Escola Normal. Eu criei duas escolas. Uma em Santarém, Grupo Escolar Senador Álvaro Adolfo e outra em Castanhal, Grupo Escolar Lameira Bittencourt (Carmo, 2018).

Em entrevista ao jornal *A Província do Pará*, no dia 05 de março de 1964, ao ser perguntado sobre a legalização do PCB, Aurélio do Carmo declarou ser “favorável, sob a justificativa de que, no regime democrático, todas as associações políticas devem ter seus direitos garantidos”. Ao respeito da reforma agrária, ele afirmou que “toda reforma que vier em benefício do povo, receberá sua opinião favorável [...]. Se a Supra quer mesmo fazer a reforma agrária, que o faça dentro dos processos de técnica da agricultura, dando assistência ao homem do campo” (1964).

A ampliação das relações internacionais do governo paraense foi uma das ações desenvolvidas pelo governo de Aurélio do Carmo, especialmente com os Estados Unidos

e países do bloco socialista com o intuito de procurar ajuda financeira para o desenvolvimento econômico do Pará, sobretudo para a construção de estradas e para a implementação dos projetos de colonização. Aurélio do Carmo sempre fez questão de destacar o seu incentivo à procura e exploração dos recursos minerais do Pará, hoje considerada a principal província mineira do Mundo:

No meu governo se falava muito dos nossos mineiros, mas não se tinha uma prova concreta do aspecto comercial desses mineiros. Eu fiz uma campanha dando um conto de reis para quem trouxesse mostras desses mineiros. Aí fizemos a campanha do minério o que me levou aos Estados Unidos onde estive com o presidente Kennedy, que me convidou a tomar café com um ministro seu já conhecendo os nossos projetos. O mineiro precisava ser descoberto, dinamizado. O nosso projeto era no sentido de construir uma estrada até Belém e começou a ser construída, chamava-se Jacareacanga. Mas veio o golpe militar e interrompeu meu sonho (...). Outra obra foi a colonização do sul do Pará, na Belém-Brasília. Nós criamos dez municípios na região (Carmo, 2018).

Nascido na cidade de Humaitá (AM), em 21 de fevereiro de 1920, Plínio Ramos Coelho estudou no Colégio Dom Bosco e bacharelou-se pela Faculdade de Direito do Amazonas, tendo sido professor da Faculdade de Ciências Econômicas e da Faculdade de Direito do Amazonas (Diniz, 2002, p. 162). Como advogado, atuou ativamente junto aos sindicatos dos trabalhadores marítimos, dos gráficos e dos portuários. Iniciou sua carreira política em janeiro de 1947, ao ser eleito deputado estadual constituinte pelo PTB, participando dos trabalhos da Assembleia Constituinte do Amazonas<sup>14</sup>.

---

14 A eleição realizou-se no primeiro domingo após 120 dias contados da promulgação da Constituição dos Estados Unidos do Brasil pela

Nas eleições de outubro de 1954, Plínio Ramos Coelho foi eleito governador do estado pelo PTB, derrotando Rui Araújo, candidato da coligação formada pela UDN, PSD, PDC e PTN, e selando a derrota de Álvaro Maia. Esta eleição, vencida por Plínio por apertada margem de votos, colocou em lados opostos as forças políticas que se formaram e consolidaram durante o Estado Novo – tendo em Álvaro Maia seu principal expoente – e o trabalhismo em ascensão, representado pela ousadia de Plínio Coelho, um dos mais jovens governadores do país (tinha apenas 34 anos)<sup>15</sup>. Depois de conquistar um segundo mandato trabalhista, com a eleição de Gilberto Raposo Mestrinho, em 1958, Plínio Ramos Coelho se elege novamente para o Executivo amazonense, no ano de 1962.

Seus mandatos foram marcados por uma política que ressaltava a necessidade de moralização da administração pública, se pautando nas propostas de “paz, moralidade, justiça e progresso” (Diário da Tarde, Manaus, 01/02/1955), criticando duramente o governo de Álvaro Maia, que teria se caracterizado por uma cruzada em prol dos “primos felizes”<sup>16</sup>. Tal postura provocou um grande descontentamento entre os partidários de Álvaro Maia, que passaram a criticar o que consideravam arbitrariedades de Plínio Coelho e denunciar perseguição

---

Assembleia Nacional Constituinte – ocorrida em 18 de setembro de 1946. Na ocasião, realizaram-se as primeiras eleições diretas para governadores e deputados que comporiam a Assembleia Constituinte e para os cargos de terceiro Senador e seu suplente (mandato de quatro anos); suplentes dos Senadores eleitos em 1945 (mandato de oito anos); e Deputados Federais (para completar as bancadas estaduais).

15 Para Eloína Santos, a vitória de Plínio Coelho evidencia o crescimento político do PTB, que ganhava forças desde 1946, e marca o afastamento do poder do PSD e da liderança de Álvaro Maia, que ainda tentara por duas vezes retornar à atividade política (em 1958 e 1962), só conseguindo ser nomeado senador pela ARENA após o golpe de 1964, vindo a falecer durante o mandato (Santos, 1997, p. 142).

16 Expressão constantemente utilizada no periódico Diário da Tarde.

política e levou a uma ruptura entre o governador do estado e a Associação Comercial do Amazonas (ACA) (Queirós, 2016).

O governador Aurélio do Carmo e o prefeito de Belém, Moura Carvalho, encontravam-se no Rio de Janeiro no dia 31 de março participando da Convenção Nacional do PSD. Na tarde desse mesmo dia, o governador manifestou a sua oposição ao movimento militar de Minas Gerais, sendo reproduzidas as suas palavras na edição do dia 1º de abril do jornal *O Liberal*<sup>17</sup>: “[As] Forças Armadas e o povo brasileiro não permitirão que a democracia seja aviltada e que a mudança de regime seja concretizada por desejo de uma minoria insignificante”, não acreditando “no êxito de qualquer tentativa de solução extralegal para os problemas brasileiros”, e julgava indispensável que se fizessem “as reformas de base, reclamadas pelo país”.

Às 21 horas da noite do dia 31, o general Orlando Ramagem, Chefe do Comando Militar da Amazônia (CMA), reuniu-se, no Quartel-General do CMA em Belém, com as principais autoridades militares, Armando Serra de Menezes (Comandante da 1ª Zona Aérea) e Boris Markense (Sub-Comandante do 4º Distrito Naval). Até as primeiras horas da tarde do dia 1º de abril, o general Ramagem continuava muito reticente em apoiar o golpe de Estado, mas a partir da sua conversa, por radioamador, com o Quartel-General do II Exército, concretamente com o major Vinícius Kruehl, sobrinho do general Amaury Kruehl<sup>18</sup>, por volta das 15 horas do dia 1º de abril, o general Ramagem aderiu ao golpe.

---

17 *O Liberal* começou a circular em Belém em 1946, fundado por iniciativa de Magalhães Barata, sempre atuou como porta-voz do PSD, sendo adquirido, em 1966, pelo empresário Rômulo Maiorana.

18 O general Amaury Kruehl, comandante do II Exército (São Paulo-Mato Grosso), considerado um dos homens de confiança do esquema militar de João Goulart, exigiu do presidente rompesse com o CGT (leia-se, os comunistas) e que fossem excluídos do governo os ministros Abelardo Jurema (Justiça) e Darcy Ribeiro (Chefe da Casa Civil). Na noite do dia 31 de março, ao não aceitar Goulart essas exigências, Amaury Kruehl optou por colaborar com os golpistas.

O vice-governador do Pará, Newton Miranda, alegando que estava esperando a definição do governador, continuava relutando em apoiar publicamente aos golpistas como fora sugerido pelo Estado-Maior do Comando Militar da Amazônia. Após o governador Aurélio do Carmo, junto com a maioria das lideranças nacionais do Partido Social Democrático (PSD), optaram por apoiar o afastamento de Goulart, Newton Miranda aceitou que o seu nome fosse incluído entre os signatários do Manifesto ao Povo do Pará, que foi subscrito também pelo general Orlando Gomes Ramagem, o brigadeiro Armando de Menezes e o comandante Boris Markense. Aurélio do Carmo também teria aceitado que “seu nome fosse incluído entre os signatários do Manifesto ao Povo do Pará, através do qual autoridades civis e militares mostraram sua solidariedade ao movimento militar” (Petit, 2012, p. 172).

O Manifesto, cuja redação teria sido encomendada pelo general Orlando Ramagem a Jarbas Passarinho, declarava abertamente o apoio ao “abençoado” movimento golpista:

Não poderiam os paraenses, pelo seu governador, e os militares, por seus chefes legítimos, retardar por mais tempo a sua completa adesão ao abençoado movimento, que eclodiu no generoso solo de Minas Gerais [...], que logo se irradiou por todo o território p trio. Tão pronto alguns problemas locais foram satisfatoriamente solucionados, como recomendava a virtude da prudência e o desejo do não derramamento de sangue dos amazônidas, Governo e Comandantes Militares, em íntima comunhão de pensamento, ligados pelo mesmo amor ao Brasil, e igualmente repudiando o comunismo ateu e tirânico, fazem saber à Nação brasileira a sua firme e inabalável determinação de formarem ao lado das forças que se batem pela restauração do princípio da autoridade e pelos fundamentos da própria organização militar, que são a disciplina e a hierarquia, tão

vilmente vilipendiados e enxovalhados pela mais despudorada demagogia e pela deplorável ausência de espírito público (Passarinho, 1990, p. 105-106).

A exemplo de Aurélio do Carmo, Plínio Ramos Coelho também adotou postura bastante ambígua. Em um primeiro momento, governador do Amazonas, também, se manifestou nas rádios em defesa do presidente João Goulart, condenando a “quartelada” e se colocando ao lado da realização das Reformas de Base. Naquela ocasião, Plínio Coelho afirmava,

[...] ontem fomos contrários ao presidente da República no que infringia a Constituição e hoje somos contrários aos que indisciplinam contra o eleito pelo povo. As reformas de base sairão com a certeza da infalibilidade de um dia que dá a outro dia (Jornal do Commercio, Manaus, 10/04/1964).

Ao perceber que seus mandatos estavam sob ameaça, tanto Aurélio do Carmo quanto Plínio Ramos Coelho declararam seu apoio ao golpistas. Ambos os governadores encontravam-se na Capital Federal, onde cumpriam uma agenda de reuniões com o presidente e seus ministros.

Ao retornar a Manaus, Plínio Ramos Coelho realizou um discurso afirmando que “a Revolução fez ressurgir um Brasil mais autêntico e liberto da pequena minoria que queria implantar em nosso país um regime comuno-social-castrista” (*Jornal do Commercio*, Manaus, 10/04/1964), e que o movimento que culminou com a deposição de João Goulart foi “uma revolução de elevado sentido histórico, igual somente a que nos libertou da querida Pátria portuguesa” (1964). Dias depois, o governador do Amazonas enviou um telegrama felicitando Humberto Castelo Branco pela eleição e atribuindo-lhe a tarefa de ser o “pacificador do Brasil pela consolidação da Revolução

vitoriosa que banhou nossa pátria” (Jornal do Commercio, Manaus, 13/04/1964).

Alguns anos depois, Fábio Lucena, que à época do golpe era importante liderança sindical do sindicato dos bancários e depois seguiu carreira política no MDB, denunciava a postura indigna de Plínio Coelho que, para manter-se no cargo, passou a bajular os militares. Segundo ele:

O Sr. Plínio Coelho dava início a um comportamento indigno: bajular os militares vitoriosos para manter-se no poder. No dia 31 de março de 1964, ele estava no Palácio das Laranjeiras, ao lado de João Goulart. Naquele dia, discursou pelo rádio. Chamou de golpistas os generais que estavam começando a depor o Presidente da República. Pouco menos de dez dias, disse o seguinte: “Eu supunha que se tratasse de mais uma indisciplina. Primeiro tinha sido a dos sargentos. Agora, a dos generais. Mas me enganara: o que estava acontecendo no país era uma autêntica Revolução” (A Crítica, Manaus, 07/08/1979, p. 3).

No afã de manter seus mandatos em um contexto tão desfavorável, tanto Aurélio do Carmo quanto Plínio Coelho deram início a campanhas de perseguição aos comunistas. Segundo Fernanda Fernandes da Silva, no dia 23 de abril de 1964, Plínio Ramos Coelho decretou a constituição de uma comissão para “proceder a investigação dos servidores do estado e suas relações com o que era intitulado subversivo, comissão que agirá até posteriormente à cassação do mandato do próprio Plínio” (SILVA, 2021, p. 55), tendo se constituído também uma comissão municipal que “tinha os mesmos fins” (p. 55). Segundo a autora, a partir de junho de 1964, os nomes dos primeiros servidores afastados de seus cargos começam a ser divulgados, estando entre eles Lycurgo de Souza Cavalcanti, Guanabara de Araújo, Walter de Sousa Lima, Theonilo

Siqueira e Moises Sabbá (p. 55). De fato, sobretudo ao longo de seu segundo mandato, o governador já tinha intensificado o discurso anticomunista, principalmente no contexto da greve dos tecelões, em 1963 (Queirós, 2020).

### **A cassação dos mandatos de Aurélio do Carmo e Plínio Ramos Coelho**

As declarações de Aurélio do Carmo em favor da “Revolução” durante e após o dia 1º de abril, a sua presença, em Brasília, na posse do presidente Castelo Branco, nem tampouco a cooperação da Polícia Militar e Civil estadual na “caçada aos comunistas”, levaram aos militares golpistas a esquecer a sua viagem oficial à Tchecoslováquia e à União Soviética, o apoio do PSD paraense às denominadas Reformas de Base e às mudanças no sistema partidário e eleitoral. Afirma Aurélio do Carmo que os “militares nunca me perdoaram porque quando eles prenderam meus secretários, mandei que a bandeira do Pará fosse hasteada a meio-pau, na frente do Palácio do Governo, em sinal de luto” (Bahia, 2008, p. 106).

Os trabalhos da Comissão de Investigação Sumária (CEIS) se iniciaram, em Belém, no dia 21 de maio de 1964, formada por oficiais das três Forças Armadas e presidida pelo general Bandeira Coelho, então interventor na Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA). Em junho, os integrantes da CEIS concluíram seu relatório que foi entregue, no Rio de Janeiro, ao marechal Taurino Rezende, presidente da Comissão Geral de investigações (*A Província do Pará*, Belém, 06/06/1964). Aurélio do Carmo se negou a depor na Comissão de Investigação Sumária:

Eu me neguei a depor porque os atos do meu governo só poderiam ser revistos pela Assembleia Legislativa e pelo poder judiciário. Não

reconhecia no Exército funções fiscalizadoras do meu governo, achava que a Comissão era inconstitucional (Carmo, 2018).

Poucos dias depois da cassação de Aurélio do Carmo, em 14 de junho, foi a vez do governador do Amazonas, Plínio Ramos Coelho. A notícia foi transmitida ao governador pelo general Jurandir Mamede, enquanto o Plínio Coelho discursava durante a cerimônia de abertura do VIII Festival Folclórico do Amazonas, no Estádio General Osório (*Jornal do Commercio*, Manaus, 03/06/1964, p. 1). O governador deixou o Estádio General João Osório acompanhado pelo general José Alípio de Carvalho, comandante do 27º Batalhão de Caçadores. À noite, Plínio Coelho transmitiu seu cargo para o presidente da Assembleia Legislativa do Amazonas, Anfremon Monteiro e, dois dias depois da deposição de Plínio, em 16 de junho de 1964, Arthur César Ferreira Reis foi eleito governador do Amazonas pela Assembleia Legislativa. As manchetes da imprensa amazonense apontavam para uma era de “novas perspectivas para o Amazonas” (*Jornal do Commercio*, 17/06/1964, p. 3).

No dia 9 de junho de 1964, acusados de favorecer atividades subversivas, suborno, corrupção e malversação de fundos públicos, clientelismo e recebimento de vultosas quantias derivadas do jogo do bicho, o governador e vice-governador, Aurélio do Carmo e Newton Miranda, respectivamente, o prefeito de Belém, Moura Carvalho, e o vice-prefeito, Isaac Soares, teriam seus mandatos cassados. Também perderam seus mandatos e tiveram seus direitos políticos suspensos: Alberto Nunes (PTB), vereador de Belém; Agenor Moreira (PDS), prefeito de Cametá; Raimundo Jinkings, liderança do PCB e suplente de vereador em Belém pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB); e os deputados estaduais, Amílcar Moreira (PDS), José Manuel Reis Ferreira (PDS) e Nagib Mutran (UDN) (*A Província do Pará*, 10/06/64).

No Amazonas, Gilberto Mestrinho, ex-governador do Amazonas (1958-1962), mas eleito deputado federal por Roraima, e o deputado federal Almino Monteiro Alvares Afonso, o candidato mais votado para a Câmara dos Deputados pelo Amazonas em 1962, já estavam na primeira lista dos 102 nomes que tiveram seus direitos políticos cassados após o primeiro ato institucional, divulgada em 10 de abril de 1964 (Queirós, 2019b). No mês seguinte, foi a vez do deputado Arlindo Porto (PTB) ter seu mandato cassado, após reunião ordinária da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas (ALEAM), tendo sido preso logo em seguida. Na Câmara dos Vereadores de Manaus (CVM), a “caça às bruxas” atingiu os vereadores Manoel Rodrigues da Silva, ex-dirigente do Sindicato dos Estivadores, e Nathanael Rodrigues, além do suplente Othon Mendes, todos eleitos pelo PTB (Queirós, 2019b, p. 40).

Falando sobre sua deposição do governo do Pará, Aurélio do Carmo afirma que “aqueles que não ganhavam no voto, aproveitaram o movimento popular e se uniram a militares aqui no comando da região e fizeram aquele trabalho que todos sabem” (*apud* Carneiro, 1991, p. 123). O mesmo raciocínio pode ser aplicado ao Amazonas. No entanto, se no Pará o baratismo foi derrotado pelo golpe de 1964, no Amazonas o alvarismo ganhou novo fôlego e seus próceres voltaram a ganhar destaque na cena política local e Álvaro Maia volta a conquistar uma cadeira no Senado.

No dia 12 de junho, a Assembleia Legislativa elegeu, por unanimidade, como novo governador do Pará ao tenente-coronel Jarbas Passarinho e, para vice-governador, ao médico Agostinho Monteiro, ex-deputado estadual e federal eleito em 1946 pela legenda da União Democrática Nacional (UDN). Segundo Aurélio do Carmo:

A direção, na época, pensou que apoiando o Jarbas Passarinho o partido teria melhores

condições de se perpetuar como força política. Ao meu entender foi um erro [...], foi uma incoerência [...]. Eu saí do partido quando apoiaram a Jarbas Passarinho (Carmo, 2018).

Em uma entrevista anterior, Aurélio do Carmo informava:

Eu, ainda, respondi a um inquérito. Fiquei em Belém por um tempo, até que não perdurasse mais nenhuma dúvida sobre o meu Governo [...]. Hoje está provado e comprovado que aquilo que era criticado no meu governo como o jogo do bicho [...], permaneceram e permanecem até hoje. Eles falavam que no nosso governo havia corrupção, mas um jornalista disse, que em matéria de corrupção, nós apenas engatinhávamos, diante do que se viu depois do meu governo [...]. Sabemos o que aconteceu na SPVEA, sabemos de elementos ligados à revolução que até ficaram conhecidos pelo apelido de “Dez por Cento” (Bahia, 2008, p. 104-116)<sup>19</sup>.

Após perder seu mandato de governador, Aurélio do Carmo optou por residir e trabalhar como advogado na cidade de Rio de Janeiro, retornando a Belém em 1974 após recuperar seus direitos políticos. Em junho de 2012, a Assembleia Legislativa do Estado do Pará restituiu simbolicamente o mandato de governador a Aurélio do Carmo<sup>20</sup>. Aurélio do Carmo morreu, em Belém, aos 98 anos de idade no dia 1º de maio de 2020.

Com o fim do bipartidarismo, em 1979, Plínio Ramos Coelho retorna ao PTB, de Ivete Vargas, concorrendo ao governo do estado em 1982, sendo a eleição vencida por Gilberto Mestrinho, então no PMDB. Afastado da política,

---


19 Para maiores informações a respeito da Aurélio do Carmo, consultar Petit (2019).

20 Aurélio do Carmo morreu aos 98 anos de idade, no dia 1º de maio de 2020.

Plínio Coelho passou a dedicar-se ao magistério, lecionando na Faculdade de Direito do Amazonas. O ex-governador faleceu em Manaus, no dia 5 de agosto de 2001. Em discurso pronunciado no Senado Federal, em 06/08/2001, em homenagem a Plínio Ramos Coelho, Bernardo Cabral afirmou que sua morte “deixa o nosso Estado empobrecido devido à figura humana e política que ele representou” (Diário do Senado Federal, 07/08/2001).

- BAHIA, L. *Aurélio do Carmo: Lembranças que valem a pena lembrar – Uma contribuição à História do Pará*. Belém: Gráfica Editora Alves, 2008.
- CARMO, A. Entrevista concedida a Pere Petit. Belém, 25 de maio de 2018.
- CARNEIRO, J. Q. *O pessedismo e o baratismo no Pará*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Ciências Políticas. Unicamp, 1991.
- DINIZ, A. *Imortais do Amazonas*: Dicionário Biográfico. Manaus: Uirapuru, 2002.
- PANDOLFI, D. *Pernambuco de Agamenon Magalhães: consolidação e crise de uma elite política*. Recife: Editora Massangana, 1984.
- PANTOJA, S. *As raízes do Pessedismo fluminense (a política do interventor 1937-45)*. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 1992.
- PASSARINHO, J. *Na Planície*. Belém: CEJUP, 1990.
- PETIT, P. Aurélio do Carmo: governador do Pará. In: UGARTE, A. S.; QUEIRÓS, C. A. B. *Trajetórias Políticas na Amazônia Republicana*. Manaus: Valer, 2019, p. 195-225.
- PETIT, P. Partidos e Eleições no Pará nos tempos da Ditadura Militar. In: NUNES, P. G. A.; PETIT, P.; LOHN, R. L. (orgs.). *Utopia e Repressão: 1968 no Brasil*. Salvador: Saga Editora, 2018, p. 283-307.
- QUEIRÓS, C. A. B. “Amazônia em Armas”: luta e resistência contra a ditadura militar no Amazonas. *Revista Labirinto*, v. 31, 2020.
- QUEIRÓS, C. A. B. “Que fizeram com meu pai”: sindicalismo e ditadura no Amazonas. *Escritas do Tempo*, v. 2 n. 4, 2020b, p. 183-206.
- QUEIRÓS, C. A. B. A experiência democrática no Amazonas: a formação do PTB e a consolidação do Trabalhismo (1945/1964). *Mundos do Trabalho*, v. 12, 2020, p. 1-23.
- QUEIRÓS, C. A. B. O golpe de 1964 no Amazonas e a deposição do governador Plínio Coelho. *Antíteses*, v. 11, n. 22, jan.-jul. 2019<sup>a</sup>, p. 542-562.
- QUEIRÓS, C. A. B. Plínio Ramos Coelho: o Ganso do Capitólio. In: QUEIRÓS, C. A. B.; UGARTE, A. (orgs.). *Trajetórias Políticas na Amazônia Republicana*. Manaus: Valer, 2019.
- RELATÓRIO de Plínio Ramos Coelho a Getúlio Vargas. Arquivo Getúlio Vargas. FGV/CPDOC. 23/10/1951.





SANTOS, E. M. *Álvaro Maia: uma liderança política cabocla*. Manaus: EDUA, 1997.

SILVA, F. F. O Partido Comunista do Brasil (PCB) no Amazonas: da fundação do diretório estadual ao golpe civil-militar. *Revista Tempo Amazônico*, v. VIII, n. 2, jan.-jun., 2021.

SOUZA, M. C. C. *Estado e Partidos Políticos no Brasil (1945-1964)*. 3. ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1990.

TRE/PA (Tribunal Regional Eleitoral do Pará), *Resultado das Eleições Gerais no Pará (1945-2006)*. Belém: TRE, 2008. Disponível em: <http://www.tre-pa.jus.br/eleicoes/resultado-das-eleicoes-gerais-no-para-1945-a-2006>. Acesso em: 21 dez. 2023.

## **Aos trancos e barrancos: a formação da Aliança Renovadora Nacional (Arena) no Amazonas (1965-1966)**

*Vinicius Alves do Amaral*

Em 27 de outubro de 1965, o então presidente marechal Humberto Castelo Branco editou o Ato Institucional n. 2 (AI-2), que previa, dentre outras coisas, a instituição do modelo bipartidário no Brasil. Marcos Napolitano (2019, p. 78-79) assinala que o AI-2 representou um marco fundamental para a constituição do regime autoritário, pois ele afastava qualquer suspeita de que a intervenção militar seria breve. O primeiro AI poderia evocar a legitimidade revolucionária e regularizar uma onda de expurgos, mas a remodelação do sistema partidário indicava a pretensão de continuidade dos militares no poder.

Daniel Aarão Reis Filho (2014, p. 61-62) também aponta o AI-2 como o responsável por instaurar a dinâmica do estado de exceção no Brasil, desvelando qualquer esperança de uma retirada dos militares do poder. Para o autor, o AI-2 permitiu uma circunstância que demonstra inegavelmente a dimensão civil da ditadura, pois a própria constituição do partido do governo indicava o grau de mobilização do governo sobre os meios empresariais, políticos e religiosos, em outras palavras, da sociedade civil que apoiou o Golpe.

João Roberto Martins Filho (1996, p. 52) concorda com Daniel Aarão Reis Filho, uma vez que o campo civil em sua

perspectiva não oferecia maiores obstáculos para a execução do projeto autoritário do governo. Muito mais incômodos eram os oficiais militares que fizeram da pauta dos expurgos seu trampolim político, portanto o AI-2 também é encarado por esse autor como um momento crucial, mas para se entender as tensões nos meios militares.

Já Maud Chirio (2012, p. 91) interpreta o AI-2 como a vitória de Pirro desse mesmo grupo, pois ao mesmo tempo em que a norma apontava para a refundação do regime republicano, entendido por estes elementos como profundamente corrompido pelos políticos partidários (sejam eles reformistas ou não), ela também reservava a Presidência à alta posição hierárquica militar, a qual eles aspiravam, mas não alcançariam. Em outras palavras, o AI-2 foi essencial para concentrar o poder decisório entre os generais. Mas os principais personagens que acompanharemos aqui não são generais, nem oficiais de baixa patente, mas sim um historiador e um advogado: Arthur César Ferreira Reis e Alberto Resende Rocha. Ambos foram essenciais na criação do bipartidarismo no Amazonas, uma vez que eram respectivamente governador e secretário do Interior e Justiça durante a edição do AI-2.

Para tanto, será essencial a correspondência trocada pelo então governador e seus amigos e colaboradores entre outubro de 1965 e janeiro de 1966, justamente o intervalo estipulado pelo AI-2 para a formação das legendas. Correspondência essa que se encontra no arquivo da Biblioteca Arthur Cezar Ferreira Reis no Centro Cultural dos Povos da Amazônia, em Manaus.

## **Uma democracia “asséptica”: antecedentes do AI-2**

As eleições estaduais no início de outubro de 1965 consagraram os candidatos da oposição em metade dos dez estados que deveriam realizar o pleito naquele ano, demonstrando que os progressistas ainda detinham um

razoável poder eleitoral. Ainda no mesmo mês foi editado o AI-2. Mas, como alerta Carlos Fico (2014, p. 75), não se deve entender a edição do Ato como uma reação espontânea ao resultado do pleito. A vitória oposicionista seria antes um pretexto que a causa principal do AI-2.

Em meio aos grupos de oposição ao presidente João Goulart que formaram, na expressão de Marcos Napolitano, o “frágil consenso golpista”, existiam tanto líderes que reprovavam a proposta de Reformas de Base encampada pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) quanto elementos que execravam o modelo partidário como um tudo.

Desde o fim do Estado Novo em 1945 muitos políticos e intelectuais já enxergavam com desconfiança a existência de tantas agremiações partidárias, uma vez que, na sua visão:

Na medida em que a ideia de partido implica uma parte de um todo, e que o pluripartidarismo traz a possibilidade de que essas partes sejam entre si conflitantes, as lideranças políticas vêm nesse sistema uma ameaça de desunião e divisão da sociedade (Araújo, 1992, p. 192).

No entanto, para o modelo de democracia representativa liberal, consagrado no Ocidente após o século XIX, a instituição dos partidos políticos é essencial, pois ela demonstra a diversidade ideológica e a rotatividade do poder essenciais para o regime republicano (Lemos, 2004, p. 414).

Após a derrota do nazi-fascismo e a revelação dos seus horrores em 1945, regimes de partido único passaram a ser vistos com profundas ressalvas pela comunidade internacional no Ocidente. O que explica o cuidado dos golpistas para manter o Congresso aparentemente funcionando.

Desde o Golpe, o governo trabalhava para constituir uma ampla base parlamentar de apoio formada por cerca de dez partidos, o que era uma conquista admirável considerando-se

que até então o Brasil contava com treze partidos no total. Evidentemente, o PTB era uma das legendas excluídas do bloco governista, embora certos petebistas devotassem seu apoio a Castelo Branco individualmente (Grinberg, 2009, p. 56).

Contudo, essa campanha foi abalada com a cassação de Juscelino Kubitschek. Tramada nos bastidores com a ajuda de seu maior desafeto, Carlos Lacerda, a medida tirava do páreo para a sucessão presidencial em 1965, um dos nomes mais promissores, mas também incomodou o Partido Social Democrático (PSD), o que dissolveu o bloco governista (Napolitano, 2019, p. 82).

Lacerda pertencia a União Democrática Nacional (UDN), partido de perfil liberal que com o passar do tempo adotou uma posição conservadora, apelando inclusive para intervenções militares diante da vitória eleitoral de seus adversários, como Juscelino Kubitschek e João Goulart. No entanto, nem mesmo esses entusiastas do golpe estavam imunes do olhar reprobatório da direita militar:

Políticos moderados e conservadores também eram alvos de suspeita dos militares, cujo autoritarismo messiânico e patriótico se combinava com a visão moralista de que os civis no governo eram visceralmente corruptos. Neste processo de corrosão do sistema político constituído em 1946, mesmo o lacerdismo perdia espaço na oficialidade. O problema para a direita militar eram os partidos. Todos os partidos (Napolitano, 2019, p. 83).

Após a constatação do fracasso da frente governista, a limitação do raio de ação dos partidos entrou na pauta do dia. Assim, em julho de 1965 temos a promulgação da Lei Orgânica dos Partidos, e, em outubro do mesmo ano, o AI-2 (Grinberg, 2009, P. 58). O Ato vetava eleição direta para presidente e reduzia a diversidade de legendas a apenas duas: a Aliança

Renovadora Nacional (Arena) e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB).

Era mais um passo para a criação de uma concepção bem *sui generis* de democracia pelo novo governo, uma em que a vontade popular e o debate público deveriam ser controlados em nome do progresso que a cúpula militar oferecia ao país. Nesse contexto, como se posicionavam Arthur Reis e Alberto Rocha?

### **O “técnico” e o “anjo mau”: o governador e o secretário de Interior e Justiça**

Existem muitas similaridades entre Reis e Rocha. Ambos nasceram em Manaus e pertenciam a famílias tradicionais: Reis era neto do seringalista Cosme Ferreira e filho de Vicente Reis, proprietário do *Jornal do Comércio* (Dantas, 2014), enquanto Rocha era filho do bacharel e ex-senador Aristides Rocha (Revista da Faculdade de Direito do Amazonas, 1955, p. 24).

Ambos também se mudaram para o Rio de Janeiro com a maioria, muito embora Rocha tenha voltado a Manaus diversas vezes na qualidade de presidente da seção amazonense da UDN entre 1962 e 1963 (Tribunal Superior Eleitoral, 1964). Eis aqui a primeira diferença na trajetória destes dois homens, afinal Arthur Reis orgulhava-se de ser apertado (Amaral, 2020).

Historiador com vasta obra publicada, Arthur Reis também tinha uma carreira consolidada na administração estatal: ingressando nas fileiras do Ministério do Trabalho em 1939, o intelectual foi indicado pelo presidente Getúlio Vargas para chefiar a autarquia responsável por promover o desenvolvimento na região amazônica, a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA) (Dantas, 2014).

Seu mandato à frente da SPVEA (de 1953 a 1955) foi permeado por intensos desentendimentos entre o gestor e os governadores amazônicos, que não compreendiam a

demora no envio de verbas. É possível dizer que a origem de seu ressentimento com as lideranças trabalhistas começou justamente nessa época.

O Amazonas ainda vivia as consequências da crise da borracha, iniciada em 1910 com o fim do monopólio de exportação do látex, e as denúncias de corrupção eram abundantes. Eleito governador em 1950, Álvaro Maia, prócer pessedista, não foi capaz de enfrentar os dois problemas de forma efetiva (Tavares Neto, 2022, p. 94). Seu fracasso abriu caminho para a vitória do jovem advoga do trabalhista Plínio Ramos Coelho em 1954.

O plano adotado por Coelho para reerguer a economia do Amazonas passou pela criação de empresas de economia mista e austeridade fiscal no pagamento dos funcionários públicos. Daí a pressão sobre o diretor da SPVEA na remessa das verbas, o que resultou muitas vezes em acusações públicas de sabotagem de seu governo por Reis (Amaral, 2020, p. 175).

O mandato de Coelho também coincidiu com o governo de Juscelino Kubistchek, que estava colhendo bons resultados na área do desenvolvimento econômico. Para o Amazonas, no entanto, os dividendos desse crescimento só chegariam posteriormente, já sob a administração seguinte, do discípulo de Coelho, Gilberto Mestrinho.

Alberto Rocha, por seu turno, integrava a oposição aos governos trabalhistas de Coelho e Mestrinho. Diversas táticas foram realizadas pelo PSD e pela UDN locais para minar a influência trabalhista, como a acusação de fraude eleitoral no pleito de 1958 (Tavares Neto, 2022, p. 124).

Reeleito governador em 1962, Plínio Coelho adotou medidas mais conservadoras em relação aos movimentos sociais em seu segundo mandato, mas em junho de 1964 foi cassado. O nome de Arthur Reis foi indicado como candidato a governador para a Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas por um emissário de Castelo Branco. O marechal

e o historiador eram amigos de longa data (Viana Filho, 1975, p. 239).<sup>21</sup>

Uma vez eleito pelos parlamentares, Arthur Reis, que estava participando de um congresso em Genebra, veio para o Brasil. Numa de suas primeiras coletivas de imprensa ao chegar a Manaus para assumir o cargo de governador em 1964, ele afirmou: “Já disse que meu governo será assentado em bases técnicas” (*O Trabalhista*, 27/06/1964, p. 8).

Por “base técnica”, provavelmente Arthur Reis se referia a um método de trabalho mais orientado pelo planejamento e a expertise que propriamente pela discussão e negociação política. A própria carreira administrativa de Reis tinha se consolidado assim.

O “técnico” é pretensamente neutro em matéria de política, mas os jornais de oposição como *O Trabalhista*, que tinha sido propriedade de Plínio Coelho, denunciavam a parcialidade de Arthur Reis apontando a predominância de membros do PSD e da UDN em seu governo.

Um dos nomes citados era justamente de Alberto Rocha, que havia perdido a eleição de senador em 1962 e fora indicado por Reis para assumir a Secretaria de Interior e Justiça<sup>22</sup>. Com efeito, ele já era considerado na época como o grande arquiteto da governabilidade do mandato de Arthur Reis. Era essa proeminência que levava os articulistas d’*O Trabalhista* (14/07/1964, p. 4) a afirmarem que o historiador vinha sendo manipulado pelo “anjo mau” para efetuar vendetas políticas.

Em agosto de 1964, o governador adotou uma série de medidas arbitrárias, dentre elas a interdição da Assembleia pela polícia por conta da proposta de aumento de vencimento

---

21 O próprio Luis Viana Filho confessou que o nome de Alberto Rocha também foi cotado pelo emissário de Castelo Branco, o coronel Meira Mattos (Viana Filho, 1975, p. 94).

22 Alberto Rocha concorrera com Arthur Virgílio Filho do PTB, que ganhou a eleição (Tribunal Superior Eleitoral, 1964, p. 62).

apresentada pelos deputados. O caso ganhou destaque nacional, mas a rigor Arthur Reis foi protegido pelo poder central, que não acatou o pedido de intervenção federal realizado pelos parlamentares.

Inclusive, Reis passou a ser visto com bons olhos pela direita militar, reunida sob o rótulo de “linha dura”. O desgaste do governador com a classe política local não foi o suficiente para retirá-lo do poder, tamanho o prestígio que ele usufruía em Brasília.

Sobre a reforma partidária em 1965, Reis pronunciou-se na Assembleia Legislativa do seguinte modo:

O sentido do coletivo, a preocupação dos princípios, o interesse pelo bem público, em nenhum momento da vida partidária brasileira, das nossas origens aos dias de hoje, lhes compuseram uma constante objetiva. A reformulação da vida partidária, como a anunciam homens públicos e governantes, é, portanto, uma necessidade, porque ninguém pode ignorar a conveniência da sociedade política organizar-se em áreas partidárias, que a disciplinem e a conduzam a conscientização de seus próprios problemas (p. 16).

Fatalista, Reis naturaliza o patrimonialismo no tocante à vida política, afinal para ele o problema vinha “das nossas origens aos dias de hoje”. Todas as breves experiências democráticas que o Brasil vivenciou acabam sendo desqualificadas pelo historiador.

Nas missivas do secretário transparece uma pitada de menosprezo ao pragmatismo político, mas este lacerdista convicto – segundo ele, “o mal do Carlos Lacerda era ver e dizer, antes que os outros vissem (Rocha, 18/01/1966, p. 3)” – discordava de Reis e dos militares que encetaram o AI-2 num ponto: a obsolescência dos partidos políticos instituídos em 1946.

Em um relato de suas conversas com autoridades nacionais, Rocha informa a Reis que observou “que o papel mediador e estabilizador da classe média achava-se prejudicado, de um lado, pelo seu esmagamento pela política econômico-financeira do Governo, e de outro, pela destruição de seu instrumento de ação política, que era a UDN” (Rocha, 08/01/1966, p. 3).

Em conversa com o deputado federal Wilson Calmon, este teria indagado “de amigo para amigo, em caráter pessoal, o que, com franqueza, pensava eu de tudo isso – Ato Institucional, ARENA e etcetera. Disse-lhe que ao meu ver era tudo uma m...” (Rocha, 03/01/1966, p. 1).

Em diversos pontos em suas cartas, Rocha reforça sua insatisfação com o bipartidarismo. Dizia ele em janeiro de 1966 que “num certo sentido, e talvez por exigências de um processo revolucionário, politicamente conduzido de maneira desastrosa, voltamos a antes de 1930 [...]. Houve demasiado personalismo e falta de autenticidade revolucionária em que tudo que aconteceu” (Rocha, 04/01/1966, p. 4).

Recordemos que antes de 1930 imperava a Política dos Governadores, na qual o coronelismo possibilitava o revezamento das oligarquias paulista e mineira na Presidência. A crítica de Rocha dirige-se a Castelo Branco e não aos militares em si, dando a entender que seu personalismo permitira a redução do rico painel partidário em duas facções: os que o apoiam e os que não o apoiam.

Com efeito, as conversas com os principais elementos do governo apenas endossavam essa percepção. Em janeiro de 1966, o senador Fillinto Muller teria lhe dito que a Arena, “organização, que não é propriamente um partido, inautêntica e artificial e transitória em seu caráter”, deveria cumprir três objetivos em particular:

(1<sup>a</sup>) manter maciço apoio parlamentar ao Presidente da República, para que este pudesse levar a cabo as reformas, ditas de caráter estrutural, para as quais precisa da legislação adequada;  
 (2<sup>a</sup>) assegurar a continuidade da Revolução, mediante a eleição indireta do Presidente da República e dos Governadores dos Estados, sendo certo que este último objetivo é uma consequência direta do que foi, de fato, o fracasso das eleições de 3 de outubro.  
 (3<sup>a</sup>) assegurar ao Presidente da República, assim eleito, também maioria no Congresso Nacional (Rocha, 04/01/1966, p. 1).

Pedro Aleixo, futuro vice-presidente, também “confirmou o entendimento de serem as atuais organizações, que fazem as vezes de partidos, peças temporárias de um jogo limitado ao corrente ano” (Rocha, 18/01/1966, p. 1).

Lúcia Grinberg destaca que o bipartidarismo foi divulgado no interior da esfera política como uma solução paliativa e temporária para assegurar as profundas mudanças prometidas pelo governo Castelo Branco (Grinberg, 2009, p. 66).

### **Entre desafetos e concessões: rivalidades e negociações na criação da Arena**

Como era de se esperar, a criação de uma legenda que reunisse tantos nomes associados a partidos que construíram de certa forma uma cultura e um eleitorado próprio teria de passar pelas rivalidades e desafetos pessoais. Antônio José de Vries (21/12/1965, p. 1), genro de Reis, confessava ao historiador-governador a sua preocupação com a bancada federal, uma vez que dos cinco deputados que participariam da Arena, dois não se falavam: Abraão Sabbá e José Esteves.

Em audiência com o então Ministro da Justiça, Juraci Magalhães, Rocha teria sugerido que os governadores

deveriam prestigiar a formação dos diretórios da Arena ao invés da empreitada ficar somente a cargo da bancada federal de cada estado, mas o ministro teria respondido que para “os Governadores não tinham mesmo remédio, ou ficavam com a ARENA ou com a oposição”. Talvez Magalhães não tenha entendido a intenção de Rocha de conferir aos governadores o protagonismo na formação do diretório (Rocha, 26/12/1965, p. 2).

Ruy Araújo remeteu carta à Arthur Reis criticando o entendimento da bancada federal amazonense e filiando-se a perspectiva de Rocha:

No Amazonas, palavra do Dr. Alberto, os representantes federais pretendem organizar o diretório aqui mesmo, o que me parece um contra-senso. Assim também supõe o Dr. Alberto Rocha que, na conferência que teve com ele, no Gabinete do Ministro da Justiça, defendeu o ponto de vista de que o assunto deve ser deslocado para Manaus com a participação do Governador (Araújo, 02/01/1966, p. 1).

Havia assim inicialmente uma tensão entre os parlamentares no Congresso e o governador na constituição da Arena. Muitos elementos que apoiaram o Golpe, não nutriam simpatias pelos governadores. Mas, apesar da resistência inicial, a pressão da cúpula militar foi suficientemente forte para mantê-los sob o mesmo teto, tanto deputados federais quanto governadores e antigos desafetos políticos (Grinberg, 2009, p. 65).

Naturalmente, a reunião dos futuros membros sobre a mesma legenda ficou a cargo de Rocha. Em conversa com o engenheiro e amigo Firmo Dutra, este teria manifestado ao secretário seu temor quanto ao desempenho do novo partido no Amazonas, mesmo contando com eleições diretas apenas para a Assembleia Legislativa e as prefeituras:

A nossa conversa começou, fazendo Firmo Dutra considerações sobre a publicidade dada, no Amazonas, às sanções do Ato Institucional. Acha ele que isso deixou um resíduo de vergonha, de mal estar e ressentimento, que nos serão prejudiciais se tivermos que recorrer, eleitoralmente ao favor público. Não que se não devesse punir os que estavam em falta, mas sem tripudiar sobre os vencidos. Procurei como é evidente atenuar a impressão desfavorável, que afirmava no início de nossa conversa, e que deve-se em boa parte, ter origem no caso de Jayme Araújo. Acha ele que devíamos ter agido mais politicamente, para não sermos agora surpreendidos, desagradavelmente, com dificuldades de maior monta (Rocha, 08/01/1966, p. 1).

Dutra referia-se às medidas adotadas por Reis em agosto de 1964. Esse fragmento é interessante, pois tenta mensurar o impacto dos eventos para a maioria da população local. De acordo com a imagem que Dutra faz do “homem mediano”, “tripudiar sobre os vencidos” é tão condenável que mancharia a imagem do partido liderado no Amazonas pelo governador.

Na realidade, se com estes episódios Reis ganhou a simpatia da “linha dura” tanto a nível regional quanto nacional, é importante dizer que ele também perdeu apoio. José Lindoso, então secretário de Educação e Cultura, abandonou a pasta em decorrência dos acontecimentos, sendo substituído pelo desembargador André Araújo (Jornal do Comércio, 15-16/08/1964, p. 8).

Em virtude do ressentimento suscitado pelo protesto do ex-secretário, Arthur Reis exigiu ao representante da seção amazonense da Arena no Congresso, Vivaldo Palma Lima Filho, que não incluísse o nome de José Lindoso na legenda. “A ironia era que Vivaldo Palma Lima Filho era filho de um dos fundadores do PTB no Amazonas, Vivaldo Palma Lima,

mas declarou apoio ao governo após 1964, se tornando um nome de destaque na Arena (Queirós, 2021, p. 238)". Segundo Reis, o político não havia sido guiado por seus princípios, mas pelo desejo de reconduzir os trabalhistas ao poder, segundo fontes confiáveis lhe informaram. No entanto, Lindoso não só integrou a Arena como se tornou membro de sua Diretoria, o que motivou uma ríspida carta de Reis a Vivaldo Filho:

Sabe você que tomei atitude firme na questão da escolha do Dr. JOSÉ BERNARDINO LINDOSO para integrar a chefia da ARENA na Câmara Federal. Não foram aceitas as minhas razões, todas de ordem moral. Cumpro a palavra, desligando-me, a partir de hoje, dos quadros dessa organização partidária, que ajudei a implantar em nosso Estado (Reis, 29/09/1966, p. 1).

Independente do protesto de Arthur Reis, Lindoso manteve-se na diretoria e o Congresso permaneceu reconhecendo o governador como líder estadual da Arena. Nesse caso, a vontade de Arthur Reis não foi aceita pelo poder central.

Diante da incapacidade e recusa em “compreender as correntes políticas do Amazonas”, cabia a Alberto Rocha batalhar pela construção de um consenso sobre o governo de Reis nos bastidores. A adesão de políticos populares a sua causa deveria completar o serviço, como se eles estivessem emprestando o seu carisma para o governo. No entanto, a maioria desses elementos não integrava a oposição ao trabalhismo no Amazonas antes de 1964. Muito pelo contrário. É esse dilema que Rocha parece aludir no fragmento abaixo:

Assinalei, ainda que éramos obrigados, no Amazonas, a quebrar alguns ovos para fazer o omelete revolucionário. O que deixei de dizer é que talvez não tenhamos quebrado bastante. De tudo isso decorriam dificuldades, cujo remédio

parece ser agora o de incluir na ARENA tudo que nela queira entrar, alhos e bugalhos (Rocha, 18/01/1966, p. 1-2).

Talvez Rocha esteja referindo-se aos membros do PSD, que, livres da concorrência do PTB, tentaram ocupar os postos abertos com a onda de expurgos.

Comentando sobre a possibilidade de Álvaro Maia aderir a Arena, Rocha não esconde seu desafeto para com o líder pessedista quando afirma que “ele só se definirá mesmo, como de hábito, na vigésima quinta hora. Aliás, tome nota disso: sucederá o mesmo com quase todo mundo, pois será difícil pagar o preço que cada um imagina valer” (Rocha, 08/01/1966, p. 5).

A despeito da rixa entre pessedistas e udenistas, era essencial que Álvaro Maia, o grande “tuxaua” do partido, aderisse à Arena, pois, como bem lembra Lúcia Grinberg (2009, p. 64), “(...) a estrutura pessedista composta de homens e diretórios espalhados por todo o território nacional – era um capital político indispensável ao governo mesmo após o golpe”. Isso era especialmente necessário no Amazonas, onde o PSD garantia o controle político em muitas cidades do interior do estado.

Curiosamente, levando em consideração a Câmara dos Deputados, a UDN foi o partido que mais contribuiu com filiações para a Arena, ao todo 87 membros. No entanto, o PSD não ficava muito atrás, confirmando que a disputa pelo controle do partido se daria entre as duas organizações (Grinberg, 2009, p. 69).

Uma concessão do governo ao clamor das lideranças partidárias por algum grau de diferenciação no interior das novas organizações foi a adoção da prática de sublegendas em novembro de 1965 para as eleições para as prefeituras. Jairo Nicolau esclarece que

O instrumento serviu para acomodar na Arena e no MDB as lideranças locais e estaduais oriundas dos diversos partidos recém-extintos. Caso utilizasse a sublegenda, um partido poderia apresentar até três nomes para a disputa do mesmo cargo, o que significa dizer que em uma eleição para prefeito, por exemplo, poderiam concorrer até seis nomes, três da Arena e três do MDB (Nicolau, 2002, p. 108).

Como se vê, o AI-2 e suas leis complementares foram cruciais na nova articulação estabelecida entre o regime militar e a esfera municipal. Para Grinberg (2009, p. 82), o perfil oligárquico comum a muitos dos integrantes da Arena era extremamente benquisto pelo governo, pois ele permitia negociações com as elites regionais que garantiriam “amplo respaldo social” para a ditadura militar.

Em janeiro de 1966, o diretório estadual da Arena estava constituído, sendo Ruy Araújo aclamado como presidente pelos seus pares. Este assegurava que dos 44 municípios amazonenses, 38 já contavam com diretórios organizados (Jornal do Comércio, 23/01/1966, p. 8). Em maio, João Braga Júnior arregimentara mais prefeitos e vereadores, principalmente de Manacapuru e Itacoatiara, para a legenda (Jornal do Comércio, 15/05/1966, p. 8).

Após a instalação dos novos partidos, a configuração da Assembleia estadual ficou evidentemente desigual, beneficiando a Arena: esta contava com 22 deputados, enquanto o MDB possuía apenas cinco. Os três elementos restantes eram considerados por analistas políticos como “indecisos que sempre tendem para o Governo” (Jornal do Comércio, 01/05/1966, p. 24).

Posteriormente, com o apoio concedido à Lei das Inelegibilidades em 1965, o governador pode ter gerado uma mágoa para com seu colaborador mais útil: Alberto Rocha.

A Lei das Inelegibilidades proibia expressamente que candidatos domiciliados em outros estados pudessem concorrer a cargos eletivos em outra unidade federativa (Grinberg, 2009). Rocha, que morava no Rio de Janeiro, tinha assim o caminho para o governo do Amazonas barrado.

Em março de 1966, o deputado estadual Júlio Belém sugere que Ruy Araújo fosse o candidato a governador (Queirós, 2021, p. 236). No entanto, Reis queria que seu sucessor fosse um elemento das “novas fileiras” e por isso indicou em maio, seu Secretário da Fazenda, Danilo Duarte Mattos Areosa como candidato (Tavares Neto, 2022, p. 276). Areosa não era um político de carreira, assim como Reis. Mas demonstrando certa concessão à classe política, o governador aceitou que Araújo participasse da chapa na condição de vice-governador.

Possivelmente, Rocha pode ter entendido o apoio de Arthur Reis para as novas disposições eleitorais como um ataque à influência que detinha em Manaus e, por isso, pediu sua exoneração do cargo, sendo substituído pelo advogado David Alves de Mello em fevereiro de 1966 (Jornal do Comércio, 22/02/1966, p. 3).

Como fica evidente na trajetória de Arthur Reis e Alberto Rocha, a própria dinâmica da ditadura militar a partir de 1965 cuidou de dividir o “frágil consenso golpista” e enfraquecer até mesmo o protagonismo da classe política que apoiava o governo.

### **Raio em céu azul: Um partido organizado em duas horas**

Ainda sobre a formação da Arena, há uma curiosa declaração de Arthur Reis ao *Jornal do Brasil* em 1966 que merece ser analisada:

Falando de política, disse o Governador Artur Reis que organizou a ARENA em duas horas apenas, em Manaus, para todo o Estado do Amazonas. Contou que convocou os líderes

políticos do Estado às 9 horas da manhã do dia 20 de janeiro e, já às 11 horas, a ARENA tinha seu Diretório central formado: 1 Senador e 4 Deputados federais, além de líderes de diversas classes. Às 5 horas da tarde a ARENA foi instalada oficialmente no Amazonas no mesmo dia da primeira reunião (Jornal do Brasil, 19/02/1966, p. 3).

Na narrativa acima o fato parece como um raio em céu azul. Arthur Reis convoca, exige e é atendido prontamente pela classe política, o que demonstraria não só a habilidade do governador, mas também a sua sintonia com os políticos locais. A proeminência de Arthur Reis na definição dos principais rumos do partido, por seu turno, demonstra que a cúpula militar reservava um espaço bem restrito para os políticos cuidarem da própria estratégia partidária local.

No entanto, as cartas remetidas por Alberto Rocha, Ruy Araújo e Antônio José de Vries apresentam um painel bem diferente. As tensões tanto entre os próprios políticos quanto da classe para com o governador permearam todo o processo. Tensões presente na fundação do partido do governo que provavelmente condicionaram o comportamento das administrações estaduais seguintes.

A diversidade da experiência política construída pelos partidos entre 1945 e 1964 foi limitada em nome da construção de uma democracia “estável”, mas o envolvimento dos políticos foi realizado aos trancos e barrancos, diferente do que a narrativa oficial divulgava.

- AMARAL, V. A. Histórico de um rancor: Arthur Cezar Ferreira Reis e o trabalhismo amazonense (1954-1964). *Manduarisawa*, v. 4, n. 2, Manaus, 2020.
- ARAÚJO, R. *Carta ao Governador Arthur Cezar Ferreira Reis*. Rio de Janeiro, 02 Jan. 1966. Acervo Arthur Cezar Ferreira Reis (ACFR).
- ARAÚJO, M. C. *O segundo governo Vargas (1951-1954)*. São Paulo: Editora Ática, 1992.
- CHIRIO, M. *A política nos quartéis: revoltas e protestos de oficiais na ditadura militar brasileira*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2012.
- DANTAS, H. C. *Arthur Cezar Ferreira Reis: trajetória intelectual e escrita da História*. Jundiaí: Paco Editorial, 2014.
- FICO, C. *Além do golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar*. 3. ed. Rio de Janeiro: Record, 2014.
- GRINBERG, L. *Partido político ou bode expiatório: um estudo sobre a Aliança Renovadora Nacional (1965-1979)*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.
- LEMOS, R. Poder Judiciário e poder militar (1964-1969). In: CASTRO, C.; IZECKSOHN, V.; KRAAY, H. (orgs.). *Nova História Militar Brasileira*. Rio de Janeiro: Editora FGV/Bom Texto, 2004.
- MARTINS FILHO, J. R. *O Palácio e a caserna: a dinâmica das crises políticas na Ditadura (1964-1969)*. São Carlos: UFSCAR, 1996.
- NAPOLITANO, M. *1964: história do regime militar brasileiro*. 7. reimp. São Paulo: Editora Contexto, 2019.
- NICOLAU, J. *História do voto no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.
- QUEIRÓS, C. A. B. “Vão-se os partidos, mas fica a Arena”: A formação da Arena e do MDB e as disputas políticas no estado do Amazonas (1964-1966). *Politeia – História e Sociedade*, v. 20, n. 1, p. 226-242, jan-jun, 2021.
- REIS, A. C. F. *Carta a Vivaldo Palma Lima Filho*. Manaus, 29 set. 1966. Acervo ACFR.
- REIS, A. C. F. *Mensagem à Assembleia Legislativa*. Manaus: Editora Sérgio Cardoso, 1965.





REIS, D. A. *Ditadura e democracia no Brasil: do golpe de 1964 à Constituição de 1988*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2014.

ROCHA, A. R. *Carta estritamente confidencial ao Sr. Arthur Cezar Ferreira Reis*. Rio de Janeiro, 26 Dez. 1965. Acervo ACFR.

ROCHA, A. R. *Carta estritamente confidencial ao Sr. Arthur Cezar Ferreira Reis*. Rio de Janeiro, 03 Jan. 1966. Acervo ACFR.

ROCHA, A. R. *Carta estritamente confidencial a Arthur Cezar Ferreira Reis*. Rio de Janeiro, 04 Jan. 1966. Acervo ACFR.

ROCHA, A. R. *Carta estritamente confidencial ao Sr. Arthur Cezar Ferreira Reis*. Rio de Janeiro, 08 Jan. 1966. Acervo ACFR.

ROCHA, A. R. *Carta estritamente confidencial ao Sr. Arthur Cezar Ferreira Reis*. Rio de Janeiro, 18 Jan. 1966. Acervo ACFR.

TAVARES NETO, J. R. *Entre democracia e autoritarismo: sistema político-partidário e formação de governos no Amazonas (1945-1967)*. Tese (Doutorado em História, Política e Bens Culturais) – Escola de Ciências Sociais da Fundação Getúlio Vargas; Rio de Janeiro, 2022.

TRIBUNAL Superior Eleitoral. *Dados estatísticos: eleições federais, estaduais, realizadas no Brasil em 1962 e um confronto com anteriores*. v. 6. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1964.

VIANA FILHO, L. *O Governo Castelo Branco*. Tomo I. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército/ José Olympio Editora, 1975.

VRIES, A. J. *Carta a Arthur Cezar Ferreira Reis*. Rio de Janeiro, 21 dez. 1965. Acervo ACFR.

## **A ditadura e a política para a Amazônia nos primeiros anos após o golpe de 1964**

*Carlos Eugenio Renha*

A ditadura civil-militar brasileira foi preparada e implementada com o intuito de impedir uma suposta e fantasiosa dominação comunista do país e, desse modo, assegurar a democracia brasileira, proteger a religião católica e preservar a família tradicional. O golpe de 1º de abril de 1964 foi planejado e executado dentro de um contexto de tensão cada vez maior dentro da ordem bipolar comandada por Estados Unidos, de um lado, e a União Soviética como sua antítese, do outro. A Guerra Fria estava em um período de total ebulição, com a Revolução Cubana tendo ocorrido a partir de 1959, com a crise dos mísseis russos em território cubano acontecendo no fim de 1962, assim como os movimentos de libertação nacional que eclodiram por todo o continente africano entre o fim da década de 1950 e o começo da década de 1960.

Golpistas civis e militares criaram um clima de pânico crescente, associando as reformas sociais que o então presidente João Goulart pretendia fazer à ação do comunismo internacional, que transformaria o país em uma nova Cuba. Como ressalta Daniel Aarão Reis (2014, p. 86), o golpe foi estimulado e planejado como um ato defensivo por parte de “patriotas” que estavam lutando para impedir uma ditadura da esquerda. Os golpistas se colocavam como salvadores da

democracia brasileira e da moralidade, portanto era necessário tomar o poder e executar uma revolução que acabasse com os “subversivos” e com a corrupção generalizada comandada por eles. Qualquer político identificado como comunista ou como pertencente ao getulismo (muito forte e atuante em todo o país, mesmo 10 anos após a morte de Vargas), deveria ter seus direitos políticos cassados.

A partir de 1967, após o desmantelamento do quadro político nacional, a destruição da oposição, a repressão dos movimentos sociais por meio dos Atos Institucionais 1, 2 e 3 e a aprovação de uma nova Constituição, a ditadura militar passou a apostar cada vez mais em um modelo de desenvolvimento econômico no qual o Estado impulsionava e promovia os investimentos privados, nacionais e estrangeiros. Em suma, os militares utilizaram o nacional-desenvolvimentismo, ideologia político-econômica com fortes vínculos com o nacionalismo, para promover a modernização conservadora do país.

Baseado no planejamento estatal para a organização dos investimentos em setores básicos e estratégicos da economia nacional, o desenvolvimentismo nacionalista foi ganhando corpo a partir da Revolução de 30, passando pelo segundo governo Vargas, chegando ao auge no governo de Juscelino Kubitschek e também sendo a ideologia utilizada nos anos João Goulart. Isso mostra que os militares não cortaram todos os laços com a herança getulista, como afirmavam em seus discursos, mantendo pontos que favoreciam o seu controle sobre a economia e a sociedade. Essa forte intervenção do governo militar na economia, aliada a um panorama favorável na conjuntura internacional, gerou um surto de crescimento econômico que durou de 1968 a 1973, fazendo com que o Brasil vivesse o chamado “milagre econômico”.

Porém, antes desse período, durante os anos de 1964 a 1966, os militares ficaram sem realizar qualquer ação efetiva sobre uma grande parte do território nacional: o espaço

amazônico. Herdando os problemas regionais que estavam sem solução desde a crise da borracha na década de 1910, a ditadura demorou dois anos para decidir os rumos que deveria tomar para estimular o crescimento amazônico e incentivar a sua integração nacional com o resto do país. Essa tomada de decisão veio através da Operação Amazônia, adotada no fim de 1966 e o início 1967.

A Operação Amazônia regulamentou a Zona Franca de Manaus, criando sua Superintendência, substituiu o Banco de Crédito da Amazônia pelo Banco da Amazônia, ampliou os incentivos fiscais e os estímulos ao capital privado, com as principais decisões sendo tomadas de forma centralizada pelo Executivo Federal. Mas o que a Operação Amazônia trazia de novo a respeito do trabalho que já era feito anteriormente ao golpe e em relação à maneira como a Amazônia era enxergada e entendida pelo poder central?

### **Poder central consolidado e intervencionismo estatal**

Em discurso realizado no Amapá, em 1966, o presidente Castello Branco anunciava com alarde o empenho em adotar medidas para o desenvolvimento econômico da região amazônica, o que estaria “no primeiro plano das preocupações do governo”. E afirmava que seria feita uma completa reformulação da política nacional seguida até aquele momento, mudança que levaria em conta a “experiência dolorosamente acumulada” ao longo dos anos e que teria como objetivo resolver, além da questão econômica, “a sua ocupação racional, o fortalecimento das suas áreas de fronteira e a integração do espaço amazônico no todo nacional” (Castello Branco, 1966, p. 226-227).

A fala de Castello Branco traz algumas conclusões bem evidentes: a Amazônia não tinha ainda uma população condizente com o seu espaço geográfico; na prática ainda

era uma região afastada e desconectada economicamente do resto do país e o governo central se preocupava com a segurança nacional a partir de suas fronteiras, despovoadas e desprotegidas. Se voltarmos vinte e seis anos no tempo a partir desse discurso, veremos que Getúlio Vargas, discursando em Manaus em 1940, defendia uma “cruzada desbravadora” para vencer pouco a pouco, “o grande inimigo do progresso amazonense”: o espaço imenso e despovoado. Prometia também que seria feito sem demora o “ingresso definitivo no corpo econômico da Nação, como fator de prosperidade e de energia criadora” e que era responsabilidade do Estado “civilizar e povoar milhões de quilômetros quadrados”, evitando assim a cobiça e apetite de absorção por países estrangeiros de toda a riqueza potencial que a Amazônia tinha a oferecer (Vargas, 1940, p. 78-81).

A comparação desses dois pequenos trechos dos discursos presidenciais demonstra que nada havia mudado em relação ao status quo da região amazônica, tanto em relação aos seus problemas internos, quanto à falta de integração com a economia nacional. Mas, para além da realidade em si, a forma que a ideologia política de cada uma das ditaduras enxergava a Amazônia também permanecia sem alteração, por mais que o regime de 1964 se esforçasse para se mostrar antagônico, em todos os sentidos, aos ideais de Vargas. A representação do espaço amazônico utilizada pelos militares na década de 1960 foi construída e determinada pela Era Vargas, principalmente durante o período do Estado Novo.

Após a Revolução de 1930, o fortalecimento do Executivo, a centralização do poder e a preocupação com a administração do território nacional apresentam-se como questões fundamentais a serem implementadas e defendidas pela administração do governo central do país. Apesar de existirem políticas federais nesse sentido desde o seu início, somente a partir de 1937, com o advento do Estado Novo, um

projeto nacionalista que visava a expansão econômica dentro das fronteiras nacionais, a integração entre as diversas regiões do país e o uso racional das riquezas naturais foi impulsionado, de cima para baixo, em um movimento por parte da burocracia estatal que tinha como objetivo atingir todos os espaços considerados essenciais para o desenvolvimento brasileiro. Os tenentistas colocaram em funcionamento uma doutrina que já estava presente nas discussões políticas e que fora elaborada para se contrapor à descentralização da Primeira República, considerada excessiva e prejudicial aos interesses nacionais, pois satisfazia apenas às oligarquias dos estados mais fortes política e economicamente.

[...] a ideologia nacionalista já era muito forte no Brasil desde a década de 20, sobretudo a partir dos escritos de Alberto Torres, o pensador brasileiro que mais influenciou as jovens gerações de então, civis e militares, quanto à defesa desses princípios. Nacionalismo e estatização eram temas integrantes da agenda de parcela significativa dos jovens oficiais aliados de Vargas na Revolução de 1930, que o levou ao poder (D'Araujo, 1999, p. 109-110).

O Estado Novo se colocava como um organismo em transformação, crescendo para construir um novo país e, conseqüentemente, gerir a vida de todos os seus cidadãos. Para atingir tal objetivo foi necessário gerar uma nova administração pública, aumentando o seu poder burocrático e, o mais importante, focar suas ações na busca de soluções para problemas nacionais, abandonando o regionalismo reinante na Primeira República.

Sendo assim, todos os governos federais do período pós-30 se beneficiaram desse crescimento estrutural. A partir desse novo tempo histórico, a interferência estatal na economia nacional torna-se a regra, chegando ao auge na década de

1950 e mantendo-se presente até a década de 80. Não se pode compreender o capitalismo brasileiro desse período sem ter em mente que todas as atividades administrativas governamentais passaram a ser orientadas a partir de planos pré-determinados, que foram pensados e executados por diversas instituições federais. O planejamento econômico era compreendido como uma técnica a ser utilizada pelo Estado e, por isso, uma política econômica intervencionista traria benefícios aos setores privados. A interferência estatal se daria sobretudo com o objetivo de facilitar os investimentos, a fim de que fossem realizados de forma mais eficiente.

No caso da ditadura brasileira de 1964, mesmo tendo atuado para atender as exigências da reprodução do capital econômico e incentivar a expansão das empresas privadas, nacionais e estrangeiras, a sua participação como ator planejador da economia foi decisiva. Para que as empresas privadas pudessem funcionar e prosperar, o Estado precisou interferir de diversas maneiras, sistematicamente, nas relações internas da economia brasileira (Ianni, 1971, p. 233).

## **Representação amazônica antes da ditadura**

A ideologia política nacional desenvolvimentista exigiu uma transformação e uma readequação da representação amazônica. A partir da Revolução de 30, o governo Vargas determina uma reconstrução na forma de ler, compreender e enxergar o lugar da Amazônia no Brasil, com o objetivo de superar a tradicional dicotomia estabelecida entre inferno verde e paraíso perdido na Terra. Com isso, a ênfase no futuro da região se dá através de uma retórica que valoriza a Amazônia como uma terra de riquezas, um verdadeiro celeiro cobiçado pelo mundo. Sua situação de vulnerabilidade, tanto social quanto econômica, ocasionada pelo colapso de sua economia gomífera ainda na década de 1910, só permaneceu

inalterada por causa da negligência da Primeira República, que abandonou a região à própria sorte junto com seus habitantes. Por meio da técnica e do saneamento, o governo central faria o caboclo e o nordestino de espírito bandeirante vencerem os fatores climáticos.

De fato, há uma evidente quebra de paradigma, ou seja, uma ruptura proporcionada pelo novo tempo histórico, o que não ocorreu após o golpe de 1964. A ideologia de avanço dentro do próprio território brasileiro, a fim de conquistá-lo de uma vez por todas, foi aumentada de forma exponencial durante o Estado Novo, culminando na prática da Marcha para o Oeste, cujo discurso nacionalista enaltecia e exaltava a importância da integração nacional. Todo o simbolismo presente na Marcha para o Oeste foi baseado em uma mudança de perspectiva em relação à representação das áreas interioranas e de fronteira. No caso da Amazônia, isso queria dizer que, ainda que fosse um problema a ser resolvido pelo país, a região passaria a ser reconhecida como local de oportunidade de desenvolvimento.

Era necessário ocupar a terra e povoá-la para garantir efetivamente a soberania brasileira sobre a Amazônia. Concomitantemente a isso, também era preciso explorar o solo e as riquezas minerais existentes para afastar de vez o interesse imperialista dos países mais desenvolvidos. Portanto, seria o próprio Brasil quem colonizaria e desenvolveria definitivamente o espaço amazônico, determinando a inserção do imenso espaço não utilizado para complementar a economia nacional. O objetivo final dessa expansão econômica interna deveria ser a integração de todo o país, alcançando através do desenvolvimento econômico as fronteiras políticas já definidas.

Os principais elementos de riqueza, que nos tornarão fortes e capazes de atuar no plano da civilização universal, reúnem-se exatamente nessas vastas regiões, de que até agora não tiramos vantagem alguma e das quais mesmo

só temos uma ideia vaga e imperfeita (Amaral, 1940, p. 4).

Assim sendo, durante o final da década de 1930 até meados da década de 1950, um novo discurso e uma nova prática política transformaram a forma de encarar a Amazônia, reconfigurando a sua representação. A Amazônia passa do abandono a que foi relegada durante a Primeira República a uma política de valorização, presente nos dois períodos varguistas, mas também durante a Constituinte de 1946. Durante a formulação da Constituição de 1946, foi idealizado pelo deputado Leopoldo Peres (AM) e apresentado pela bancada do Amazonas um plano de valorização econômica da Amazônia. A ideia foi aprovada e virou o artigo 199, pelo qual se assegurava uma constante inversão de recursos federais na região, equivalentes a três por cento da renda tributária da União, estados, territórios e municípios amazônicos, por pelo menos vinte anos consecutivos. Em 1953, durante o governo democrático de Vargas, foi criada a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), para executar o plano de valorização. A SPVEA foi o segundo órgão federal regional criado no país (antes só existia a Comissão do Vale do São Francisco, de 1948) e através dela foi realizado o primeiro planejamento de ação para toda uma região brasileira. Sua finalidade era modificar o panorama de decadência econômica e social dos principais pontos do espaço amazônico. Assim criou-se um novo horizonte de expectativas para a Amazônia.

Portanto é correto afirmar que, durante esse período, a Amazônia não teve suas estruturas internas modificadas, mas o Brasil como nação, sim. Isso se deu porque uma nova ideologia política dominante pode espelhar-se em representações já existentes ou criar diferentes representações para que determinados objetos sejam encaixados em suas visões de mundo e justifiquem suas práticas estatais. Uma

mesma sociedade pode escolher lidar de forma diversa com o seu passado e, a partir de uma nova leitura, apresentar outras esperanças para o seu futuro, em desacordo com o que existia antes. Novos discursos políticos podem reimaginar determinados aspectos do passado e passar a valorizar objetos tidos como sem importância ou esquecidos até então. Logo, como afirma Ciro Cardoso (2000, p. 28), as representações são mutáveis e fazem parte do todo que constitui uma ideologia dominante, estando relacionadas diretamente ao contexto social em que estão inseridas e aos interesses que despertam nos poderes políticos.

### **A política amazônica dos militares logo após o golpe**

Após a derrubada de Jango, os militares tomam duas medidas: interrompem o funcionamento da SPVEA para fazer uma “reforma moral” na instituição e, no Amazonas, destituem o governador Plínio Ramos Coelho e escolhem Arthur Reis como seu substituto. Em relação a SPVEA, uma semana após o golpe, o governo nomeou o general Ernesto Bandeira Coelho como seu interventor. Em seguida, o também general Mário de Barros Cavalcanti assumiu a direção da Superintendência, que passou a estar subordinada ao recém-criado Ministério Extraordinário para a Coordenação dos Organismos Regionais. Primeiramente, a intenção era recuperar a SPVEA, fazendo com que esta fosse vista como uma instituição renovada e confiável. Em um breve resumo sobre os objetivos da SPVEA, pode-se afirmar que ela foi criada através da lei 1806/53 para desenvolver economicamente os espaços subaproveitados da região ou aqueles que ainda não haviam sido explorados. Seu intuito geral estava apoiado em três pilares: conseguir assegurar a ocupação territorial da Amazônia; construir na região uma sociedade economicamente estável e progressista e que fosse capaz de se manter com seus próprios recursos;

desenvolver a economia amazônica num sentido complementar ao da economia brasileira (SPVEA, 1954, p. 4).

Depois de examinar as localidades que teriam prioridade na recuperação econômica e no desenvolvimento social, a SPVEA chegou à conclusão de que os problemas de base da Amazônia estavam todos interligados e não podiam ser entendidos separadamente. Por isso deveria procurar solucionar todas as seguintes questões, essenciais para o progresso na região, simultaneamente: alimentação; produção de matérias primas e sua industrialização; transporte; distribuição do capital; saúde; nível cultural e a recuperação das populações extrativistas (SPVEA, 1954, p. 5).

Todos esses pontos foram alvo do Primeiro Plano Quinquenal, que nunca foi seguido por não ter sido nunca apreciado pelo Congresso Nacional. O que nos interessa demonstrar nesse momento é que o próprio superintendente militar apontava que os problemas identificados em seus relatórios, tidos como responsáveis pelo não funcionamento da instituição até 1963, continuavam ocorrendo da mesma maneira em 1964 e 1965.

A escassez de recursos tem sido uma constante negativa na vida da SPVEA, que a cada passo vê aumentadas as suas tarefas, sem que se lhe proporcione um correlativo acréscimo de recursos. Ao contrário, os rotineiros planos de economia, inexoravelmente executados pelo Governo Federal, têm retirado da instituição os instrumentos financeiros necessários a uma obra de autêntica valorização (Cavalcanti, 1967, p. 62) Assim, enquanto a SUDENE tinha um aumento de 93,8% a Comissão do Vale do São Francisco de 34,8%, o Plano do Carvão Nacional de 95%, o da SPVEA atingia a 0,05%, contrastando com sua despesa de custeio que aumentava de 300%. Tal fato, de indifereçável gravidade, impossibilitando a plena efetivação de vários

projetos de significação econômica, sobretudo os que requerem recursos maciços, tem concorrido, em grande parte, para justificar a inoperância do órgão, face aos problemas que se propôs resolver [...] (Cavalcanti, 1967, p. 132). Assim é que para o exercício de 1965 a dotação desta Superintendência corresponde a 3% da renda arrecadada de 1963, com uma decalagem de dois anos. Se, há onze anos passados (quando foi aprovada a Lei n.º 1.806), a diferença do orçamento de um ano para outro nada representava, hoje é qualquer coisa de astronômico, havendo uma verdadeira distorção do dispositivo constitucional que lhe assegurou aquele percentual. Desta maneira, é firme disposição desta Superintendência evitar o prolongamento de uma política de restrições na contribuição financeira da União, que somente prejuízos tem acarretado à região amazônica, além de, neste lance, contribuir para o desprestígio da Revolução, através da perpetuação de um sistema que se objetivou combater (Cavalcanti, 1967, p. 133).

Por causa da inação do governo federal em relação à Amazônia, políticos amazônidas e a imprensa começaram a criticar duramente a instituição e os militares. Edgar Cerqueira, governador do Acre, pediu a extinção da SPVEA no início de 1965, afirmando que ela não atendia às necessidades da Amazônia. O deputado federal paraense Gabriel Hermes atacou as decisões do governo militar, asseverando que até então nada se diferenciava do que acontecia antes de 1964: a região permanecia recebendo menos recursos do que deveria, sem regularidade e continuava sem um plano de trabalho e investimentos. O *Jornal do Comércio* amazonense, em agosto de 1965, chamava a SPVEA de “distribuidora de verbas inúteis e contraproducentes que jamais deram rendimento à região”. (Renha, 2017, p. 92).

Quando o governo militar resolveu realmente enfrentar os problemas da Amazônia, colocou em vigor a Lei nº 5.173, de 27 de outubro de 1966, que extinguiu a SPVEA e criou a SUDAM. A substituição da SPVEA pela SUDAM foi um dos pilares da Operação Amazônia, um conjunto de instrumentos legais, adotados entre o final de 1966 e o início do ano seguinte. Essa Operação ampliou os incentivos fiscais e os estímulos ao investimento de capital privado na região. A Zona Franca de Manaus foi regulamentada e foi criado o Banco da Amazônia, que substituiu o Banco de Crédito da Amazônia. O objetivo continuava o mesmo das décadas anteriores: estabelecer um processo coordenado e intenso de ocupação territorial da região, visando finalmente integrá-la ao restante do país. Mais uma vez a integração seria executada de forma centralizada pelo Executivo Federal, com as principais decisões tomadas fora do espaço amazônico.

Apesar de a Operação Amazônia ter sido vendida pelo governo militar como uma revolução que transformaria a economia da Amazônia, a SUDAM, que tinha a finalidade de planejar, coordenar, executar e controlar a ação federal na região, não executou políticas com grandes alterações em relação às estratégias gerais já praticadas pela própria SPVEA anteriormente. A política regional adotada em 1966 destinava-se a propósitos que já constavam do Primeiro Plano Quinquenal da SPVEA que, onze anos antes, já havia mapeado e delineado soluções para todas essas questões. Esses propósitos eram estabelecer polos de desenvolvimento (áreas preferenciais para a aplicação dos recursos disponíveis); grupos de população estáveis e autossuficientes (especialmente nas fronteiras amazônicas); estimular a imigração; proporcionar incentivos ao capital privado; desenvolver a infraestrutura; e pesquisar o potencial de recursos naturais. A ideia, a partir da Operação Amazônia, era aplicar no espaço amazônico o mesmo modelo

de desenvolvimento já utilizado pela SUDENE no Nordeste (Mahar, 1978, p. 22).

Ainda que a ditadura civil-militar tenha aprofundado, a partir da década de 1970, a atuação estatal através dos grandes projetos para a região e ignorado as brutais consequências sociais advindas da imposição da entrada do capital, principalmente estrangeiro, na região, como a dizimação de grupos indígenas, para citar apenas uma das mais graves consequências, pode-se perceber que há muito mais uma continuidade com o período anterior do que a propalada cisão entre o período populista e o dos militares. O que o governo militar fez foi seguir um caminho que já havia sido traçado há décadas, alterando certamente algumas de suas características e eliminando outras. Dentro da dinâmica desenvolvimentista, houve um investimento pesado em concessões para a exploração mineral pelo capital estrangeiro e a execução de grandes obras, executadas diretamente pelo Estado brasileiro (como a transamazônica), ou facilitadas para a atuação de empresas estrangeiras através de ações estatais como a disponibilização de terras, a anuência de subsídios ou a isenção de impostos e estímulos fiscais.

### **A situação política no Amazonas**

Indicado como novo governador do estado por Castello Branco no fim de junho de 1964 e aprovado pela Assembleia Legislativa do Amazonas, o historiador Arthur Reis era a opção ideal para legitimar os valores da “revolução” no Amazonas, pois era um respeitado e conhecido intelectual amazonense, tinha um currículo extraordinário e não se importava com preferências partidárias e com a manutenção do regime democrático.

De acordo com Lobato (2009, p. 638), Arthur Reis tinha uma concepção de desenvolvimento nacional bem similar à de pensadores e intelectuais como Alberto Torres, Oliveira Vianna,

Azevedo Amaral, expoentes do pensamento nacionalista autoritário. Reis acreditava, assim como Alberto Torres, em um Estado interventor e que cabia aos intelectuais forjar a consciência nacional, assim como influir nos rumos da política brasileira. Sempre preocupado com a cobiça internacional e a perda da soberania brasileira sobre o espaço amazônico, Arthur Reis ambicionava um poder central com força suficiente para garantir a segurança nacional e assegurar a Amazônia como território brasileiro, livre das investidas das potências imperialistas. Para isso era essencial explorar de forma racional os recursos naturais e fortalecer a presença do elemento humano na Amazônia.

Os processos de independência dos países africanos e asiáticos, entre as décadas de 1940 e 1960, faziam com que Reis concluísse que a Amazônia seria o próximo alvo das políticas colonialistas europeias e dos Estados Unidos. Em sua visão, a Amazônia seria o local considerado ideal para receber excedentes populacionais, produzir os alimentos necessários para essa mesma população em abundância e fornecer matérias-primas para as indústrias mundiais (REIS, 1968, p. 226). Para o historiador, os brasileiros haviam recebido uma herança deixada pela Coroa portuguesa: a Amazônia. No entanto, os brasileiros trataram com desdém esse tesouro durante décadas. A criação da SPVEA, na década anterior à sua escolha como governador do Amazonas, havia dado a ele, como seu primeiro superintendente, a oportunidade de revigorar a região e afastar de uma vez por todas essas ameaças. No entanto, como superintendente, Arthur Reis ficou menos de um ano e meio no cargo, entre 1953 e 1955. Sua saída foi causada pelos conflitos entre ele e as elites políticas locais, que não aceitavam o planejamento da instituição e tentavam interferir na distribuição de verbas. Enquanto esteve na chefia da SPVEA, Reis ficava indignado por não haver nenhum esforço político para compreender o trabalho que estava

apenas começando. Toda a organização montada até então pela instituição exigia a aplicação de recursos apenas em áreas predeterminadas, tanto por sua posição geográfica, quanto por sua importância política e econômica. O trabalho não se limitava à pura e simples distribuição dos recursos do governo federal, pois, para isso, não era necessário plano nenhum. “Os problemas é que deviam ser equacionados e resolvidos: mais graves num Estado, menos noutro. No planejamento, consideramos os problemas e não os Estados e Territórios” (Ferreira Filho, 1961, n.p.)

Já fora da SPVEA, ao comentar as dificuldades que enfrentou, Reis afirmou que não recebeu nenhum tipo de ajuda. “Ninguém nos procurou para um subsídio, uma sugestão que pudéssemos aceitar. Procuravam-nos para pedir empregos.” A única exceção teria sido Darcy Ribeiro, que ajudou a estruturar a parte cultural. Reis também afirmou que sua saída teria sido exigência de alguns políticos, por não ter atendido a interesses externos ou solicitações locais. De acordo com sua experiência, os próprios políticos e representantes da Amazônia não tinham interesse na continuidade do Primeiro Plano Quinquenal como condutor oficial da recuperação regional. Com a aprovação pelo Congresso de um planejamento a ser seguido, chegaria ao fim a possibilidade de usar o orçamento federal para ter seus interesses eleitoreiros e imediatistas atendidos (Ferreira Filho, 1961, n.p.). Como afirma Rosiel Mendonça (2019, p. 32):

Possivelmente, o “horror” que o historiador alegava ter da política profissional vinha das frustrações experimentadas por ele quando pôde conviver próximo ao poder, em especial nos anos como superintendente da SPVEA ou em diferentes posições em outros órgãos. Reis entendia que a atuação da administração pública federal em relação à Amazônia era historicamente errática, dentre outros fatores, devido ao insidioso *modus operandi* da política

partidária. A desilusão e o desencanto com a política o fez resistir, inclusive, à sua filiação ao partido da ditadura, a Aliança Renovadora Nacional (Arena).

Assim sendo, em seu mandato Reis estava comprometido a reestabelecer a ordem institucional, combater a corrupção e à subversão política. Mesmo enfrentando crises com o poder legislativo, que o levaram a renunciar logo no início de seu governo, Arthur Reis permaneceu no governo estadual após ser convencido a ficar e ter seu poder bancado diretamente pelo presidente Castello Branco. Assim, a Assembleia Legislativa teve que aceitar as decisões do fortalecido e despótico novo governador. Amparado pelo regime de exceção inaugurado pelo Golpe de 1964, o ressentimento de Arthur Reis pôde finalmente ser aplacado com a desarticulação do poder dos trabalhistas e à perseguição implacável ao governador cassado, Plínio Coelho, um dos maiores nomes do trabalhismo no Amazonas, ao lado de Gilberto Mestrinho.

O período de Reis no comando do Amazonas não foi somente baseado em autoritarismo, repressão e reforma moral. O então governador estimulou a cultura (dando espaço a artistas, mesmo não alinhados ideologicamente à ditadura e incentivando a literatura com edições governamentais de diversos autores regionais, entre outras iniciativas), e privilegiou o crescimento econômico. Elaborou o Plano Bienal para os anos de 1965 e 1966, destacando a predominância da livre empresa junto à ação complementar e reguladora do poder estadual e apesar da demonização da república democrática e da política estadual comandada pelo trabalhismo amazonense antes de 1964, executou uma modernização conservadora conforme o desejo das elites locais. Os objetivos traçados pelo Plano Bienal constituíam-se de algumas velhas reivindicações feitas ao governo federal, que deveriam ter sido resolvidas pela SPVEA: a estabilização da economia local, o alargamento da

linha de povoamento efetivo, a integração do desenvolvimento nacional, assegurar base para novos empreendimentos e corrigir distorções e estrangulamentos. Ainda assim, seu período à frente do poder executivo local ajudou a preparar Manaus e o Amazonas a se inserirem no mundo do capitalismo moderno, ainda que os resultados apresentados por seu Plano Bienal não tenham sido exuberantes e o interior do estado tenha continuado pouco povoado.

- AMARAL, A. A Política do Mês. *Novas Diretrizes*. n. 23, ano III. Rio de Janeiro, set. 1940.
- AMARAL, V. A. Histórico de um Rancor: Arthur Cezar Ferreira Reis e o Trabalhismo Amazonense (1954-1964). *Revista Eletrônica Discente do Curso de História – UFAM*, v. 4, n. 2, ano 4, 2020.
- AMARAL, V. A. “*Um despota esclarecido nos trópicos: Arthur Reis e seu governo*”. Almanaque Urupês, 2013. Disponível em: <https://almanaqueurupes.com.br/index.php/2013/02/08/um-despota-esclarecido-nos-tropicos-arthur-reis-e-seu-governo/>.
- AMARAL, V. A. Vicissitudes de um Heródoto caboclo: Arthur Reis e a ditadura civil-militar em Manaus (1964-1966). *Temporalidades – Revista Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFMG*. v. 5, n. 3 (set./dez. 2013) – Belo Horizonte: Departamento de História, FAFICH/UFMG, 2013.
- BIELSCHOWSKY, R. *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. 4. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.
- CARDOSO, C. F.; MALERBA, J. (orgs.). *Representações: contribuição a um debate transdisciplinar*. Campinas, SP: Papirus, 2000.
- CASTELLO BRANCO, H. *Respondendo à saudação do governador do Território do Amapá*. p. 226-227. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/castello-branco/discursos/1966/34.pdf>.
- CAVALCANTI, M. B. *Da SPVEA à SUDAM: (1964-1967)*. Belém: Sudam, 1967.
- D'ARAÚJO, M. C. (org.). Nos braços do povo: a segunda presidência de Getúlio Vargas. In: *As instituições brasileiras da Era Vargas*. Rio de Janeiro: EdUERJ; Ed. FGV, 1999.
- FERREIRA FILHO, C. *Amazônia em novas dimensões*. Manaus: Editora Conquista, 1961.
- FICO, C. *Reinventando o otimismo: Ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.
- IANNI, O. *Estado e planejamento econômico no Brasil (1930-1970)*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1971.
- KOSELLECK, R. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. PUC-Rio, 2006.



- LOBATO, S. S. Estado, Nação e Região na Obra de Arthur Cezar Ferreira Reis. *Diálogos* - Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual de Maringá. v. 13, n. 3, 2009, p. 625-642.
- MAHAR, D. J. *Desenvolvimento econômico da Amazônia: uma análise das políticas governamentais*. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1978.
- MENDONÇA, R. N. Campos Sociais em Disputa: Bases do Pensamento e Ação de Arthur Reis. *TEXTOS E DEBATES*, Boa Vista, n. 32, p. 21-36, jan./jun. 2019.
- PEREIRA, J. M. D. Uma breve história do desenvolvimentismo no Brasil. *Cadernos do Desenvolvimento*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 9, p. 121-141, jul.- dez. 2011.
- QUEIRÓS, C. A. B. O golpe de 1964 no Amazonas e a deposição do governador Plínio Coelho. *Antíteses*, Londrina, v. 11, n. 22, p. 542-562, jan.-jul. 2019.
- REIS, A. C. F. *A Amazônia e a cobiça internacional*. Rio de Janeiro: Gráfica Record Editora, 1968.
- REIS, D. A. (coord.). *Modernização, ditadura e democracia: 1964-2010*. v. 5. 1. ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2014. (História do Brasil Nação: 1808-2010; 5).
- RENHA, C. E. *A Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, a política de desenvolvimento regional e o Amazonas (1953-1966)*. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Amazonas. Manaus, 2017. 149 p.
- RENHA, C. E. *Entre o abandono e a valorização: rupturas e permanências na representação amazônica e nas políticas federais para a região durante o século XX*. 2022. Tese (doutorado) - Escola de Ciências Sociais da Fundação Getulio Vargas, Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais.
- SIMONSEN, R. C.; GUDIN, E. *A controvérsia do planejamento na economia brasileira*; coletânea da polêmica Simonsen x Gudin, desencadeada com as primeiras propostas formais de planejamento da economia brasileira ao final do Estado Novo. 3. ed. Brasília: Ipea, 2010.
- SUPERINTENDÊNCIA do Plano de Valorização Econômica da Amazônia. *Perspectiva do Primeiro Plano Quinquenal e Concepção Preliminar da Valorização Econômica da Amazônia*. Belém: Setor de Coordenação e Divulgação, 1954.
- VARGAS, G. *O destino brasileiro do Amazonas*. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/getulio-vargas/discursos/1940/31.pdf>.

## **O Brasil invade a Amazônia: estratégias de ocupação e domínio da Amazônia na ditadura militar brasileira<sup>23</sup>**

*Camila Barbosa Monção Miranda*

Desde o período da chegada dos europeus em solo americano e o encontro destes estrangeiros com a grandiosidade da floresta, as representações sobre a Amazônia percorrem o mundo e as várias regiões do Brasil. A variedade de imaginários e (pré)conceitos sobre esta vasta porção do território sul-americano se transformam conforme o tempo, os objetivos daqueles que discursam e os planos que pretendem implantar por ali.

Euclides da Cunha (2003) chama a Amazônia de terra sem história, local que desperta um “espanto quase religioso”. Algo incompleto, desordenado, revoltado, mas que “sempre teve o dom de impressionar a civilização distante” (Cunha, 2003, p. 45). “Ao desenhar uma região sem história, Euclides incorpora o ritmo vital da natureza às coisas dos homens [...]. É a ficção da terra sem pátria” (Hardman, 2005, p. 121-122).

Pode-se dizer que a Amazônia é atingida pelo que Durval Muniz de Albuquerque (2011) chama de estratégia de estereotipização:

---

<sup>23</sup> O presente artigo foi desenvolvido a partir da pesquisa de mestrado realizada no Programa de Pós-Graduação em História na Universidade Federal do Amazonas entre os anos de 2016 e 2018.

O estereótipo nasce de uma caracterização grosseira e indiscriminada do grupo estranho, em que as multiplicidades e as diferenças individuais são apagadas, em nome de semelhanças superficiais do grupo. [...] O estereótipo é um olhar e uma fala produtiva, ele tem uma dimensão concreta [...] (2011, p. 30).

Neide Gondim vai além ao dizer que “Contrariamente ao que se possa supor, a Amazônia não foi descoberta, sequer construída”, ela foi inventada (2007, p. 13). Ou seja, as imagens e adjetivos que perpassam a mente quando pensamos em “Amazônia”, fazem parte de um conceito forjado, edificado ao longo dos anos, formando um bloco uniforme que esconde as especificidades que perpassam o todo.

Ao longo da história do Brasil Republicano, a região Amazônica, considerada geopoliticamente estratégica, foi alvo não apenas de projetos, mas também de discursos que tentaram defini-la e encaixá-la em determinados padrões interpretativos, com o objetivo de justificar empreendimentos que ali seriam implantados. Nas diversas tentativas de elaborar planos para “ocupar, colonizar, desenvolver e integrar” a Amazônia, os presidentes buscaram construir uma imagem do território que legitimasse a execução dos projetos propostos.

Algumas interpretações sobre a Amazônia estão bastante presentes nos discursos presidenciais analisados. Uma delas é a concepção de que a Amazônia não se desenvolveu economicamente, não encontrou seu verdadeiro potencial econômico e, para encontrá-lo, seria imprescindível que toda a região passasse por um processo de modernização e industrialização. Com Vargas e Juscelino Kubitschek, esse tema aparece assentado na proposta de “aproveitamento racional dos recursos naturais” e um “modelo certo de colonização” (Vargas, 06/10/1940): “o Brasil não descobriu ainda o tesouro que representa o peixe da Amazônia, a castanha-do-pará

e inúmeros outros produtos desta terra fértil e generosa” (Kubitschek, 18/04/1956).

Em 1970, Médici diz que, enquanto o Centro-Sul é responsável por quase toda a renda nacional, a Amazônia e o Centro-Oeste só contribuem com 5% da renda interna do país: “para eliminar essas disparidades econômicas e injustiças sociais, teremos de desenvolver a Amazônia solidária ao Nordeste, em consonância com o desenvolvimento de todo o Brasil (Médici, 08/10/1970). Ainda acrescenta que o atraso e a pobreza no Norte e Nordeste são politicamente e socialmente inaceitáveis, pois prejudicam a economia do Centro-Sul. As duas regiões não constituiriam mercados consumidores efetivos, não contribuiriam para o mercado produtor interno, não forneceriam matérias primas suficientes para o Centro-Sul e não teriam condições de comprar os produtos industrializados fabricados (Médici, 08/10/1970). Tudo isso causaria prejuízos e malefícios para todo o país, e não só para o Norte. Por isso, o governo insistiu fortemente na nacionalização dos problemas da Amazônia, inserindo-a no seio das preocupações nacionais. Pois, dessa forma, forçava-se um engajamento de todas as outras regiões brasileiras em prol da melhoria amazônica. Isso, por sua vez, quando concretizado, traria grande legitimação para a ditadura.

Nos discursos presidenciais das décadas de 1940-1970 também foram muito comuns as representações da Amazônia como terra do futuro. A mesma ideia presente nos discursos da imprensa e dos intelectuais, se repete nos pronunciamentos dos presidentes. Vargas chega a dizer que a Amazônia estaria ligada ao coração da mocidade e ao espírito jovem, sendo a “terra do futuro e o vale da promessa do Brasil de amanhã” (Vargas, 09/10/1940). Castello Branco define a Amazônia como lugar de perspectivas e possibilidades, com ricas potencialidades; o lugar do amanhã, pois o hoje, na perspectiva do marechal, ainda não atenderia aos anseios do desenvolvimento. É tido

como um território voltado para o porvir, que tem horizonte desconhecido, mas com muitas possibilidades (Branco, 20/09/1966).

Portanto, na batalha de representações que define e redefine constantemente a região amazônica, percebe-se uma monumentalização do território impulsionada pelo desejo de ler o que se vê a partir do que se espera transformar. Ou seja, a Amazônia, ora caracterizada por diversas estereotipizações, ora elevada às suas infinitas alteridades, é sempre objeto de determinadas ações modificadoras. Torna-se, então, importante compreender quais foram as medidas práticas colocadas em ação pela ditadura para garantir a transformação e controle da Amazônia a partir de seus planos para a região.

Sabe-se que a ditadura militar brasileira não sustentou seu poder apenas com o uso da coerção e da violência. Arrisco dizer que a busca constante pela fachada de legalidade foi, talvez, um dos principais motivos para a extensa duração do regime. Nesse sentido, torna-se interessante compreender algo aparentemente contraditório: normalmente lembrada como um período de intensa censura às produções culturais e meios de comunicação, o que não é um engano, o governo ditatorial também estruturou, pela primeira vez no país, um conjunto de diretrizes específicas para a cultura. É durante o autoritarismo que o Brasil está imerso entre 1964 e 1985 que se inicia a chamada “indústria cultural” brasileira (Paiva, 2014, p. 2): “[...] a modernização conservadora promovida pelos militares acelerará a expansão da indústria cultural no país, em outros domínios além da televisão, consolidando um mercado cultural de bases industriais” (Romancini; Lago, 2007, p. 121).

Dessa forma, o investimento nas telecomunicações foi muito significativo, porém acompanhado de rígido controle do Estado: “Se por um lado o departamento de censura ditava o que deveria ou não ser publicado, de outro, o governo esforçava-se por ampliar a expressão cultural do país, ancorado em um ideal integrador e

nacionalista" (Paiva, 2014, p. 5). O investimento maciço na cultura, assim como em outras áreas estratégicas, era uma forma de o governo consolidar seus instrumentos de poder.

Juntamente à fundação e fomento de diversas instituições públicas voltadas para a cultura e comunicação, como a própria criação do Ministério das Comunicações, o governo almejava controle, segurança e integração de todo o território nacional. Os projetos desenvolvimentistas, que também estavam inseridos nesses ideais integradores e de segurança nacional, puderam ser divulgados pela imprensa com maior força.

Um exemplo que conjuga a preocupação do governo com a integração, o desenvolvimento e a segurança nos âmbitos da comunicação na Amazônia é o início da transmissão da Radiobrás (Rádio Nacional de Brasília) para toda a região amazônica, em setembro de 1977. Em discurso de inauguração da transmissão por ondas curtas, Geisel comemora este passo como um avanço em direção à integração nacional:

Esta realização do Ministério das Comunicações é mais um forte elo na união que tanto desejamos e, por isso, rejubilo-me por sua concretização. A partir de agora, os compatriotas que aí habitam terão condições de ouvir, pelo rádio, a nossa língua, a nossa música, de estar em dia com o que acontece no país e, assim, de se sentirem mais próximos de seus irmãos brasileiros e mais integrados com os altos interesses e anseios nacionais (Geisel, 01/09/1977).

Em anúncio divulgado n'*O Globo* sobre a presença da Radiobrás na região amazônica, alguns meses após a inauguração da transmissão, as letras grandes, brancas em fundo preto, chamam a atenção ocupando quase um quarto da página do jornal: "O Brasil invade a Amazônia" (*O Globo*, caderno especial, 09/11/77, p. 5). O texto abaixo da chamada comemora a existência de uma rádio legitimamente brasileira

na Amazônia, uma vez que até aquele momento os moradores da região praticamente só tinham acesso a rádios estrangeiras, especialmente dos países vizinhos de língua espanhola.

Todas as informações do anúncio convergem para a consolidação da representação da Amazônia como pertencente ao Brasil e aos brasileiros. Se, primeiro, o anúncio diz que o “Brasil invade a Amazônia”, ele passa a ideia de que a região é um lugar que precisa ser invadido e ocupado, um lugar que ainda está sem dono e precisa ser tomado. Em seguida, ele diz que a chegada da Radiobrás é uma “retomada do que é nosso”. O “nós” sugere que a Amazônia é algo pertencente a todos os brasileiros, e por isso, temos que reivindicá-la, reconquistá-la, com base em nossos “direitos históricos”. Por fim, o anúncio diz que a Amazônia é uma retomada do que é “seu”.

A frase que finaliza a propaganda com essa afirmação fez surgir duas interpretações: a primeira, de que a Amazônia pertence àquele que lê o jornal, provavelmente do Sudeste do país, e que deve tomar medidas para agarrar a Amazônia, ocupá-la, desenvolvê-la e colonizá-la segundo os hábitos e costumes civilizatórios ocidentais. O segundo, de que o brasileiro legítimo é aquele que segue as concepções de patriotismo e pertencimento guiadas pelo Estado e, portanto, os habitantes da Amazônia que, em tese, não seguiriam estes princípios, não seriam brasileiros e não poderiam reivindicar sua própria terra ao seu modo, tendo que se sujeitar a uma “invasão do Brasil” (lê-se, do Estado ditatorial brasileiro). Logo, o que este anúncio traz é a busca da ditadura por integrar o Brasil em moldes autoritários, impondo à população formas rígidas de brasilidade que devem ser seguidas.

Ainda sobre o anúncio, é interessante ressaltar que ele foi publicado em caderno especial distribuído junto da edição matutina d'*O Globo*. O caderno de 22 páginas tem o título de “Novas Fronteiras” e traz diversas informações sobre o avanço modernizador promovido pela ditadura no Norte,

Centro-Oeste e Nordeste do país, envolvendo agricultura, pecuária, industrialização, construção de rodovias, saneamento básico, incentivos fiscais, distribuição de energia e educação. As imagens predominantes nas reportagens são de grandes trechos de floresta sendo derrubados para construção de estradas ou de monoculturas e áreas de pastagem imensas, a perder de vista.

Este caderno é um exemplo do que foi dito anteriormente sobre as formas como o governo utilizou a imprensa para legitimar seus projetos e fazer com que a população civil constituísse uma sólida base de apoio. Ademais, percebe-se claramente o intento de chamar a atenção de investidores com as informações contidas no conteúdo das reportagens. Aliás, um grande anúncio do FINAM (Fundo de Investimentos da Amazônia) ocupa quase uma página inteira do caderno especial e convida as pessoas a aplicarem 50% de seu imposto de renda no Fundo, que tem como objetivo promover o desenvolvimento da Amazônia.

A preocupação com a Amazônia era tema central nos projetos desenvolvimentistas da ditadura e na busca pela garantia da segurança nacional. Os militares trataram de criar diversos organismos governamentais para colocar em ação os planos para a região. O processo de criação e funcionamento desses órgãos foram permeados pela formação e reformulação de representações sobre a Amazônia, que foram utilizadas para dar às ações do governo uma fachada de legalidade em três diferentes níveis: o regional, o nacional e o internacional. Assim, a propaganda oficial, com a ajuda dos veículos de comunicação, contribuiu para a concretização desses planos, legitimação do regime e constituição de uma memória positiva sobre o período ditatorial. Certamente, essa memória é múltipla. Mas, foi grande o esforço da ditadura e de seus admiradores em transformá-la em algo positivo, um legado.

Pouco mais de um ano após o golpe, Castello Branco foi até a Amazônia e discursou em Belém (Branco, 13/06/1965) e em Manaus (Branco, 16/07/1965). O tema central dos dois pronunciamentos foi a “valorização da Amazônia”. Neles, já é possível mapear as principais intenções do governo em relação à região amazônica. Castello Branco aponta para a integração da Amazônia ao restante do Brasil, levando até lá as “conquistas da civilização”, pois a preservação da unidade territorial é patrimônio incalculável; já levanta também a possibilidade de aliar os problemas nordestinos (a seca e o excesso demográfico) aos amazônicos (o “vazio” que precisa ser ocupado), construindo uma solução comum para ambos; explicita o desejo de investir nas seguintes áreas na Amazônia: abastecimento de água, produção de energia elétrica, recursos naturais e agropecuária, finalização da Belém-Brasília e melhoria nos transportes.

O presidente também anunciou uma reformulação do Banco de Crédito da Amazônia, a fim de melhorar as condições de investimento na região através de incentivos fiscais à iniciativa privada. Ademais, os projetos de saúde e educação são tidos como prioritários para melhoramento, especialmente no Amazonas.

Junto dessas propostas, Castello Branco retoma diversas representações estereotipadas sobre a Amazônia, mas sempre tentando mostrar que seria função da ditadura dar fim a esses imaginários através do trabalho, industrialização e desenvolvimento que seria promovido pelo governo. Logo, quando Castello Branco diz que a Amazônia é um “mundo desconhecido”, local de “riquezas, mistérios, perigos e maravilhas reunidos pela natureza” que ainda precisam ser descobertos, em seguida ele afirma que será papel da “revolução” estudar e conhecer a região, oferecendo soluções para os problemas identificados. Ou seja, o avanço da modernidade, com o trabalho do homem, desvendaria e domaria a floresta, utilizando-a em prol do desenvolvimento nacional.

Nota-se, portanto, que a atenção da ditadura à Amazônia perdura desde os primeiros anos após o golpe, até os anos finais. Além disso, a região amazônica era tópico recorrente não apenas entre a cúpula do regime, mas também entre os membros do senado. Em edição de 1980 da Revista de Informação Legislativa, editada e publicada pelo Senado Federal trimestralmente, há um texto com o título de “Condiçõais para um desenvolvimento brasileiro independente” (Figueiredo, 1980, p. 257-304). A contribuição de Paulo de Figueiredo, Consultor-Geral do Senado Federal, traz oito tópicos que o autor considera fundamentais para que o Brasil alcance este “desenvolvimento independente”. Dentre eles, o segundo é “O problema da Amazônia”.

Neste tópico, o autor retoma várias das preocupações já presentes no discurso de Castello Branco de 1965. Lembrando que boa parte dessas inquietações já constavam nos discursos de Getúlio Vargas e JK. São questões ligadas à ocupação da Amazônia, ao risco de perdê-la para estrangeiros, à necessidade de melhor explorar os minérios ali disponíveis e às formas de integrá-la efetivamente ao restante do país. Todas as soluções propostas pelo autor passam pelo aumento do controle estatal sobre a região, visto que “a conquista da Amazônia é condição de sobrevivência nacional” (Figueiredo, 1980, p. 274). Assim, é aconselhado por Figueiredo chamar os capitais privados a investir na região sob a tutela do Estado, diminuir a autonomia dos governos estaduais e aprimorar os programas federais para o desenvolvimento da região.

Mais importante do que entender os problemas e soluções enxergados pelo autor sobre a Amazônia, é a compreensão de que as repetições dessas preocupações pelo governo perduram por anos no Brasil. Ou seja, os programas implantados para solucioná-los não foram bem-sucedidos ou, sequer, concluídos.

Como já foi mencionado, os olhos do Estado brasileiro voltam-se para a Amazônia desde a Era Vargas. A SPVEA

(Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia), lançada na década de 1950, foi substituída pela SUDAM (Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia) em 1966, com a promessa de colocar em prática o Plano de Valorização Econômica da Amazônia de maneira efetiva, algo que a SPVEA não teria conseguido, segundo os militares.

O Plano de Valorização Econômico da Amazônia foi reelaborado em 1966. Em síntese, alguns de seus objetivos eram: promoção de pesquisas e levantamentos que servissem de base para as atividades econômicas praticadas na região, buscando definir o verdadeiro potencial econômico da Amazônia; incentivo ao desenvolvimento, alcançando áreas cada vez maiores; formação de grupos populacionais estáveis, especialmente nas fronteiras; adoção de uma política imigratória para a região, com aproveitamento de excedentes populacionais de outras regiões brasileiras, especialmente o Nordeste; “maior organização no aproveitamento dos recursos naturais da região, mas somente incentivando a economia extrativista quando esta não pudesse ser substituída por atividade mais rentável” (Cardoso; Müller, 1978, p. 112-113); incentivo à expansão da agricultura, pecuária e piscicultura como fontes para o sustento das populações locais; qualificação da mão de obra da região; uso de recursos federais e privados para promover o desenvolvimento: “[...] dever-se-iam resguardar para a iniciativa privada as atividades econômicas rentáveis (industriais, agrícolas, pecuárias, comerciais e de serviços básicos), ficando a parte de infraestrutura, planejamento e pesquisa com o governo [...]” (Cardoso; Müller, 1978, p. 113); investimento nas áreas de comunicação e transporte.

A ditadura, após traçar os novos objetivos em relação à Amazônia (muitos deles semelhantes às propostas anteriores), criou e reformulou diversos órgãos e programas dedicados a colocar os planos em ação. A primeira reformulação feita pela ditadura, antes mesmo de lançar as diretrizes do novo Plano

de Valorização da Amazônia, foi a transformação do Banco de Crédito da Amazônia no Banco da Amazônia, o BASA, em setembro de 1966.

Djalma Batista (2007) coloca o BASA como um alargamento da primeira tentativa de implantar um instrumento do processo desenvolvimentista voltado para a região amazônica: O Banco de Crédito da Borracha, fundado em 1947, durante o Estado Novo<sup>24</sup>.

O Decreto nº 60.079, de 19 de janeiro de 1967 estabelece como atribuições do BASA:

I - Executar a política do Governo Federal na Região Amazônica relativamente ao crédito para o desenvolvimento econômico-social;

II - Exercer as funções de agente financeiro da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia;

III - Atuar como agente financeiro para aplicação, na Região Amazônica, de recursos mobilizados interna ou externamente de acordo com a legislação em vigor;

IV - Executar, com exclusividade, os serviços bancários da SUDAM e dos demais órgãos federais com sede na Região, inclusive autarquias, e, em especial, a movimentação dos recursos destinados à Amazônia por força do dispositivo constitucional [...] (Decreto nº 60.079, 19/01/67, Título III).

O BASA é, portanto, o principal dispositivo bancário da ditadura na administração de recursos, incentivos fiscais e financiamentos para a região amazônica. Sua relevância tem caráter estratégico, uma vez que ele é um banco público,

---

24 O Banco de Crédito da Borracha transformou-se em Banco de Crédito da Amazônia, buscando agregar incentivos a outros produtos da região amazônica como guaraná, madeiras, juta, malva, castanha-do-pará, sorva, balata e pimenta do reino. Mas, segundo Djalma Batista, o Banco de Crédito da Amazônia viveu sempre um equilíbrio instável (Batista, 2007, p. 267).

voltado para executar as diretrizes do governo e, além disso, é um instrumento financeiro próprio da Amazônia, que chegou aos interiores que demais agências bancárias não chegavam.

Em 1973, o BASA contava com 49 agências espalhadas na Amazônia Legal. Segundo Batista (2007), a implantação dessa rede bancária possibilitou transações monetárias até então desconhecidas no interior da região. Assim, o alcance do BASA favorece o controle financeiro do território, ao mesmo tempo em que legitima o governo ditatorial junto à população local, visto que boa parte dos moradores do interior não contavam com nenhum banco até a criação do BASA.

Praticamente junto ao BASA, foi inaugurada a SUDAM, subordinada ao Ministério do Interior. As duas instituições teriam que trabalhar lado a lado garantindo a execução do Plano de Valorização da Amazônia. Dentre as atribuições da SUDAM, destacam-se: coordenação e supervisão dos programas e planos de outros órgãos federais que estejam atuando na Amazônia; revisão periódica do Plano, de acordo com as necessidades regionais e avanço das pesquisas de reconhecimento do território; fiscalização e distribuição de verbas na Amazônia (oriundos de incentivos fiscais, por exemplo); incentivar, promover e divulgar pesquisas sobre a região amazônica (Cardoso; Müller, 1978, p. 115). Desta forma, a SUDAM operava como um guarda-chuvas de planos e projetos na Amazônia, sendo seu papel coordenar todos eles e adequá-los às premissas do Plano de Valorização.

Já foi questionado anteriormente até que ponto esses planejamentos do governo federal para a Amazônia teriam ou não beneficiado, de fato, a população local, seja a elite, sejam as camadas menos abastadas, que arcaram de formas diferentes com a imposição dos grandes projetos na região. É evidente que não pretendo igualar as situações pelas quais a elite passou durante a ditadura com os lamentáveis acontecimentos que ocorreram com os indígenas, por exemplo, que foram expulsos

de suas terras, aculturados, chegando alguns a serem torturados e mortos. Boa parte da elite financeira da Amazônia abraçou os projetos governamentais e tiraram proveito deles. Outra parte, viu seus negócios decaírem por não se alinharem aos planos do poder central. O importante é frisar que, de um lado ou de outro, os amazônidas foram poucos ouvidos no processo de desenvolvimento imposto na região amazônica.

Afinal, a SUDAM era um organismo estranho dentro da Amazônia, que tinha como propósito garantir que os projetos da ditadura fossem ali aplicados. Ademais, muitos dos investimentos no território amazônico partiram de fora dela e boa parte dos retornos financeiros desses investimentos retornaram para seu lugar, de origem exógena. Segundo Pere Petit, em 1968, 60% do total de projetos apresentados à SUDAM eram de empresários que tinham depositado 50% do valor total de seus impostos na agência do BASA de São Paulo. Sobre esse mesmo assunto, o autor também cita uma fala do jornalista Lúcio Flávio Pinto, na qual ele teria dito que “as críticas mais constantes à SUDAM passariam a ser feitas por empresários e governantes da própria região e os elogios, pelos investidores de fora” (Petit, 2003, p. 256).

Uma das propagandas, divulgada pela SUDAM e pelo BASA, traz uma frase que chama bastante a atenção: “A Amazônia tem dono. Você é um deles”. Aqui há novamente a ideia de domar a Amazônia. Há, também, a concepção de que o investidor é o dono desse imenso território, junto do Estado, podendo determinar o que será feito ali. Por fim, a frase carrega em si a ideia de que o investidor amazônida é apenas um dos proprietários da Amazônia, juntos com vários outros que podem ser de outras regiões do país. Ou seja, os donos da região são os detentores do capital ali investido, e não seus moradores.

Outro anúncio, com a chamada “Chega de lendas, vamos faturar!” (O Globo, 10/12/70, p. 17). Há uma grande imagem do contorno do mapa do Brasil, com a região Norte em destaque,

na qual podemos ver um bovino (simbolizando a pecuária) que parece passar por um processo industrial para ser abatido (fazendo referência à indústria da carne). A frase de efeito desse anúncio relaciona-se diretamente com o discurso dos militares sobre a região amazônica: a ideia de que a Amazônia era local de mistérios, de histórias, de espécies e lugares desconhecidos, mas que se torna, a partir dos projetos governamentais, local de prosperidade, industrialização e de um futuro de riquezas e oportunidades. Em prefácio do livro do jornalista Flávio A. Gomes (1972, p. 9), o ministro Mário Andreazza reproduz exatamente essa concepção ao dizer que a Amazônia deixa “[...] para trás o estéril lirismo de fantasias férteis [...], quebrando todos os tabus que a imaginação [...] logrou transformar em assustadores e intocáveis dogmas”. É esse o desejo da ditadura: vender-se como a entidade capaz de domar a grande selva, fazê-la prosperar e torná-la um berço de civilidade e modernização econômica.

O texto deste anúncio diz que “muitas pessoas estão sendo capazes de tirar proveito das riquezas da Amazônia”, pois lá há um tesouro à espera (as terras, os minérios, os incentivos para industrialização, etc). A Transamazônica é o caminho para “a mina de ouro”, como outro anúncio de 1970 afirma. Neste, temos a chamada: “Pista para você encontrar a mina de ouro” (O Globo, 22/12/70, p. 15), seguida de uma foto da rodovia cortando a floresta. Um trecho diz: “Siga a Transamazônica. Essa estrada abre caminho para a exploração da região mais rica do mundo”. Depois, repete a representação da Amazônia como uma mina de ouro e completa: “Transfira boa parte desse ouro para o seu bolso”.

Anúncios como estes, publicados pelo BASA, SUDAM e Ministério do Interior objetivam cativar os empresários e solidificar as parcerias público-privadas, garantindo sempre o controle do governo na escolha dos projetos executados, priorizando as áreas consideradas estratégicas para o Projeto de

Brasil elaborados pelos militares. Para atrair o capital privado, os organismos estatais apelam para a exaltação do lucro que os investidores podem alcançar e deixam um pouco de lado os idealismos que movem as propagandas sobre as grandes obras, como foi visto ao analisarmos o uso da Transamazônica para publicidade e legitimação da ditadura.

Essas propagandas não falam sobre a melhoria das condições de vida na Amazônia, não citam projetos nas áreas de saúde ou educação. Elas visam atrair os investidores do Sul pelo lucro que eles podem conseguir a partir das riquezas oferecidas pela região amazônica. Isso faz com que retomemos os questionamentos já feitos sobre o retorno desses investimentos para a Amazônia e faz com que seja possível apontar que, aparentemente, esses lucros voltam-se mais para o Sul do que para o Norte.

Desenvolver a Amazônia era como um esforço de guerra. E isso não é de se impressionar, visto que a ditadura constituiu um Estado de exceção que se alimentava de uma batalha “sem fim” contra a subversão, uma ameaça muitas vezes invisível, mas construída pelo medo e que fomentava uma busca infindável pela segurança nacional. Nessa guerra pelo desenvolvimento civilizatório, capitalista e, muitas vezes, opressor, os mais variados organismos foram criados e as vítimas foram muitas. Mas, como em toda guerra, nesta modernização conflituosa também há quem diga que “os fins justificaram os meios”. O governo investiu em construção de estradas, ferrovia, melhoria nos portos e edificação da Usina de Tucuruí, mas esse crescimento acelerado da economia da área gerou um grande surto de devastação florestal, aumento da poluição, desrespeito às reservas indígenas, especulação e aumento das disparidades socioeconômicas intra-regionais (Kohlhepp, 2002, p. 42).

Mesmo que as desigualdades sociais e regionais tenham se aprofundado e o povo continuasse fora do poder, em alguma

medida os frutos do progresso estavam sendo recebidos (Reis, 2014, p. 97-98). Seja através do aumento do consumo dos bens duráveis, ou dos benefícios trazidos pelas “obras faraônicas”, ou pelas novas rodovias que melhoraram o transporte e a comunicação[...] o que se destaca é que parcelas da sociedade sentiram-se contempladas pelos projetos governamentais e a propaganda oficial, com parte da grande imprensa, contribuíram para que a população sentisse “as benesses do progresso”. Isso foi essencial para a legitimação da ditadura e manutenção do controle pelos militares até o fim da abertura.

Ao ser transformada em uma fronteira capitalista, a região amazônica passa a ser alvo de latifundiários, grandes fazendeiros e empresários. Esses sujeitos abrem uma “corrida pela terra”, seja para estabelecer novos negócios, seja para especulação (Ianni, 1986, p. 83). Se por um lado a ditadura depende das parcerias público-privadas para a execução de seus grandes projetos e, por isso, precisa garantir aos sujeitos detentores de capital o acesso à terra, por outro lado, ela precisa cumprir as promessas de “ocupação” e distribuição de terra aos “refugiados da seca” vindos do Nordeste. Nesse contexto, a colonização dirigida impede a ocorrência de uma real reforma agrária, mas dá aos militares uma fachada positiva quanto às possibilidades de melhoria de vida para os sujeitos que migram para a Amazônia. Segundo Octavio Ianni, apenas 10% das terras demarcadas em 1977 foram destinadas à colonização dirigida. “Isto é, em um total de 627.038 hectares de terras, 65.600 destinaram-se à colonização e 561.438 aos projetos fundiários” (Ianni, 1986, p. 86).

Assim, a “ocupação” tem como foco a maior atração de investimentos para a Amazônia, utilizando a colonização dirigida como uma forma de alimentar a propaganda estatal e também fornecer mão de obra às novas empresas que estão se alocando. Ademais, é preciso retomar que a maioria desses

investimentos privados são provenientes da região Sudeste, não à toa a Associação dos Empresários da Amazônia é sediada na cidade de São Paulo (Ianni, 1986, p. 180).

Ao analisar a presença da ditadura na Amazônia é preciso ter em mente que a modernização implantada na região é fundamentalmente autoritária. Ela pode ter trazido alguns benefícios para parcelas da população local e pode ter melhorado razoavelmente certas condições nas áreas de energia e transporte, por exemplo. Porém, os conflitos existiram, vidas foram sacrificadas, culturas foram subjugadas e dizimadas. O homem da região, nas várias camadas sociais, foi pouco ouvido e teve pequena participação nesta corrida para o desenvolvimento em comparação com o próprio Estado e grupos particulares das outras localidades do país. Assim, mesmo que a propaganda tenha sido efetiva, gerando memórias positivas da ditadura na região amazônica nos dias atuais, muitas das consequências negativas dessa modernização conflituosa também perduram no presente.

A ditadura torturou, desmatou, perseguiu, controlou, cassou mandatos e matou indígenas e camponeses na Amazônia, como foi visto. Portanto, a região está integrada ao Brasil e aos eventos nacionais, uma vez que sofreu (e sofre) as medidas implantadas pelo governo federal assim como outras localidades do país. É evidente que os impactos são diversos. Contudo, o desenvolvimentismo e a repressão estiveram presentes na Amazônia, mostrando que a região não esteve desligada do autoritarismo militar.


Se ainda é preciso consolidar a integração física da Amazônia às demais localidades do país, com o aprimoramento nas áreas de transportes e comunicação, também é fundamental integrar a partir do reconhecimento do outro, das alteridades, das regionalidades, das especificidades. Necessita-se romper o isolamento e o paternalismo em relação à população amazônida. Conhecer a Amazônia em sua diversidade,

afastando os estereótipos, é um caminho a ser pensado para impedir ações autoritárias, colonizadoras e desenvolvimentistas que não dialogam com demandas internas da região. A ausência de uma mudança de postura em relação a Amazônia contribui para a continuidade de projetos inconclusivos e tratamentos inadequados às populações indígenas e camponesas, aos problemas ligados à terra e ao crescimento efetivo da economia local de uma maneira sustentável. O propagandismo e o ufanismo exagerado que deseja domar, controlar e invadir impede a busca por um desenvolvimento harmônico, que não enxergue atrasos ou evoluções. Mas, sim, particularidades, demandas locais, sujeitos plenos em suas individualidades.

A Amazônia é formação histórica, é história em movimento. É múltipla e deve ser vista como tal. Os projetos da ditadura para a região formaram cicatrizes, marcas que prevalecem e se reinventam. Os impactos desses planos desenvolvimentistas, incrustados em uma prática essencialmente autoritária, são tão múltiplos quanto a Amazônia em si. Por isso, os estudos sobre essas relações conflituosas não podem parar.

- ALBUQUERQUE JÚNIOR, D. M. *A invenção do Nordeste e outras artes*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- BATISTA, D. *O complexo da Amazônia*. Análise do processo de desenvolvimento. 2. ed. Manaus: Editora Valer, Edua e Inpa, 2007.
- BRANCO, H. A. C. *Valorização da Amazônia*, 13 de junho de 1965, discurso proferido no “Palácio Lauro Sodré”, em resposta à saudação do Governador do Pará. 1965.
- BRANCO, H. A. C. *Valorização da Amazônia*, 16 de julho de 1965. Discurso proferido no Palácio Rio Negro, durante o banquete que lhe foi oferecido pelo Governador do Estado do Amazonas. 1965.
- BRANCO, H. A. C. *Integração da Amazônia*, 20 de setembro de 1966. Discurso pronunciado em Rio Branco [antigo nome de Boa Vista], como resposta à saudação do governador de Roraima, Dilermando Cunha Rocha. 1966.
- CARDOSO, F. H.; MÜLLER, G. *Amazônia: Expansão do capitalismo*. São Paulo: Editora Brasiliense, 2. ed. 1978.
- CUNHA, E. *Amazônia: um paraíso perdido*. Manaus: Editora Valer; Governo do Estado do Amazonas; Editora UFAM, 2003.
- DECRETO nº 60.079, de 16 de janeiro de 1967. *Aprova o “Regulamento Geral do Plano de Valorização Econômica da Amazônia”*. 1967.
- FIGUEIREDO, P. Condições para um desenvolvimento brasileiro independente. In: *Revista de Informação Legislativa*, v. 17, n. 65, jan./mar. p. 257-304. 1980.
- GEISEL, E. [Sem título], 01 de setembro de 1977. Mensagem dirigida aos brasileiros da Amazônia, por ocasião do lançamento do programa de ondas curtas da Rádio Nacional de Brasília. 1977.
- GOMES, F. A. *Transamazônica: a redescoberta do Brasil*. São Paulo: Livraria Cultura Editora; Springer Admiral, 1972.
- GONDIM, N. *A invenção da Amazônia*. 2. ed. Manaus: Valer, 2007.
- HARDMAN, F. F. *Trem Fantasma*. A ferrovia Madeira-Mamoré e a modernidade na selva. 2. ed. revista e ampliada. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.



- 
- IANNI, O. *Ditadura e agricultura*. O desenvolvimento do capitalismo na Amazônia: 1964-1978. 2. edição. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S.A., 1986.
- KOHLHEPP, G. Conflitos de interesse no ordenamento territorial da Amazônia brasileira. In: *Revista Estudos Avançados*, São Paulo, v. 16, n. 45, maio/agosto de 2002, p. 37-61.
- KUBITSCHKEK, J. [Sem título], 18 de abril de 1956. Discurso pronunciado no Clube Ideal, sobre o Plano de Valorização Econômica da Amazônia. 1956.
- MÉDICI, E. G. *Sob o signo da fé*, 08 de outubro de 1970. Discurso proferido em Manaus, na Reunião Extraordinária da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia, SUDAM. 1970.
- PAIVA, L. M. L. Cultura e ditadura: permanências autoritárias nas políticas culturais. XXIII Congresso Nacional do Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Direito (CONPEDI), UFPB, João Pessoa. 05 a 08 de nov. 2014.
- PETIT, P. *Chão de Promessas*. Elites políticas e transformações econômicas no Estado do Pará pós-1964. Belém: Paka-Tatu, 2003.
- RADIOBRÁS. O Brasil invade a Amazônia. [Anúncio]. *O Globo*, 09 de novembro de 1977, caderno especial, p. 5.
- REIS, D. A. A vida política. In: REIS, D. A. (org.). *Modernização, ditadura e democracia*. 1964-2010. Coleção História do Brasil Nação: 1808-2010, v. 5, SCHWARCZ, L. M. (dir.). Madrid: Fundación Mapfre; Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2014, p. 75-125.
- ROMANCINI, R.; LAGO, C. *História do Jornalismo no Brasil*. Florianópolis: Editora Insular, 2007.
- VARGAS, G. *Os problemas da planície amazônica e o futuro do Pará*, 06 de out. de 1940. Discurso pronunciado no Palácio do Comércio, em Belém, agradecendo o banquete oferecido pelas classes conservadoras e produtoras do estado. 1940.

## **De *Miranda* à *A charge do Miranda*: entre fatos cômicos e processos humorísticos (1974-1976)**

*Thiago Rocha de Queiroz*

Este artigo analisa a transição de funcionalidade da coluna *A Charge do Miranda* nos seus primeiros anos de atividade dentro do periódico amazonense *A Crítica*. O recorte parte do lançamento da coluna, em setembro de 1973, e estabelece um estudo comparado sobre seu ritmo de produções políticas entre os pleitos de 1974 e 1976. Ambientado entre duas eleições, o trabalho de João Miranda apresentou uma mudança de comportamento temático que dialogava tanto com a dinâmica do bipartidarismo na cidade, quanto com os interesses políticos do diretor Umberto Calderaro. João Miranda de Queiroz (1929 – 2003) foi um chargista amazonense que trabalhou no jornal *A Crítica* de 1958 a 1995. Ele iniciou prestando serviços de publicidade e posteriormente ilustrou a coluna *Sim e Não*, a mais antiga do periódico. Sua presença enquanto colunista regular iniciou em setembro de 1973, mas foi em outubro de 1974 que ela se consolidou como *A Charge do Miranda*.

O pleito de 15 de novembro de 1974 é marcado como um dos pontos de inflexão mais decisivos da história da ditadura militar brasileira pós 1964. Com os movimentos sociais sufocados com o decreto do AI-5, desde dezembro

de 1968, amparando legalmente as intervenções em jornais e demais meios de comunicação, a grande abstenção ocorrida na eleição de 1970 e a vitória avassaladora da ARENA ofertaram um cenário experimental para o governo afirmar a popularidade do seu projeto (Kinzo, 2001, p. 05). A partir dela, a imprensa nacional desfrutou de certa flexibilidade para expor seus projetos políticos através de uma ferramenta inédita: a campanha eleitoral via televisor e rádio.

Essa experiência dos debates em estúdios gerou uma exposição inesperada para candidatos com pouca habilidade de improviso, carisma e dicção. Para a oposição, o ensejo desse afrouxamento da censura proporcionou uma excelente vitrine que colaborou, ao final do processo, na vitória de 16 senadores por todo o Brasil. No Amazonas a vitória de Evandro Carreira (Queiroz, 2013, p. 134), com mais de 60% dos votos foi, inclusive, tema de vários espectros cômicos que ganharam forma nos trabalhos do chargista João Miranda através do jornal *A Crítica*<sup>25</sup>, demonstrando o impacto incongruente da circunstância e anunciando a demanda imediata de um controle vertical sobre os meios de comunicação.

Desde a vitória da oposição no pleito de 1974, foi possível observar que a ironia da derrota do governo, apesar de produzir excelentes ensejos anedóticos, não despertou na equipe do jornal *A Crítica* o desejo de explorar esse fato enquanto produto humorístico. A produção de 1975, relacionada a temas políticos, foi muito inferior, se comparada aos anos anterior e seguinte. Enquanto jornais como *A Folha de São Paulo* aproveitaram o contexto (Motta, 2022, p. 23), a coluna diária de Miranda se resumiu a 6 charges políticas durante todo o ano, sendo a grande maioria destinada a alimentar uma imagem da oposição para o ano seguinte. Se a regularidade de Miranda sugestionava um ataque narrativo, seu silêncio gritante,

---

25 Periódico amazonense fundado em 1949 pelo jornalista Umberto Calderaro Filho.

fingindo cegueira diante dos espectros cômicos vibrantes, parecia indicar um movimento de cautela. O novo cenário, contrastando com o final vibrante do último pleito, trouxe nas publicações políticas de 1975 um tom bastante moderado. Para entender os mecanismos dessa mudança de comportamento do chargista, torna-se necessário apresentar um pouco sobre sua metodologia de trabalho, buscando identificar como ele dialogou com o contexto político e os interesses do seu diretor.

### **O protagonismo do autor. Onde mora o narrador?**

Para compreender essas mudanças de condução criativa, é importante visualizar como funcionava a metodologia de Miranda, para assim identificar seus pontos de alteração. Apesar de responsável pelo espaço, neste início de carreira, o chargista não atuava no jornal *A Crítica* como um colunista tradicional, comentando aspectos diretamente ligados a manchetes de capa. Em temas políticos, neste recorte, poucas vezes obedeceu às eventualidades cômicas do seu contexto, deslocando seu público para outras pautas quando havia conflito político ou ideológico.

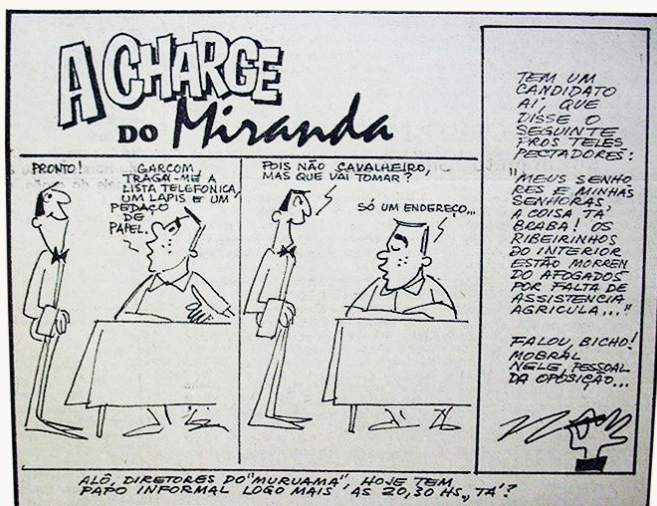
É possível deduzir, pelo seu ritmo de produção próximo a eventos eleitorais, que o seu comportamento, a partir o último trimestre de 1974, começou a seguir um modo de operação regular, distinto de suas atividades anteriores. Miranda iniciou seus trabalhos no jornal da família Calderaro em 1958, ilustrando a coluna *Sim e Não*<sup>26</sup>, e só veio possuir o espaço

---

26 No dia 13 de setembro de 1973 o chargista ganhou definitivamente o espaço na página 4, mantendo a atividade até 1995. Diferente da *Sim e Não*, onde ele tinha a tarefa de ilustrar um tópico particular, a partir desse momento suas ilustrações ganharam um título composto, embora pouco regular. Tratando sobre costumes, futebol e problemas da cidade, a produção não possuía uma identidade narrativa, se esquivando de críticas acidas e assuntos políticos. Essa função viria em 1º de outubro de 1974, com o nascimento de *A Charge do Miranda*.

intitulado *A Charge do Miranda* a partir de 1 de outubro de 1974 (A Crítica, 01/10/1973, p. 04) curiosamente, a primeira vez onde se observou conteúdo diretamente político na composição dos seus trabalhos. Comentando sobre o perfil dos candidatos que apareciam nos debates de estúdio, Miranda destacou:

Figura 1 – A Charge do Miranda



**Legenda:** - Tem um candidato aí que disse o seguinte pros telespectadores: "meus senhores e minhas senhoras, a coisa tá braba! Os ribeirinhos do interior estão morrendo afogados por falta de assistência agrícola...". Falou, bicho! Mobral nele, pessoal da oposição...

- Alô, diretores do "Muruama". Hoje tem papo informal logo mais, às 20:30hs, tá?

**Fonte:** A Crítica (1974)

Esta conversa entre o narrador e o seu público se ambientou dentro da flexibilização do uso da televisão e do rádio nas campanhas eleitorais do pleito de 1974. Os resultados não foram bem como o governo previa (Miyamoto, 1980, p. 118), e a oposição venceu majoritariamente em cadeiras importantes do Poder Legislativo, provocando uma inflexão dentro da ditadura militar (Carvalho, 2012, p. 556).

Contudo, diante deste panorama, é importante analisar o posicionamento do autor nesta charge (Fig. 01). Como foi o primeiro registro em que a opinião política do narrador esteve presente, pela falta de regularidade anterior, é possível deduzir por dois movimentos que, neste caso, a inferência seja de fato do chargista. Primeiramente porque Miranda mantém um padrão em suas publicações: separava o tema central de seus comentários na parte inferior da charge. Essa estrutura acompanhou os seus trabalhos desde a segunda semana de atividade da coluna, mais especificamente a partir da publicação *Miranda e a Tanga*, no dia 27 de setembro de 1973 (A Crítica, 27/09/1973, p. 04). Com o passar do tempo, o que era um espaço complementar das piadas, começou a expor um lugar de fala do narrador, mandando abraços e agradecimentos carinhos aos amigos e parceiros políticos (A Crítica, 11/11/1973, p. 04).

Figura 2 – Miranda e o sal



**Legenda:** - Da próxima vez vê se coloca sal no spaghetti.

- Alô Marinho, breve estarei aí na tua "praia dourada" para aquela uíscada tá?

- Olha a cirrose...

**Fonte:** A Crítica (1973)

Miranda, em seus primeiros trabalhos, apresentava, na parte inferior, debates entre homens, geralmente comentando sobre futebol, crimes ou costumes da cidade. Quando interferia no tema central, o chargista usava animais para expor um espanto, surpresa, ou veemência de alguma informação. Ele iniciou com um gato (A Crítica, 17/10/1973, p. 04), mas foi com um cachorro que a coluna começou a ter elementos regulares, construindo assim uma identidade visual. Ele apareceu pela primeira vez na edição *Miranda viu a estrada do São Raimundo*, dia 6 de novembro de 1973 (A Crítica, 06/11/1973, p. 04) e passou a ter presença regular entre as publicações, exclamando na maioria das vezes um “*nossa!*” como complemento da ação. A partir da charge do dia 10 de novembro, intitulada *Miranda e a hidrofobia* (A Crítica, 10/11/1973, p. 04), o animal começou a fazer comentários na parte inferior e superior das charges, passando a ter presença cativa entre as publicações.

Com o passar do tempo e a presença constante, o personagem canino passou a ter muitas vezes a função de “alter ego”, transformando as “cabeças masculinas” em um recurso de uso sazonal. Com a regularidade, Miranda resolveu batizá-lo na edição *Miranda, taxi, a Vivi e Cartolas* como “Valdik”, e, ao invés de usar o mesmo gênero, como fez no começo, ofereceu a ele uma companheira, nomeada como “Vivi” (A Crítica, 16/12/1973, p. 04).

**Figura 3** – Miranda – taxi a “vivi” cartolas



**Legenda:** - Oi gente, esta é a Vivi. Ela e eu vamos botar pra quebrar ou eu não me chamo Valdik, tá? Tchau...

**Fonte:** A Crítica (1973)

Esse casal fez parte de inúmeras charges nessa primeira fase de produções dentro da vigência do AI-5. É possível que a escolha do nome esteja atrelada ao cantor Valdick Soriano (Carvalho, 2024), que em 1972 lançou pela RCA o EP *“Ele também precisa de carinho”* contendo a música nacionalmente conhecida como *“Eu não sou cachorro não”*. Fã do gênero musical<sup>27</sup> para Miranda, Valdik permitia tanto uma guarda pessoal quanto um elemento de identificação. O protegia, enquanto personagem humorístico neutro e, ao mesmo tempo, produzia um elemento de identificação popular, já que a composição trata sobre “sofrimento”. Apesar da aflição da letra falar de amor, o refrão fez muito sucesso, talvez pela identificação com outras dores compartilhadas nesse período de recessão econômica, censura, violência policial e inflação. A construção de Valdik permite localizar o lugar de protagonismo das inferências do chargista

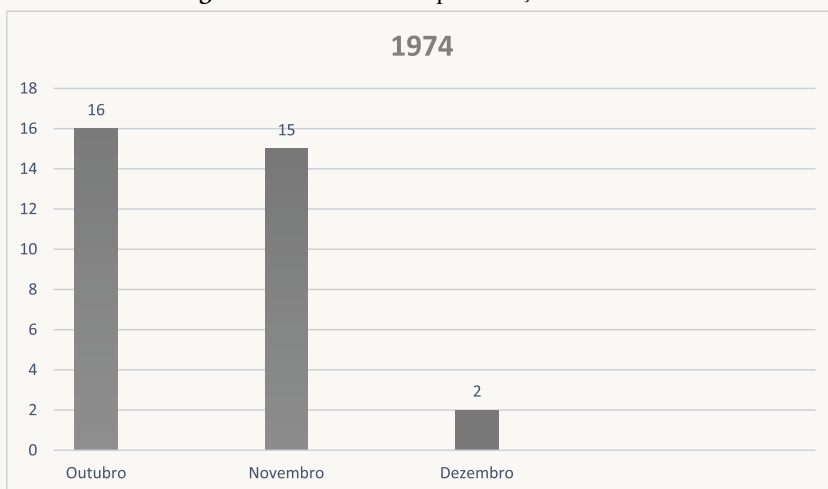
27 Em entrevista, concedida no dia 05.04.2024, Debora Carvalho Queiroz, filha do chargista, relatou que o pai era apreciador do gênero brega e, inclusive, tinha o hábito de andar com seus óculos de estilo “aviador”, marca registrada do cantor.

em seus trabalhos. É importante destacar esse recurso, pois, na medida em que a coluna *Miranda* se transformou em *A Charge do Miranda*, os temas políticos passaram a ter outra condução, levando a segunda parte dessa análise.

## Intensidade e omissão

Tendo em vista que o espaço inferior de composição das charges trouxe, em sua grande maioria, as opiniões do autor, é importante destacar algumas diferenças de dinâmica em relação aos seus usos próximos aos pleitos eleitorais. A data de 1º de outubro de 1974 é o marco de uma nova fase para a coluna e, principalmente, para a vida de João Miranda. Para esse pleito, o chargista produziu 32 charges com temáticas diretamente políticas, mais do que o dobro em relação a 1976 no mesmo período, apesar da produção desse ano, em assuntos políticos, ser superior quando diluída entre os meses.

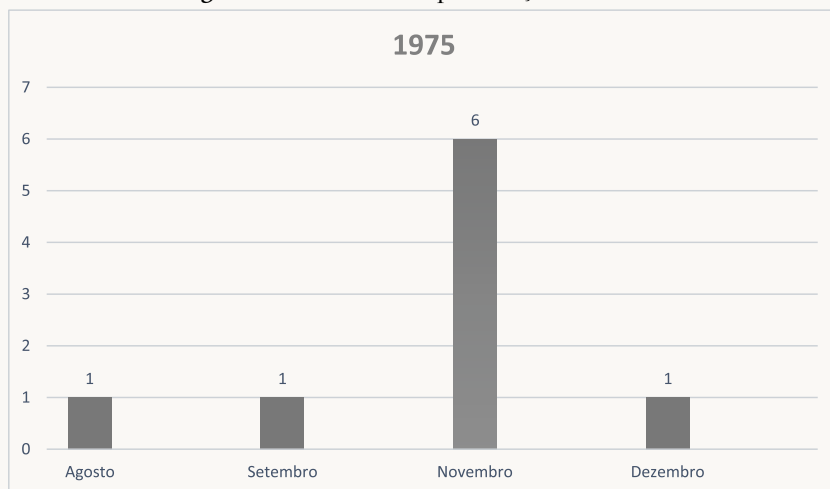
**Figura 4** – Gráfico das publicações em 1974



**Fonte:** Autoria própria

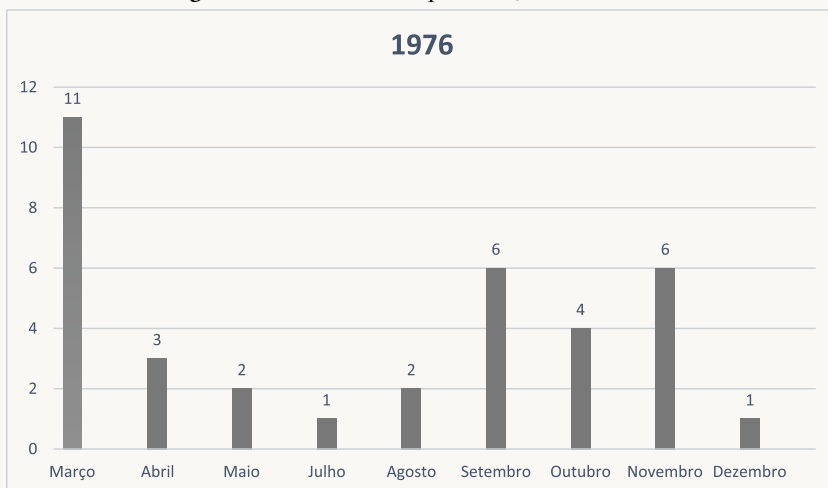
Esse levantamento foi realizado com base na coleta e organização de dados do jornal *A Crítica* arquivados na Biblioteca Pública do Estado do Amazonas. Através dos gráficos, é possível observar que a coluna, dentro da campanha eleitoral, publicou intensamente sobre política no último trimestre de 1974, buscando contemplar a eleição de 15 de novembro. Contudo, no ano seguinte, a regularidade caiu drasticamente e só voltou a ter constância em 1976, ano de eleições municipais.

**Figura 5** – Gráfico das publicações em 1975



**Fonte:** Autoria própria

Miranda tem uma sequência razoável apenas no mês de novembro de 1975. Porém, vale destacar o retorno do uso dos estereótipos eleitorais neste mês, expondo a ARENA como uma senhora recatada e o MDB como um homem moderno. Embora tenha preservado o gênero, a representação da oposição sofreu alterações de perfil etário. A escolha de envelhecer o MDB é um dado importante que anunciava suas primeiras mudanças de atitude no que diz respeito a temas políticos.

**Figura 6** – Gráfico das publicações em 1976<sup>28</sup>

**Fonte:** Autoria própria

Este comportamento de produções, próximo a períodos eleitorais, demonstra que a coluna exerceu função ativa em contextos políticos, alterando o seu perfil de criações<sup>29</sup> de acordo com o interesse ou necessidade de ilustrar a notícia para o seu público. Esse recurso era capaz de tornar didático e acessível um tema complexo, desde que o seu processo humorístico tenha sido cultivado. Apesar da vigência do AI-5, ativo e promovendo cassações ao longo do ano, esse silêncio do *A Crítica* é apenas dentro das colunas de João Miranda: nos noticiários, escândalos dentro da Câmara e denúncias

28 É possível observar dois picos de produção em 1976. Um padrão, próximo ao pleito, e outro entre março e abril, onde se verificou a intenção de transformar o escândalo do “Watergate municipal” em um objeto humorístico. O evento envolveu o roubo de documentos da Câmara Municipal de Manaus e colocou em confronto dois membros do MDB, Fábio Lucena e Ruy Adriano.

29 No ano de 1975, cerca de 28% das charges têm a temática dos problemas de trânsito. Em 1976, a maior quantidade de trabalhos foi destinada para o tema de falta de infraestrutura. Contudo, os temas políticos sofrem um aumento considerável em virtude do evento eleitoral.

de corrupção na Assembleia Legislativa são capas de muitas edições. A tentativa de assassinato do deputado Fábio Lucena<sup>30</sup> e toda as articulações do novo prefeito Jorge Teixeira não foram elencadas enquanto fatos cômicos. O grande desafio de trabalhar com esse tipo de fonte concentra-se justamente em conseguir desvendar porque determinados eventos cômicos não alimentaram processos humorísticos e, na mesma medida, porque alguns foram elencados e usados até o desgaste.

Portanto, um crescimento de interesse temático não se explica apenas pela existência de um evento correspondente, neste caso o eleitoral. Ele pode ser evitado ou omitido em detrimento de outros alvos que, no processo humorístico de construção do objeto, merecem atenção mais circunstancial. Assim, é possível visualizar em Miranda dois tipos de exploração dos eventos cômicos: aqueles genuínos, gritantes de acordo com a vibração dos fatos e que nem sempre recebiam atenção; e os deliberados, com alvo certo, construídos para valorizar ou atacar uma imagem pública. Esse segundo ponto ajuda a tatear na neblina as possíveis escolhas e movimentos deliberados pela zona de produção do chargista, seja através do jornal *A Crítica* ou das parcerias e acordos fechados pelo seu diretor com as bancadas políticas que compravam os serviços de comunicação da empresa.

## **Mudanças de comportamento**

Essas parcerias e a dinâmica de como elas se articulam na coluna de Miranda permite mais um exame. A charge (Fig. 07) cita vários nomes do setor empresarial de Manaus, como Max Teixeira, pioneiro no transporte de combustíveis no Amazonas, e jornalístico, como Flaviano Limongi e Paulo

---

30 No contexto, Fábio Lucena era Vereador e Líder do MDB na Câmara. Atuante no meio político, o político preparava sua campanha para ingressar no senado.

José, primeiro apresentador do telejornal da Rede Amazônica. Gostaria de destacar apenas os nomes dos políticos citados no agradecimento de final de ano: os senadores eleitos Evandro Carreira (MDB) e Flávio Brito (ARENA), o deputado Damião Ribeiro (MDB) e o vereador Josué Filho (ARENA). As conexões políticas entre João Miranda, Umberto Calderaro e o poder legislativo, durante esse recorte, sofrem uma mudança de comportamento, o que pode ser inicialmente visto pela quantidade e regularidade de publicações executadas no pleito de 1974 (Fig. 04).

**Figura 7** – A charge do Miranda



**Legenda:** - Feliz ano novo para você

- Igualmente

- Putz (Valdik)

- Um ano novo pleno de realizações para meus amigos: Dr. Flaviano Limongi, Max Teixeira, Josué Filho, Engo. José Maués (SED-Am), Major Osório (DETRAN), Antonio e Jacques, Dr. José Lopes, Engo Jamie S. Martine, Dr Vital (Brahma), Dr. Naice Muruama, Dr. Cláudio, Dr. Reinaldo Tribuzzi (Brahma), Humberto Agostinho (Desinfex), Senador Flávio Brito, Carmona, Severino Pão duro, Carlito Sulão, Dr. Damião Ribeiro, Senador Evandro Carreira, Paulo José (Tv-Amazonas).

**Fonte:** A Crítica (1973)

Apesar dos gráficos (Fig. 04 e 06) apresentarem quantidades e regularidades, o que já denuncia um posicionamento atípico do jornal, o tipo de conteúdo que a equipe escolheu para conduzir o processo humorístico eleitoral merece atenção, pois talvez ilustre melhor o ponto de partida dessa mudança de comportamento. Recuperando rapidamente a charge de abertura da coluna (Fig. 01), ela descreve que

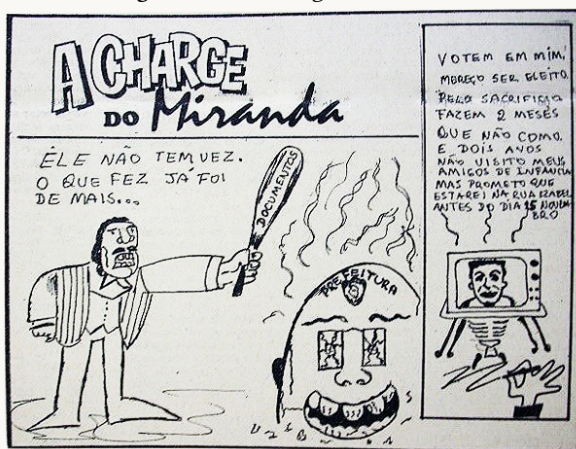
Tem um candidato aí que disse o seguinte pros telespectadores: “meus senhores e minhas senhoras, a coisa tá braba! Os ribeirinhos do interior estão morrendo afogados por falta de assistência agrícola”. Falou, bicho! Mobral nele, pessoal da oposição [...] (A Crítica, 01/10/1974, p. 04).

Esse alerta ao “pessoal da oposição” pode ter, de imediato, duas interpretações: primeiramente, é importante destacar novamente que o ambiente da narrativa envolvia a primeira experiência de propaganda política via televisão no Amazonas, contexto em que a adaptação dos candidatos aos novos formatos de campanha estava ofertando vários atos falhos, acidentes de estúdio e erros de dicção nos discursos. Para quem trabalha com humor, o ensejo era um prato cheio de possibilidades, como o foi para Miranda (Queiroz, 2021, p. 154). Por um lado, o pedido de “alerta” poderia ser uma crítica ao MDB, exigindo que o candidato da legenda tivesse uma postura mais apropriada ao cargo. De maneira adversa, poderia também expressar um recado encorajador para a oposição naquele princípio de campanha.

A partir de uma única charge é difícil tangenciar respostas satisfatórias. Porém, a regularidade dos temas que circularam entre as 32 produções de Miranda sobre política neste ano, somado a dois fatos de sua vida pessoal, podem ajudar a tatear uma interpretação possível. Entre os temas trabalhados no último trimestre de 1974, a abordagem das

charges bateu em vários estereótipos da política nacional: o “demagogo”, o “oportunista”, o “falso”, o “populista”, entre outros (Queiroz, 2019, p. 84). A intensidade de publicações seguiu um ritmo até o dia 15 de outubro. Esta interrupção foi ocasionada por uma viagem de urgência ao Rio de Janeiro em virtude da internação da sua esposa, Francisca Valentim. Pelo estudo de traço, é perceptível que Umberto Calderaro ainda tentou uma substituição temporária, porém destoou demais da identidade gráfica do chargista, fato possivelmente notado e criticado pelos leitores. Essa mudança de traço denuncia a interferência do diretor nos trabalhos da coluna, tentando a qualquer custo manter o ritmo de publicações quando foi conveniente. E esse não era qualquer contexto.

**Figura 8** – A charge do Miranda



**Legenda:** - Ele não tem vez. O que fez já foi de mais. - Votem em mim. Mereço ser eleito. Pelo sacrifício, fazem 2 meses que não como. E dois anos não visito meus amigos de infância, mas prometo que estarei na rua Izabel antes do dia 15 de novembro.

**Fonte:** A Crítica (1974)

**Figura 9** – A charge do Miranda



**Legenda:** - Batatinhas quentes da Câmara Municipal.

**Fonte:** A Crítica (1974)

A diferença entre as representações do político Fabio Lucena (A Crítica, 11/10/1974, p. 04) nos materiais acima, ilustram e evidenciam a alteração de traço<sup>31</sup>, que por hora, ainda tem autoria desconhecida. Foram produzidas apenas 6 charges<sup>32</sup> com essa característica mais rústica, pois Miranda voltou a Manaus no dia 26 de outubro, como reporta o “bom dia leitor”.

31 A charge faz menção ao caso “Watergate municipal”, escândalo na Câmara municipal que teve bastante repercussão e buscou cassar o mandato do presidente da Câmara, Ruy Adriano (ARENA). Quando comparada, a distinção de traços é bem nítida. Miranda tem um estilo regular e raramente rabisca uma linha sobre outra. O ilustrador desconhecido tentou reproduzir as pernas do “estilo Miranda”, mas deixou pegadas de sua intervenção exatamente no excesso de riscos.

32 O trabalho faz menção às denúncias que o vereador Fabio Lucena (MDB) direcionou ao prefeito da cidade Frank Lima (ARENA), acusado de corrupção e prevaricação. As consequências dessa acusação serão abordadas mais adiante nesse capítulo. Por hora, como as disputas jurídicas estavam repercutindo, é bem provável que a equipe do jornal não quisesse perder a oportunidade, mesmo com a ausência de Miranda.

Você deve ter sentido a falta, durante algumas semanas, do nosso caricaturista Miranda. E nós também a sentimos. Bom amigo, bom companheiro, bom caráter, e, sobretudo, bom esposo e bom chefe de família. Pois é isso: Miranda estava no Rio de Janeiro, onde foi levar a sua esposa, vítima de pertinaz enfermidade. Ela não pôde voltar e lá ficou internada no Hospital Central do Exército. Miranda retornou ontem e – apesar de tudo – sua charge está hoje no lugar cativo na página nobre do A CRÍTICA: a quarta do 1º caderno, que, muito embora adornada com a presença sensível da carioca Marisa Raja Gabaglia, parecia castrada, capenga, falha de alguma coisa muito familiar, muito autenticamente nossa que é o humor sadio de Miranda. Chargista como poucos neste país, elogiado em todas as capitais onde este jornal chega, por jornalistas e cartunistas, Miranda – apesar da desgraça que abateu sobre seu lar – não perdeu o senso de humor que se revela em um estilo todo seu.

De volta a rotina, Miranda manteve a intensidade dos trabalhos durante o mês de novembro com uma narrativa de forte crítica ao perfil dos candidatos e seguindo uma regularidade temática atípica, concentrada no ataque a velhos costumes da politicagem local. Esse ritmo foi apenas quebrado com o falecimento de sua esposa<sup>35</sup> no dia 12 de dezembro de 1974 (A Crítica, 12/12/1974, p. 01), fato que foi registrado na capa da edição deste dia. Miranda só voltou a publicar menções a política local na charge da virada do ano (Fig. 07).

---

33 O jornal declarou: “hoje e nos próximos dias ficaremos privados do seu humor sadio, bem embaixo do Editorial, ali na pág. 4. Sua esposa – Francisca Queiroz Miranda – dona Dadá, faleceu ontem no Rio de Janeiro, onde se encontrava internada, vítima de pertinaz enfermidade. Nós aqui de A CRÍTICA nos associamos à dor do nosso companheiro e dos seus filhos. E estamos certos que os leitores também”.

De volta a charge de 31 de dezembro de 1974, o sentimento de cansaço exposto pelos moradores de rua ironizava a falta de expectativa para o ano vindouro. Outra leitura possível pode relacioná-la ao cansaço da vida pessoal do chargista, ainda em luto. Contudo, apesar dos votos direcionados aos amigos e parceiros do jornal, obedecendo um equilíbrio nas escolhas, o editorial desta edição foi desenvolvido a partir de uma publicação do dia anterior, utilizando uma analogia que pode localizar um poucos sobre as expectativas do jornal diante da oposição.

E o novo ano já nos antecipa algumas novidades: uma Assembleia Legislativa essencialmente renovada; novos deputados federais, ao lado dos já experientes que se reelegeram, prometem elevar o coro amazônico em Brasília. Um novo senador se propõe a dar o nosso recado em linguagem que entendemos. Só resta desejar a todos, independentemente de cor, política partidária, que tenham êxito. E um novo governo promete igualmente interiorizar a administração estadual. E promete igualmente mudar hábitos, gestos e comportamentos, menos por desacordo com o que sai e mais por uma questão de bom senso (A Crítica, 31/12/1974, p. 04).

Esse otimismo, transbordando confiança na redação do texto, transmitia certa segurança, talvez pela presença de importantes parceiros políticos nas casas legislativas. Os nomes na dedicatória da charge indicavam o bom trânsito da empresa entre os partidos: amizade com os dois senadores eleitos; Damião Ribeiro, vereador em ascensão que avançou naquele ano para deputado estadual; Josué Filho, Secretário de Educação Municipal e Cultura, caminhando para ser o vereador mais votado de 1976, além de herdeiro da Rádio Difusora do Amazonas, parceira do jornal.

Vale destacar a escolha pela referência histórica no título do editorial, declarando sentimentos de proteção e tranquilidade. O autor, sem nome declarado, escreveu sobre o respeito que o imperador Alexandre da Macedônia teve ao passar por Tebas durante a destruição e invasão das cidades gregas. Pela admiração que tinha pelo poeta Píndaro, lembrado por sua independência e altivez, Tebas foi destruída completamente, porém a casa do poeta foi poupada. Ciente do potencial de destruição dos “imperadores” do AI-5, Calderaro, pela publicação, imaginava um 1975 diferente, com maior protagonismo, independência e articulação. Certamente não contava com a estratégia do ministro Armando Falcão, que usou da visita de Ulisses Guimarães a Manaus e de sua entrevista na TV Amazonas como ensejo para iniciar um projeto de controle das campanhas eleitorais<sup>34</sup>.

O ministro da justiça Armando Falcão declarou, anteontem, após despachar com o Presidente da República que seu Ministério examinará o teor da entrevista concedida pelo presidente do MDB deputado Ulysses Guimarães na última sexta feira, a uma emissora de televisão em Manaus. A gravação já foi requisitada pelo Ministério das Comunicações (A Crítica, 17/01/1976, p. 06).

Dois dias depois, no jornal *A Crítica*, o primeiro registro sobre as intervenções do governo e a deliberação de um projeto de controle foi divulgado. Desde então, a lei começou a ser construída e “debatida” até a sua sanção, em 1 de julho de 1976. Alterando profundamente o jogo eleitoral, o decreto aumentou a fiscalização das campanhas, agindo de maneira intensa, repressiva e desproporcional nos eventos da oposição.

---

34 Após a visita nas cidades do interior do Amazonas, Ulisses Guimarães cedeu uma entrevista para a TV Amazonas no retorno a Manaus. A repercussão levou o Ministro da Justiça Armando Falcão a analisar o comportamento de Ulysses Guimarães em comícios e programas de TV.

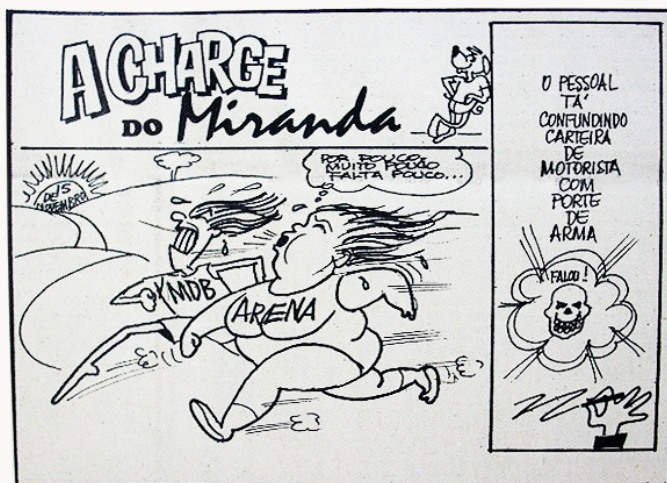
O Ministro da Justiça, sr. Armando Falcão, deverá fazer um pronunciamento em nome do Governo esta semana definindo as regras do jogo que deverão prevalecer durante a próxima campanha eleitoral, em face da ofensiva desencadeada pelo alto comando do MDB, tendo à frente o deputado Ulysses Guimarães. Durante a semana que passou, o Ministro da justiça esteve dedicado a examinar, juntamente com os seus assessores, aspectos da legislação eleitoral e de telecomunicações, de forma a evitar exageros da campanha eleitoral (A Crítica, 19/06/1976, p. 07).

Armando Falcão e a alta cúpula da ARENA buscaram, no controle das propagandas eleitorais e na definição das regras do jogo, evitar que, nas eleições municipais seguintes, o MDB construísse margem jurídica<sup>35</sup> para eleger poderes executivos em capitais importantes (A Crítica, 16/05/1975, p. 08). Se esse movimento no tabuleiro fosse tão previsível, não haveria tanta euforia nas palavras autorizadas por Umberto Calderaro no editorial. O caminho no ano seguinte foi ironicamente de retrocesso, na medida em que, evitando os assuntos políticos, Miranda iniciou um processo humorístico inverso, remodelando os estereótipos da oposição. De um jovem esforçado o partido passou a ser representado como um senhor bruto e autoritário, enquanto a ARENA ganhava aspectos moderados e de fragilidade (A Crítica, 18/11/1975, p. 04).

---

35 Na matéria *MDB com novos membros pensa em ser governo*, o presidente do partido e da Assembleia Legislativa do Amazonas, José Dutra declarava otimismo quanto à possibilidade das eleições de 1978 fossem diretas e que, com a maioria nas casas legislativas, conseguissem colocar um governador da oposição no poder.

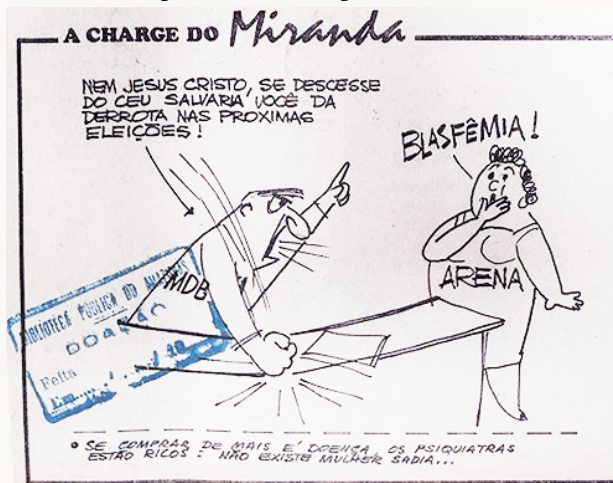
Figura 10 - A charge do Miranda



Legenda: - Por pouco, muito pouco. Falta pouco...

Fonte: A Crítica (1975)

Figura 11 - A charge do Miranda



- Nem Jesus Cristo, se descesse do céu, salvaria você da derrota nas próximas eleições. - Blasfêmia!

Fonte: A Crítica (1975)

## Considerações finais

Assim, a intensidade de produção e o tom das narrativas das charges, publicadas até mesmo na ausência do responsável pela coluna, permite deduzir que o ano terminou de maneira exaustiva para Miranda em vários sentidos, mas para o seu diretor, aquele roteiro não poderia ter tido um melhor desfecho. O chargista, apesar do conteúdo conservador em temas sobre costumes, demonstrou simpatia com algumas ideias políticas progressistas e a falta de habilidade dos candidatos com o novo formato de publicidade foi explorada objetivamente em 1974. Os acidentes e brigas de estúdio promoveram eventos cômicos, porém a escolha da equipe do jornal em dar regularidade a um tema que certamente ironizava mais os candidatos da ARENA, constitui, para esta análise, um processo humorístico, pois preparou, conduziu e sustentou a ironia até o desgaste. Miranda, em sua vida pessoal, foi filiado ao PMDB e, segundo arquivos familiares, chegou a exercer função pública como suplente<sup>36</sup>. Em entrevista (Carvalho, 06/04/2024), a filha do chargista, Debora Queiroz revelou ainda a admiração que o pai tinha por Ulisses Guimarães e Tancredo Neves, políticos da oposição com bastante atividade dentro da distensão.

Portanto, a postura otimista de Umberto Calderaro, apostando no novo e na atualização das casas legislativas, contrastava com o luto do chargista. Miranda ganhou uma coluna ativa, dinâmica, mais aberta e diversificada. Apesar disso, o novo título também, ironicamente, alterava o seu protagonismo. Antes, tratando sobre temas diversos, a coluna *Miranda* falava mais sobre o chargista. A partir do momento em que se observou o potencial político, a charge poderia até ser do Miranda, mas o texto nem sempre.

---

<sup>36</sup> Dados coletados em pesquisa de campo. O currículo de trabalho do chargista declara função de segundo suplente nas eleições de 1982.

- CARVALHO, A. Democracia e desenvolvimento versus Segurança e desenvolvimento: as eleições de 1974 e a construção de uma ação oposicionista pelo MDB na década de 1970. *Varia História*, Belo Horizonte, v. 28, n. 48, p. 555-572: jul./dez. 2012.
- KINZO, M. D. G. *A democratização brasileira: um balanço do processo político desde a transição*. São Paulo em Perspectiva, 2001. p. 05
- MOTTA, R. P. S. MDB e ARENA nas charges: a imagem do sistema bipartidário da ditadura em disputa. *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 14, n. 37, e0102, dez. p. 23. 2022.
- QUEIROZ, T. R. *O Humoral: Humor e abertura social nas charges de Miranda (1972-1974)*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em História - UFAM. Manaus, 2013.
- QUEIROZ, T. R. As eleições legislativas de 1974 no Amazonas: um estudo das representações políticas a partir das charges de João Miranda. *In: QUEIRÓS, C. A. B.; LEAL, D. A.; MOURA, A. V. (orgs.). Amazônia Republicana: Estudos sobre poder, política e trabalho*. 1. ed. Curitiba: CRV, v. 1, p. 153-166, 2021.
- QUEIROZ, T. R. Os preparativos para a eleição de 1974 em Manaus: uma imagem do riso em circulação. *In: QUEIRÓS, C. A. B.; BARROS, W. F. S. (orgs.). História, Trabalho e Cidadania na Amazônia*. 1. ed. Curitiba: EDITORA CRV, v. 1, p. 83-102, 2019.



## **Os impactos da entrada dos grandes projetos desenvolvimentistas e do grande capital em territórios tradicionais no Amazonas e em Roraima durante a ditadura civil/empresarial/militar**

*Eduardo Gomes da Silva Filho*

Há séculos a Amazônia é alvo da avidez econômica internacional e da exploração das suas riquezas minerais, fauna, flora e biodiversidade. Vista pelos militares como uma região estratégica do ponto de vista geopolítico, a partir do golpe civil-militar de 1964, se intensificou um projeto de ocupação territorial, sob o discurso do desenvolvimento da região e de políticas integracionistas, que culminaram na realização de obras faraônicas, mas que, na prática, negligenciaram os direitos dos habitantes locais, principalmente indígenas e ribeirinhos, que tiveram seus territórios sumariamente invadidos, sem a devida reparação, por parte de um estado ditatorial que, em conluio com grandes empresas, explorou e lucrou às custas do sangue dessas populações tradicionais amazônicas. Arthur Reis (1982), em sua obra *“A Amazônia e a Cobiça Internacional”*, já alertara acerca da complexa dinâmica geopolítica que envolve a região amazônica, destacando sua importância estratégica e os desafios enfrentados pelo Brasil diante da crescente cobiça internacional. Reis analisa as diversas facetas desse fenômeno, desde a rica biodiversidade e recursos minerais da Amazônia

até as pressões externas para limitar a soberania brasileira sobre o território. Ele ressalta a necessidade de políticas eficazes e estratégias de defesa para proteger os interesses nacionais na região, alertando para os riscos de uma ocupação estrangeira descontrolada e suas consequências para o país e suas futuras gerações.

Outrossim, com base na análise da obra de Reis em tela, a historiadora Lademe Souza (2009) sustenta que o binômio entre a cobiça e a defesa desta região se conjecturou com base na concepção presentista de nação, a partir de um discurso de apropriação militar. Contudo, os efeitos colaterais desta estratégia militar atrelados às alianças com o grande capital suscitaram reivindicações por parte da sociedade civil, agências indígenas, além de órgãos e entidades ligadas à defesa da causa indígena, como a Operação Amazônia Nativa-OPAN, o recém-criado Conselho Indigenista Missionário-CIMI, e, particularmente, no Amazonas, o Movimento de Apoio à Resistência Waimiri-Atroari-MAREWA. A criação dessas entidades nos direciona para a análise das ações de um dos seus principais idealizadores, Egydio Schwade.

[...] saiu do Rio Grande do Sul, sua terra natal na década de 1960, para integrar a OPAN (Operação Anchieta, hoje Operação Amazônia Nativa) em 1969, e fundar o Conselho Indigenista Missionário (CIMI) em 1972. Fez da causa indígena sua missão de vida, e da Amazônia o seu lar. Filósofo, teólogo e indigenista, teve ao seu lado figuras célebres do catolicismo progressista e da teologia da libertação como: o Padre jesuíta Antônio Iasi Júnior, Dom Pedro Casaldáliga e Dom Tomás Balduino (Silva Filho, 2018, p. 176).

Para além da análise deste personagem, buscou-se em Hannah Arendt (1999, 2012) e Pierre Clastres (1979)

a compreensão das ações ditatoriais e suas implicações sobre as populações tradicionais, objetivando descortinar o autoritarismo disfarçado de progresso. Essa premissa materializou-se na construção de obras nos âmbitos nacional e regional, como as rodovias Transamazônica (BR-230) e a Belém-Brasília (BR-010), Perimetral Norte (BR-210), além da fatídica construção da BR-174, que esteve no epicentro do genocídio dos índios Waimiri-Atroari. Somam-se a isso as construções de hidrelétricas, com ênfase nos casos de Balbina e Tucuruí, e as ações coordenadas pelo agronegócio, mineração e reassentamentos compulsórios.

Em que pese o golpe de estado dado pelos militares em 1964, com o apoio de setores civis e religiosos tenha tido um efeito em todo território nacional, nos debruçaremos neste texto na análise dos reflexos no Amazonas e em Roraima, com base em episódios marcados pela sanha do poder militar para essas regiões e do descaso das políticas governamentais para as populações tradicionais.

## **Um breve panorama: os preparativos para a entrada do grande capital na região amazônica**

Antes do golpe civil-militar de 1964, a estrutura econômica do Brasil era voltada na concentração de terras, monocultura e apresentava uma considerável dependência econômica externa. As decisões política e econômicas passavam pelo xadrez geopolítico e pelos interesses internacionais. Com base na expansão da fronteira agrícola e no avanço dos territórios tradicionais amazônicos, o discurso de ocupação e investimentos em infraestrutura promovido pelos militares e por setores ligados à mineração mantinha uma relação intrínseca, que culminou em um regime de exceção que durou mais de duas décadas, com terríveis consequências aos povos amazônidas.

A sensação de vergonha e revolta sobre este período pode ser evidenciada nas palavras do jornalista Elio Gaspari, em sua célebre obra *A ditadura envergonhada*, onde o autor descreve objetivamente as agruras desta triste passagem da história brasileira, sobretudo relação à perseguição docente, como se pode observar parcialmente abaixo:

As cassações e os inquéritos produziam sobre o corpo docente da universidade brasileira, aos poucos, um efeito depurador de sentido oposto ao que o regime pretendia. Os liberais, que discretamente apoiaram a derrubada de Goulart, refluíram para a oposição ou, pelo menos, para um silêncio envergonhado diante da anarquia de IPMs, delações e arbitrariedades militares (Gaspari, 2002, p. 232).

De volta ao cenário dos antecedentes políticos e do planejamento econômico que pavimentaram os caminhos do golpe, nos deparamos, em meados de 1953, com a criação da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia-SPVEA. A criação desse órgão veio em resposta à crise da economia gomífera amazônica, incorporada a um modelo nacional-estatista que perdurou nos governos da década de 1950, como apontado por Reis (2014).

Nesse íterim, outras medidas foram desenvolvidas, a fim de viabilizar o planejamento em curso. A primeira delas se trata da elaboração do I Plano Quinquenal de Valorização Econômica da Amazônia (PQVEA), previsto na época para funcionar entre os anos de 1955 e 1959. O plano em si reforçava as pretensões da entrada do grande capital na Amazônia, com base em ações de integração, sob alegação do melhoramento na infraestrutura regional e no desenvolvimento socioeconômico.

Uma crítica a esse modelo pode ser ampliada pela lente do sociólogo José de Souza Martins, no seu livro *Sobre o modo capitalista de pensar*. Nele, Martins analisa com base em uma

série de textos os processos de acumulação, reprodução e proteção do capital. Ele destaca a essência do capitalismo em diferentes aspectos da vida cotidiana, moldando valores, comportamentos e instituições (Martins, 1982).

### **A criação da SUDAM e da Zona Franca de Manaus e o discurso de desenvolvimento econômico e social para a Amazônia**

Em 1966, já com os militares no poder, uma série de outras medidas foram implementadas para viabilizar as pretensões de domínio econômico na Amazônia. Neste mesmo ano, destacou-se a criação da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM). Segundo Brito (2001), a aplicação da política de desenvolvimento na Amazônia, com suas repercussões ambientais e sociais, destaca o papel central do Estado. As entidades governamentais, incluindo a SUDAM e o Banco da Amazônia-BASA, desempenharam um papel crucial na implementação e gestão dos programas voltados para a integração da região na economia e na sociedade brasileira. Desde os primórdios da Política de Valorização, as diretrizes da intervenção estavam centradas nos modelos de crescimento econômico.

Ainda conforme Brito (2001), o conjunto de estratégias e ferramentas visava a elevar o Produto Interno Bruto (PIB) regional, mediante uma exploração dos recursos conforme com os princípios do sistema industrial capitalista moderno. Sob a perspectiva do padrão de desenvolvimento adotado desde os anos 1960, o estímulo ao crescimento econômico deveria impactar diretamente a estrutura social, deslocando práticas tradicionais de trabalho e modelos de organização da produção e do comércio.

No ano seguinte, em 1967, foi criada a Zona Franca de Manaus, consolidando-se como mais uma aposta para o modelo de desenvolvimento regional.

A Zona Franca de Manaus (ZFM), como é conhecida atualmente, foi criada pelo Decreto-Lei nº 288, de 1967, como área de livre comércio, beneficiária de incentivos fiscais, com o objetivo de ocupação do território amazonense. Esta área compreende um total de dez mil quilômetros quadrados que inclui a cidade de Manaus, capital do Estado do Amazonas, e mais os municípios de Presidente Figueiredo e Rio Preto da Eva. O lançamento da pedra fundamental do Distrito Industrial ocorreu em 30 de setembro de 1968. O ato marcou o início do processo de criação do Polo Industrial de Manaus (PIM), atualmente um dos mais modernos centros industriais e tecnológicos em toda a América Latina, situado em Manaus (Holland *et al.*, 2019, p. 12-13).

Contudo, este modelo não foi o suficiente para garantir em sua plenitude, conforme o discurso militar, o desenvolvimento desta região, sobretudo o Amazonas, tampouco estabelecer uma agenda eficaz que enfrente os inúmeros desafios socioambientais vigentes.

### **Planejamento e ações militares com impacto direto nos territórios tradicionais no Amazonas e em Roraima**

Durante o período autoritário em que os militares estiveram no poder, houve um intenso discurso de desenvolvimento, embora outros interesses tenham permeado o cenário socioeconômico da época. Em meio a essa conjuntura, surgiu a preocupação com a soberania nacional sobre a Amazônia. Naquele contexto de Guerra Fria, os militares justificavam a necessidade de proteção da região frente às ameaças securitárias impostas pela rivalidade entre os Estados Unidos e a União Soviética. Essa visão era embasada na crença de que a Amazônia precisava ser resguardada dos

interesses externos, o que influenciou diretamente as políticas e estratégias adotadas na época.

Com base nesse cenário, e vislumbrando uma perspectiva lucrativa, foi criado no início da década de 1970, conforme Laurino (2021), o Projeto Radam, a fim de atender demandas mineralógicas do novo Plano de Integração Nacional-PIN.

De abrangência nacional, o Projeto RADAM (Radar na Amazônia) iniciou seus trabalhos em 1970 como parte da estratégia, na época, de desenvolvimento da Amazônia e posteriormente do Nordeste, a fim de mapear seus ecossistemas. Fazia parte de um plano maior denominado Plano de Integração Nacional (PIN) (Laurindo, 2021, p. 1).

Com base em técnicas de sensoriamento remoto, parte da atenção do projeto de prospecção se voltou para a região amazônica, em particular, no antigo Território Federal de Roraima, que demonstrava um grande potencial para a exploração de minérios. No ano de 1975, o projeto se estendeu a todo o território nacional e passou a denominar-se de Projeto Radam Brasil (Laurindo, 2021).

Em meio a esse cenário, as declarações do General Ismarth Araújo de Oliveira, então presidente da Funai, deixavam claras as reais intenções dos militares com os indígenas.

Minha tarefa será a de integrar o índio na sociedade nacional porque é impossível deter o processo de desenvolvimento do país com o argumento de que os índios deveriam ser protegidos e mantidos em seu estado puro (Davis, 1978, p. 118).

Paralelo a isso, o Antropólogo Shelton Davis nos alerta para um artigo publicado pelo geólogo americano Max White no ano de 1973, chamado: *Sondando a desconhecida Amazônia*.

Nele, o autor deu ênfase a uma investigação em curso, que envolvia 21 projetos de exploração mineral na bacia amazônica, com centenas de geólogos fazendo levantamentos em cidades como Belém, Manaus e Porto Velho (Davis, 1978).

Uma das principais áreas de exploração mineral na época estava na parte Noroeste da Bacia Amazônica, no Território de Roraima e no Estado do Amazonas. O artigo de White descrevia pelo menos três grandes projetos nessa região: (1) o projeto Norte da Amazônia, que consistia num reconhecimento geológico e geoquímico de 1.051.840 km<sup>2</sup>, quase todo o território do Brasil ao norte do rio Amazonas; (2) o projeto Roraima, que consistia em trabalhos geológicos numa área de 120 mil quilômetros quadrados na parte setentrional do Território de Roraima, perto da fronteira com a Guiana e a Venezuela; e (3) o projeto Aripuanã-Sucunduri, que cobria área de 80 mil quilômetros quadrados nos sistemas de drenagem dos rios Aripuanã, Roosevelt, Guariba, Juma e Sucunduri, na parte Sul do Estado do Amazonas (p. 119).

Ainda segundo Davis, o mapeamento aerofotogramétrico feito por meio do projeto Radam Brasil na Bacia Amazônica corroborou para um aumento substancial do interesse de empresas mineradoras explorarem a região, sobretudo, em Roraima, devido às grandes reservas de minério de ferro, manganês, estanho e bauxita, entre outros minerais existentes na região (Davis, 1978).

Com o intuito de obter acesso a essas reservas, os militares providenciaram a construção de duas rodovias: a Perimetral Norte (BR-210), com pretensões de alcançar países como Suriname, Guiana, Venezuela, Colômbia e Peru, e a BR-174, que viria interligar as cidades de Manaus e Boa Vista (Davis, 1978).

Uma nova geopolítica foi traçada para a Amazônia, os governantes militares conceberam, desde 1966, a chamada “Operação Amazônia”. Constituindo um conjunto de projetos, esta operação visava à implantação de uma malha de grandes eixos de comunicação e de transporte – como a Transamazônica que corta a floresta tropical em direção leste-oeste, a rodovia Belém-Brasília traçada em direção norte-sul e o traçado da BR-174, que ligou Manaus, Boa Vista e Caracas, através de um acordo internacional, cortando ao meio o território dos índios Waimiris-Atroaris (Vieira; Arenz, 2015, p. 10).

Nota-se, que houve nitidamente uma organização prévia para a exploração e o escoamento da produção de minérios na região, sem o devido cuidado com os territórios tradicionais existentes nestes locais.

O planejamento e execução do projeto da Perimetral Norte não atingiu os objetivos iniciais previstos no Plano de Integração Nacional, pois apenas uma parte do seu trajeto original foi concluído, sobretudo no Amapá e em Roraima. Porém, o progresso tem um preço e ele é alto, com o pagamento vindo por meio das vidas ceifadas do povo Yanomami, que se encontram tradicionalmente espalhados ao longo da rodovia e sofreram sérias consequências em decorrência disso.

Em Roraima foram implantados inicialmente os trechos de São João da Baliza até Caracarái e de lá até o rio Repartimento, seguindo até a Missão Catrimani. Esta última porção foi desativada no ano de 2004 devido à falta de manutenção de pontes e deslizamento de barrancos (Vieira; Arenz, 2015, p. 12).

Com o avanço da construção da rodovia na época, o contato desordenado dos brancos com os indígenas locais trouxe várias consequências, entre elas, doenças, alcoolismo

e extrema pobreza. A fim de tentar amenizar tal situação, foi instalada nesta região a Missão Catrimani,<sup>37</sup> “[...] Ela é uma missão católica voltada aos índios Yanomami, [...] da região do Rio Catrimani, um afluente do Rio Branco. A missão localiza-se na margem esquerda do Médio Catrimani, à sudoeste do estado de Roraima” (Bort Júnior, 2012, p. 2).

A construção da Perimetral Norte, só em Roraima cruzando a BR-174 possui hoje 411,7 quilômetros abertos, saindo do rio Jatapu à Missão Catrimani. Todo este trecho encontra-se asfaltado, embora muitos segmentos em estado crítico de conservação. Conecta as cidades de Caroebe, São João da Baliza, São Luiz e Caracarái, além de diversas vilas. [3] No seu trajeto roraimense intercepta as federais BR-174 e BR-432, as estaduais RR-460 e RR-344, além de diversas estradas vicinais de administração municipal (Vieira; Arenz, 2015, p. 12-13).

Ainda, segundo Vieira e Arenz (2015), a construção da Perimetral Norte resultou em impactos devastadores para os índios Yanomami e outras etnias, com surtos epidêmicos e significativa redução populacional devido à interrupção das bacias dos rios Alalaú, Uraricoera, Catrimani e Contigo, facilitando também a entrada massiva de garimpeiros. Posteriormente, a infraestrutura desenvolvida atraiu empresários e migrantes para a região, incluindo pecuaristas e rizicultores que, desde a década de 1970, ocuparam terras

---

37 Os missionários e missionárias de Catrimani são agentes religiosos pertencentes ao Instituto dos Missionários da Consolata (IMC), cuja fundação deve-se ao Beato José Allamano no início do século XX. O instituto foi fundando mais precisamente no ano de 1901, em Turim, na Itália. Inicialmente, seus missionários destinaram-se à África, quando construíram suas primeiras missões no Quênia e em Moçambique. Cf. (Bort Júnior, 2012, p. 2).

indígenas, expandindo seus domínios e contribuindo para o agravamento do cenário socioambiental.

## **A Transamazônica: do discurso integracionista ao ostracismo governamental**

Conforme Souza (2020), durante o governo do General Emílio Garrastazu Médici, a construção da Transamazônica foi anunciada como uma peça central do Programa de Integração Nacional. Na ótica dos militares, o PIN foi uma tentativa de promoção do desenvolvimento e integração do território nacional, com foco especial na região amazônica. A Transamazônica foi concebida como importante obra de infraestrutura que simbolizava a integração do país, conectando áreas remotas e possibilitando o acesso a recursos naturais.

Vista desde o período dos viajantes como um símbolo de riquezas associadas a um suposto Eldorado e, metaforicamente, atrelada a um possível inferno verde, esta região atraiu cada vez mais atenção do grande capital nacional/internacional. Outrossim, serviu de cenário para a demonstração de poder dos militares, além das pretensões empresariais latentes.

Prevista, inicialmente, para integrar as regiões norte e nordeste do país, o traçado original iniciava na cidade de Cabedelo-PB até Lábrea-AM. Uma das maiores consequências, no caso específico do Amazonas, é a passagem da rodovia pelo território tradicional dos povos Mura, Tenharim e Jiahui, no município de Humaitá. Desde o início da sua construção, esses povos sofreram com ações como desmatamento, grilagem e queimadas.

A grilagem e o Desmatamento dentro da terra indígena Mura, coloca em risco a sobrevivência do Povo Mura, pois os lugares de caça e de coleta estão cada vez mais distantes. Consoante a isso, o desmatamento acelerado junto com as

queimadas criminosas, tem proporcionado a dispersão de animais de caça, além de castanheiras e açaiuais destruído pelo desmatamento e pelas queimadas criminosas. Tais invasões tem mobilizado o Povo Mura para promover uma autodemarcação do seu próprio território, posto que, a agência fiscalizadora tornou-se um órgão inoperante e conivente diante dos diversos ataques e invasões aos territórios indígenas no Sul Amazonas (Nova Cartografia Social da Amazônia, 2021, p. 1).

Logo após sua inauguração parcial, a rodovia Transamazônica foi largamente negligenciada. As razões que motivaram sua construção parecem ter perdido relevância, resultando em conflitos tanto individuais quanto coletivos que surgiram ou se exacerbaram com a presença da rodovia. Apesar do Programa de Integração Nacional ter sido concebido para abordar problemas como a pobreza e a seca enfrentadas por milhares de nordestinos, a rodovia não conseguiu resolver essas questões. A ideia de integração nacional permaneceu como um objetivo, acompanhada pelos projetos de colonização, ocupação, exploração e modernização da região. Em que pese a continuidade dos esforços de integração por parte de governos subsequentes, a Transamazônica foi largamente ignorada, enquanto o desmatamento, a exploração predatória e a ocupação dos territórios tradicionais aumentaram significativamente (Souza, 2020, p. 148).

## **A entrada dos grandes projetos na terra indígena Waimiri-Atroari e as denúncias do Comitê Estadual da Verdade do Amazonas**

No que tange ao povo Waimiri-Atroari,<sup>38</sup> os impactos no seu território tradicional foram causados, principalmente, pelas ações de três grandes empreendimentos: a construção da BR-174, as atividades de mineração pelas empresas Taboca e Paranapanema e a construção da hidrelétrica de Balbina.

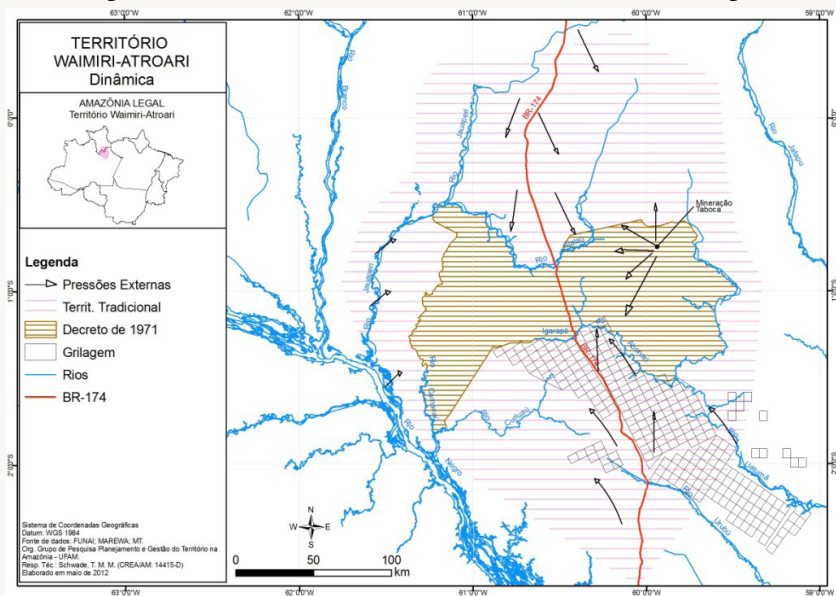
O território desse povo sempre foi motivo de cobiça governamental. Desde a administração do SPI, ocorreu uma série de disputas e manobras que visavam delimitar e, posteriormente, suprimir compulsoriamente sua TI. Um exemplo disso foi evidenciado em 1917, quando, naquela oportunidade, foi criado, por meio da Lei nº 941, o Parque Waimiri-Atroari. Contudo, poucos anos depois, no ano de 1921, houve a revogação dessa lei, pelo então Governador do Amazonas, Rego Monteiro. O retalhamento do seu território voltaria à pauta governamental, desta feita, já no ápice do autoritarismo, durante o governo do General Emílio Garrastazu Médici, em 1971, a partir de uma manobra proposta e coordenada pela própria Funai, que visava facilitar a construção da BR-174.

Trata-se da publicação do Decreto nº 68.907, de 13 de junho de 1971, que criou a reserva Waimiri-Atroari, mas a reduziu a 1/5 do território tradicionalmente ocupado por este povo. Os critérios foram colocados para atender nitidamente os interesses governamentais e empresariais desenvolvimentistas do governo Médici (Silva Filho, 2015, p. 104).

---

38 Esta etnia pertence ao grupo linguístico da família Karib, habita tradicionalmente os estados do Amazonas e Roraima, nas bacias dos rios Curiaú, Camanaú, Taquari, Santo Antônio do Abonari, Alalaú, Jauaperi, Jundiá, rio branquinho, Tiaraju e rio Trairi.

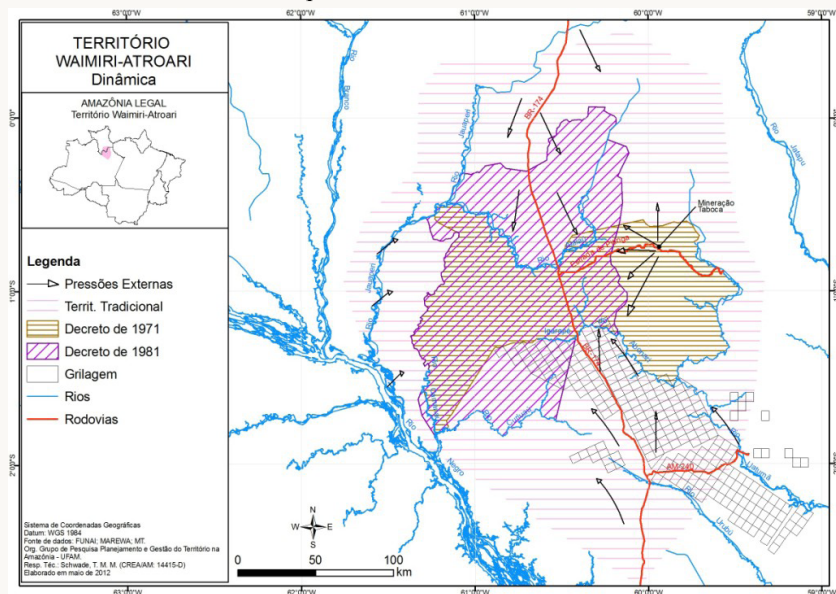
**Figura 1** – Decreto nº 68.907, de 13 de julho de 1971, que criou a reserva indígena Waimiri - Atroari, reduzindo a 1/5 o território indígena



**Fonte:** Silva Filho (2015, p. 104)

No governo do Presidente João Batista Figueiredo, houve outra manobra. Trata-se da publicação do Decreto nº 86.630/81, “que revogou todos os instrumentos legais anteriores sobre o território indígena, extinguindo a reserva Waimiri-Atroari e a declarando como área temporariamente interdita para fins de atração e pacificação” (Silva Filho, 2015, p. 110-111). Com isso, houve uma nova diminuição no território desse povo, agora na ordem de 526.800 hectares.

**Figura 2** – Mapa do território Waimiri-Atroari, após o Decreto nº 86.630 de 23 de novembro de 1981, que reduziu suas terras em cerca de 526.800 ha



**Fonte:** Silva Filho (2015, p. 113)

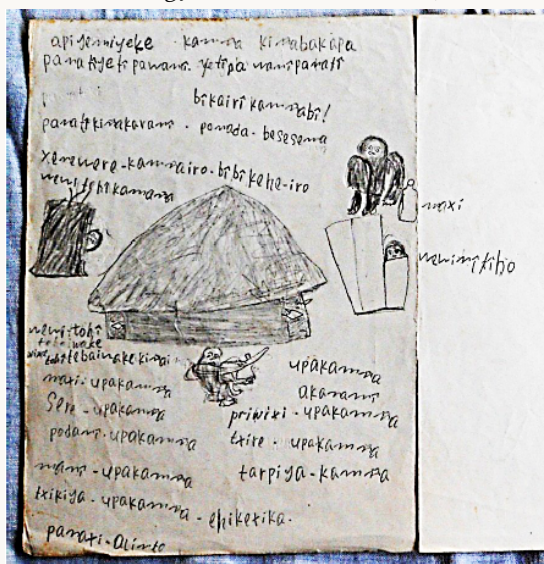
Para favorecer a ação mineradora “os dados fornecidos pelo Projeto Radam-Brasil foram manipulados [...] na medida em que houve uma mudança no parecer final cartográfico apresentado ao Governo, que mudou o nome do rio Uatumã [...] para Pitinga” (Silva Filho, 2015, p. 104).

Durante a construção da BR-174, uma série de aldeias localizadas nas cabeceiras dos rios Abonari, Alalaú e Camanaú tiveram contato com sertanistas, agentes da Funai e, principalmente, com os militares do 6º BEC. Os indígenas resistiram a esses contatos e, segundo relatos de memórias de parte dos grupos sobreviventes, descritas ao casal de missionários Egydio e Doroty Schwade, durante um projeto desenvolvido por eles, junto aos Waimiri-Atroari em parceria com a Funai com base no método de Paulo Freire, ocorreram

Os impactos da entrada dos grandes projetos desenvolvimentistas e do grande capital em territórios tradicionais no Amazonas e em Roraima durante a ditadura civil/empresarial/militar

revelações desta época, materializadas a partir de desenhos que relataram o verdadeiro teor dos encontros.<sup>39</sup>

**Figura 3** – PANAXI, Olindo. Homens com fuzil, bomba [maxi] e escondidos. Escola Yawará, 25 de maio de 1986 (com anotações de aula de Egydio Schwade no verso)



**Fonte:** (Acervo Egydio Schwade - Documentos Kiña)

39 Essa experiência foi desenvolvida pelo casal Egydio e Doroty Schwade entre os anos de 1985 e 1986, na aldeia Yawara em Roraima, com base no método de Paulo Freire.

**Figura 4** – SEHE, Gerônimo. Desenhos Kiñá: Kamña matou todos.  
Escola Yawara, 28/05/86



**Fonte:** (Acervo Egydio Schwade - Documentos Kiñá)

A memória desses acontecimentos revelou a maneira como o Estado brasileiro tratou esse povo, com invasão do seu território tradicional, culminando quase em seu extermínio. Após a conclusão da BR-174, outro grande empreendimento foi construído e impactou diretamente os Waimiri-Atroari. Trata-se da Usina Hidrelétrica de Balbina, uma obra faraônica, conforme o Antropólogo Stephan Grant Baines, que consumiu milhões em recursos públicos e gerou uma quantidade pífia de energia, com danos ao meio ambiente, alagamento do território tradicional e o deslocamento compulsório desse povo (Baines, 1994).

Os infelizes que lhes deixaram a tuberculose,  
sarampo, pneumonia,  
gripe, desidratação, anemia, sarna, verminose.  
E o medo, o medo trágico de não mais existir.  
Vão inundar povos, suas terras, povos desterrados  
povos.

Água virada, fluída em estagnada Medusa.  
 Balbineiros, fazedores de dilúvios, nem mais  
 maniqueístas, só o mal.  
 A cidade e seus comércios  
 E o bicho, a castanha, o ar?  
 Chora de saudade e morre de incompreensão à  
 beira do rio, negro.  
 Dilacerando a terra uma serpente implacável  
 vai, tomba árvores,  
 máquina de rasgar atravessa estradeiros, os  
 labirintos da vida, com suas epidemias, tratores,  
 aviões, bombas, rifles, dinamites, granadas,  
 metralhadoras. PROGRESSO: Proliferação,  
 promiscuidade, produção e os infelizes rodarão com  
 os seus carros, negociando, negociando, negociando.  
 Tem cassiterita na terra dos índios, tem  
 manganês, tem estanho, terá ouro na terra dos  
 índios? Teve alegria, terra de índios. Mas não,  
 vão combater e residir, até quando senhores  
 leitores permaneceréis vós cegos e omissos,  
 inertes e inaptos em cárceres enganas?  
 Senhores leitores, leitores senhores, gostais  
 de ver corvos voando sobre vossas cabeças?  
 (Leticia Santos, Itacoatiara, fevereiro de 1983).

Acerca destes acontecimentos, destacou-se um triste episódio, ocorrido nas aldeias Taquari e Tapypyna. Referimo-nos ao alagamento desses territórios, além de duas aldeias dos indígenas da etnia Parintintim, que desapareceram com a abertura das comportas da hidrelétrica. Somam-se a isso, “a existência de 8 aldeias na área que foi alagada pela construção da Usina, após este episódio, apenas duas aldeias foram deslocadas compulsoriamente, não se sabendo até hoje o destino das outras seis” (Silva Filho, 2015, p. 156).

Todos esses episódios foram minuciosamente investigados e documentados, com base numa corajosa iniciativa dos membros do Comitê Estadual da Verdade do Amazonas, em particular, destaca-se a coragem de Egydio Schwade e sua família, que resistiram e denunciaram essas

atrocidades com a publicação do 1º Relatório do Comitê Estadual da Verdade do Amazonas, que publicizou o genocídio do povo Waimiri-Atroari (2012).

Em 2014, esse material foi organizado em um livro e publicado pela editora Curt Nimuendajú, com o título *A Ditadura Militar e o Genocídio do Povo Waimiri-Atroari*, que serviu para endossar os materiais compilados, analisados e publicados no Relatório da Comissão Nacional da Verdade no mesmo ano.<sup>40</sup>

### **Considerações finais**

Ao longo do texto, evidenciou-se a relação entre as ações do governo civil-militar com o ramo empresarial, com ênfase em empreiteiras e mineradoras, a fim de aparelhar essas ações para a invasão de territórios tradicionais amazônidas. Debruçamo-nos nos casos específicos dos estados de Roraima e do Amazonas, por conta das suas especificidades territoriais. Principalmente, devido às que estão relacionadas às invasões e as graves violações dos direitos dos povos indígenas locais, que sofreram com o avanço dos alardeados projetos de desenvolvimento, sob a falácia da integração, soberania, desenvolvimento e progresso, sustentado pelo discurso ufanista militar.

Inicialmente, é possível observar uma análise no texto acerca do cenário econômico e político da época, com destaque para o planejamento governamental a fim de viabilizar a entrada do grande na região amazônica. Este fato acabou sendo consumado com a consolidação do golpe civil-militar em 1964,

---

40 A Comissão Nacional da Verdade foi criada pela Lei 12528/2011 e instituída em 16 de maio de 2012. A CNV tem por finalidade apurar graves violações de Direitos Humanos ocorridas entre 18 de setembro de 1946 e 5 de outubro de 1988.

que escancarou as pretensões empresariais nos territórios tradicionais amazônicos.

Em que pese a propaganda e as ações desenvolvimentistas militares para essas regiões, como nos casos das construções das estradas, rodovias e hidrelétricas, não houve a devida preocupação com os habitantes locais, principalmente nos casos dos indígenas e ribeirinhos.

No âmbito do Amazonas, a rodovia BR-230, mais conhecida como Transamazônica, foi apenas um engodo da propaganda governamental, que consumiu milhões dos cofres públicos, não houve conclusão e interferiu na vida de diversas etnias indígenas ao longo do seu percurso.

Em Roraima, as violações foram ainda mais graves, pois tanto a construção da BR-210 (Perimetral Norte), quanto a BR-174, quase dizimou as etnias Yanomami e Waimiri-Atroari. Este último povo, também sofreu com a ação mineradora em seu território, com sucessivas diminuições para a entrada do grande capital. Além disso, ocorreram inundações, que proporcionaram deslocamento compulsório, devido à construção da Hidrelétrica de Balbina.

Por fim, destacaram-se como os indígenas revelaram essas atrocidades, com base em uma ação desenvolvida na aldeia Yawara em Roraima, pelos missionários Egydio e Doroty, que serviu de fonte para embasar o Relatório do Comitê Estadual da Verdade do Amazonas em 2012 e, conseqüentemente, o Relatório da Comissão da verdade em 2014.

Portanto, com base na análise do exposto, depreende-se que é imprescindível o Estado brasileiro reconhecer o direito de reparação desses povos, para que todo o sangue derramado injustamente não seja em vão.

- ARENDDT, H. *Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal*. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- ARENDDT, H. *Origens do Totalitarismo: Antissemitismo, imperialismo, totalitarismo*. Edição de Bolso. São Paulo: Companhia de Bolso, 2012.
- BAINES, S. G. *A Usina Hidrelétrica de Balbina e o deslocamento compulsório dos Waimiri-Atroari*. Série Antropologia, Brasília, nº 166, Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília, 1994.
- BORT JÚNIOR, J. R. Pensando a categoria religião: a construção da noção de religião pelos missionários da Consolata da Missão Catrimani-RR. In: XIII Simpósio da Associação Brasileira de História das Religiões, 2012, São Luís/MA. *Anais Eletrônicos*, v. 13. 2012.
- BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. Relatório: textos temáticos / Comissão Nacional da Verdade. – Brasília: – (*Relatório da Comissão Nacional da Verdade*; v. 1). CNV, 2014. 976 p. Tomo I, 402 p. Tomo II.
- BRITO, D. C. A SUDAM e a crise da modernização forçada: reforma do estado e sustentabilidade na Amazônia. *Revista Ambiente & Sociedade*, n. 8, 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/asoc/a/5hshhzSqcG3gvJ6LYcC9hpH/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 29 mar. 2024.
- CLASTRES, P. *A sociedade contra o Estado: investigações de antropologia política*, tradução de Bernardo Frey, Porto: Afrontamento, 1979.
- COMITÊ Estadual de Direito à Verdade, à Memória e à Justiça do Amazonas. *A Ditadura Militar e o Genocídio do povo Waimiri-Atroari*; “por que kamña matou kiña?”.
- DAVIS, S. H. *Vitimas do Milagre: o Desenvolvimento e os Índios do Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.
- GASPARI, E. *A ditadura envergonhada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- HOLLAND, M. et al. (coords.). *Zona Franca de Manaus: impactos, efetividade e oportunidades*. São Paulo: FGV/EESP, 2019.
- LAURINDO, Â. A. A. *Radam/Radam Brasil: um projeto para conhecer e mapear o Brasil*. Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul, 2021. Disponível em: <https://ihgms.org.br/artigos/um-projeto-para-conhecer-e-mapear-o-brasil-37>. Acesso em: 02 abr. 2024.



- MARTINS, J. S. *Sobre o modo capitalista de pensar*. Editora Hucitec, 3. ed., São Paulo, 1982.
- NOVA Cartografia Social da Amazônia. *Oficina de Auto Cartografia Social: Grilagem, Desmatamento na Terra Indígena Mura, Sul do Amazonas BR-230*. Disponível em: <http://novacartografiasocial.com.br/oficina-de-auto-cartografia-social-grilagem-desmatamento-na-terra-indigena-mura-sul-do-amazonas-br-230/>. Acesso em: 03 abr. 2024.
- REIS, A. C. F. *A Amazônia e a cobiça internacional*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira/Suframa, 1982.
- REIS, D. A. A ditadura faz cinquenta anos: história e cultura política nacional-estatista. In: REIS, D. A.; RIDENTI, M.; MOTTA, R. P. (orgs.), *A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2014.
- RELATÓRIO do Comitê Estadual da Verdade. *O genocídio do povo Waimiri-Atroari*. Comitê da Verdade do Amazonas, Manaus, 2012.
- SANTOS, L. *Os Waimiri, Os Atroari e As Mentres Econômicas*. Itacoatiara, fevereiro de 1983.
- SILVA FILHO, E. G. Egydio Schwade: um intelectual da igreja à serviço dos índios. *Canoa do Tempo*, v. 10, n. 1. 2018. Disponível em: [https://www.periodicos.ufam.edu.br/index.php/Canoa\\_do\\_Tempo/article/view/4113/3912](https://www.periodicos.ufam.edu.br/index.php/Canoa_do_Tempo/article/view/4113/3912). Acesso em: 19 mar. 2024.
- SILVA FILHO, E. G. *Projetos Desenvolvimentistas na Amazônia e a resistência dos Waimiri-Atroari (1964-2014)*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Amazonas, 2015.
- SOUZA, L. C. *Arthur Reis e a História do Amazonas: um começo em grande estilo*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2009.
- SOUZA, M. Transamazônica: integrar para não entregar. *Nova Revista Amazônica*, v. 8, n. 01, abr/2020. Disponível em: <https://www.periodicos.ufpa.br/index.php/nra/article/view/8624/6189>. Acesso em: 03 abr. 2024.
- VIEIRA, J. G.; ARENZ, K. Violência contra os povos indígenas e a Igreja Católica em Roraima: entre a ditadura e a democracia. *Textos e Debates*, [S. l.], v. 1, n. 25, 2015. Disponível em: <https://revista.ufrr.br/textosedebates/article/view/2773/1544>. Acesso em: 02 abr. 2024.

## **Redes de resistências: experiências estudantis e o controle político da ditadura militar na Amazônia amazonense (1964 - 1985)**

*Leonardo Bentes Rodrigues*

*“Ou a obediência estúpida ou a revolta”  
Cinzas do Norte, Milton Hatoum*

Resistir, obedecer ou acomodar? Eis a questão! O drama shakespeariano nos inspira neste estudo sobre a compreensão dos comportamentos políticos dos estudantes que experienciaram o contexto da ditadura militar brasileira. Neste sentido, é possível considerar a historiografia “como mistura de ciência e de ficção, ou como um lugar em que se reintroduz o tempo” (Certeau, 2011, p. 49). Trata-se aqui de reafirmar o retorno das narrativas de afetos, paixões, escolhas e interesses, outrora eliminadas pela interpretação racional das relações de produção no limiar do século XIX. Aliás, para Certeau, a historiografia antes definia o lugar do saber por um lugar “próprio” e avaliava a autoridade do “sujeito do saber”, porém, encontra-se na atualidade a ser reenviada à particularidade de um lugar ordinário, “aos afetos recíprocos que estruturam representações e aos passados que, do interior, determinam o uso das técnicas” (2011, p. 48).

Deste modo, o conceito de cultura política é eficaz para compreender as motivações que levaram os seres humanos

a adotar este ou aquele comportamento no decorrer da história, em específico, durante a ditadura militar (Berstein, 1998, p. 363 - 359). O historiador Rodrigo Motta (2018) propõe a investigação dos efeitos da cultura política brasileira em nossa sociedade, por este viés, os grupos dirigentes buscaram acordos conciliatórios para evitar radicalizações e manter a ordem, embasados no discurso de que o povo brasileiro seria “ordeiro e pacífico”. Entretanto, tal medida tinha por objetivo despolitizar os populares e excluir suas ações das disputas de poder. Ressalta que podemos encontrar traços de acomodação no comportamento político de setores populares: aceitando, não se rebelando; adotando comportamento moderado ou recusando apoio às propostas de mudanças radicais, por fim, preferindo soluções negociadas à opção de acirrar conflitos. Afinal, muito mais do que o determinismo social, a adoção de um programa ou de comportamentos psicológicos é justamente a relação existente entre a cultura política do indivíduo e os seus atos o fator que desperta o nosso interesse enquanto historiador (Berstein, 2009, p. 41). Logo, buscamos compreender e investigar os núcleos de resistência e colaboração, bem como os jogos de acomodação, desvelando as múltiplas ações destes grupos sociais.

A espacialidade do estudo está assentada no estado do Amazonas, cuja memória hegemônica reforçada pela cultura política brasileira representa o espaço como “terra sem história” ou “região entregue a si mesma”. Somada a isto, a novidade da pretensa narrativa de que os militares estariam prontos para alcançar a integração socioeconômica e a melhora da qualidade de vida do “homem amazonense”. Tais discursos reforçaram a justificativa dos programas e projetos desenvolvimentistas, “contrariando a representação de espaço social e de territorialidade específica de diferentes etnias e comunidades e provocando conflitos sociais” (Almeida, 2008, p. 33).

Esse “discurso de marginalidade” é resultado da construção histórica fincada em representações reproduzidas pelo ocidente, cujo refinamento desta perspectiva pode ser encontrado a partir das reflexões esboçadas por Euclides da Cunha ao apresentar a narrativa de que a região seria uma “terra ainda em formação”. Assim, estando em “estado de desordem”, não se encontrava preparada para receber a civilização, mas à *margem da história*, num estágio primitivo de evolução, coube ao Estado brasileiro a função de eliminar tais distâncias a partir de ações governamentais. Logo, as narrativas de “isolamento humano”, “abandono crônico”, “passividade” tiveram como objetivo pôr o sujeito amazônico sempre “à margem”, negligenciando suas experiências históricas (Pinto, 2011, p. 9).

Adverso a esse discurso, inserimos nossa espacialidade dentro da perspectiva de enxergá-la como lugar de referência, rompendo com as representações do “Amazonialismo”. Em contrapartida, tomamos consciência de que devemos produzir novas abordagens que sejam capazes de compreender as particularidades de nossas espacialidades e temporalidade a partir da noção de *Amazônias*, sempre no plural, concentrando narrativas sobre as gentes, culturas, línguas, crença, fazeres e práticas culturais em distintos territórios. Deste modo, chamamos de *Amazônia amazonense* parte deste conjunto de universos que formam esse espaço plural (Albuquerque, 2016, p. 79).

Com efeito, utilizaremos as categorias de *tática* e *estratégia* desenvolvidas por Michel de Certeau na tentativa de analisar as práticas de reorganização dos repertórios de oposição aos instrumentos autoritários. Neste sentido, há uma relação estabelecida entre tais categorias, marcada por um estado permanente de tensão e conflito, na qual a tática é determinada pela ausência de poder, enquanto a estratégia é organizada pelo postulado de um poder (Certeau, 2014, p. 96).

Impelida, a ditadura impôs sua ação administrativa na região para assegurar sua dominação. Rapidamente, tornou-se imperiosa a criação na capital de uma agência regional do Serviço Nacional de Informações (SNI) a fim de facilitar a eficiência da espionagem, bem como a instalação de “pontos de desenvolvimento” através de colônias militares em localidades consideradas hostis nas fronteiras do estado (SNI, 1969).

Para melhor contextualização, analisaremos as fontes documentais procedentes dos órgãos de informação não só no Brasil, mas, tanto do SNI quanto do acervo documental diplomático da Secretaria de Estados dos Estados Unidos (EUA), ambos contendo minuciosos dossiês de vigilância sobre os Estados da região amazônica. Tais documentos provenientes de arquivos sensíveis da comunidade de informações nasceram para servir de instrumento de prova e condenação. Desta forma, devemos ressaltar que as informações de caráter pessoal encontradas nesta documentação são improcedentes, inexatas e enganadoras (Camargo, 2002, p. 4). Assim, não podemos deixar de averiguar tais pontos em nosso processo de análise, ou seja, levar em consideração que o que está nesses documentos não é a *verdade* (Quadrat, 2012, p. 202).

A propósito, os relatórios do SNI que circularam entre os órgãos desta comunidade revelam a perseguição aos opositores do regime em vistas de sua atuação política contemporânea e passada daquela ocasião. Tomemos como exemplo os registros do ex-aluno do curso da Faculdade de Direito da Universidade do Amazonas (UA), Felix Valois Coelho Júnior, militante da União dos Estudantes do Amazonas (UEA), denunciado por estudantes conservadores em 1965 por práticas subversivas no meio estudantil. Tachado de comunista, o órgão apontou-o como líder “arrogante” em decorrência de sua influência exercida sobre o movimento. Também foi acusado de receber verba pública durante o governo Gilberto Mestrinho em 1962,

cujo objetivo, supostamente, era pagar seu deslocamento até o Rio de Janeiro “a fim de receber, sigilosamente, ordens dos dirigentes da União Nacional dos Estudantes”. O relatório também ressalta acusações morais, descreve que Valois mantinha relações com uma amante “comunista” e “terrorista”, suspeita de participação na tentativa de atentado à bomba contra o presidente Castelo Branco em novembro de 1965 no Recife. Conclui observando uma postura de “acomodação” perante a atuação de sua ideologia contrária ao regime, embora ainda participasse com frequência de reuniões entre contemporâneos (SNI, N° 266/DSI/MJ).

Através desta documentação, desvelamos o passado a partir das experiências históricas daqueles que tiveram suas trajetórias invisibilizadas pelos autoritarismos da ditadura (Benjamin, 2016). Trata-se não somente resgatar, mas de analisar criticamente as experiências tanto de sujeitos que se opuseram à ditadura, quanto daqueles que apoiaram ou apenas se acomodaram. Para isso, torna-se significativo a análise metodológica do discurso do poder nas fontes, assim como observar a resistência nas entrelinhas (Scott, 2013).

Na contramão da memória hegemônica, outras representações que evidenciam os protagonistas sociais como sujeitos dinâmicos foram apresentadas a partir de árdua pesquisa histórica possibilitadas pela abertura documental dos arquivos da ditadura. Recentemente, contribuí a partir de minha dissertação defendida em 2022 para o estudo daquilo que nomeei como *redes de resistências*, ou seja, a construção de espaços de trocas de táticas entre os estudantes amazonenses e das diversas regiões do Brasil, com a finalidade de organizar ou reorganizar as práticas de resistências durante a ditadura militar. Com o propósito de refutar o “discurso de marginalidade” no Amazonas, podemos considerar essas redes como contraponto a tal sentença, eficaz na crítica às narrativas hegemônicas que respaldam no discurso geográfico o fator da

ausência de mobilizações ou ações opositoras ao autoritarismo (Rodrigues, 2022).

Neste contexto, o *estudante* como categoria histórica, não estava restrito aos ambientes escolares ou universitários. Transitava nos mundos dos trabalhos, seja pela necessidade de possuir uma renda, seja pela vontade de obter o diploma de ensino superior para ascender socialmente. Dito isto, torna-se imprescindível a compreensão desta cooperação entre os diversos movimentos sociais que compuseram a resistência à ditadura. Tal categoria deve ser analisada a partir do contexto dinâmico de suas realidades social e cultural. Aliás, a socióloga Maria da Conceição Fraga apontou que os estudantes se apropriaram de importantes *redes de sociabilidade*, desde partidas de futebol, bares ou eventos culturais para além do espaço universitário, como forma de mobilizar outros colegas (Fraga, 1996, p. 122). As ruas, as salas de aulas, os corredores da universidade, o bar, as quadras de futebol, a igreja, múltiplos e contraditórios locais foram espaços do discurso anti-hegemônico onde os estudantes puderam articular suas táticas de resistência (Scott, 2013, 175).

Inclusive, o contexto pós-golpe foi marcado pela tentativa de desmobilizar os estudantes a partir de medidas autoritárias através do aperfeiçoamento da *legislação repressiva*, a começar pela Lei 4464 de 1964 (Lei Suplicy) e o Decreto-Lei nº 228 (Decreto Aragão) de 1967, com a finalidade de manietar as entidades estudantis e afastar de suas ações políticas. Enquanto tentaram reorganizar suas redes de resistência, os estudantes tiveram que articular novas práticas. Porém, com a promulgação do AI-5 foram forçados a reestruturar na clandestinidade suas táticas de resistências.

Exemplos disto podem ser encontrados na edição do jornal *A Crítica* (Manaus, 11/11/1968), em reportagem intitulada *Por que o estudante amazonense não protesta?* “Ronaldo”, estudante de Filosofia entrevistado, usou como analogia o “Saara” para

afirmar que o estado era um deserto e por não ter população suficiente, não fazia sentido protestar sozinho. Ressaltou que enquanto os estudantes do Rio de Janeiro e São Paulo reuniam de dois a três mil estudantes em passeatas, os daqui organizavam entusiasmados piqueniques à base de “Erasmus Carlos com tambaqui com pimenta murupi” ou realizavam olimpíadas culturais com concurso de oratória e desfile, findou ironizando os colegas ao sentenciar: “como levam a sério o movimento estudantil brasileiro”. Provavelmente, o referido estudante lançou sua crítica ao esvaziamento das lutas do movimento, bem como a desmobilização política dos estudantes através da legislação repressiva, que somente reconhecia os órgãos estudantis com finalidades cívico-culturais, sociais e esportivas. Outro estudante, “Sérgio”, declarou: “o amazonense não protesta, pois, antes procura resolver de forma racional suas dificuldades, assim suas pautas são atendidas pelas autoridades de forma civilizada”. Outros destacaram a repressão imposta após o golpe como causa para o não protestar no Amazonas, notabilizando a presença do forte aparato policial.

O passado de ausência das pautas de protesto estudantil, a falta de “conscientização dos problemas” e o afastamento geográfico dos demais “centros” do país apresentam-se como pontos em comum nos motivos presentes em quase todas as opiniões dos estudantes divulgadas no jornal. No entanto, isto não competiu à realidade, pois, as trajetórias dos estudantes organizados em movimento estudantil, ora aqui analisadas, reivindicavam um passado de lutas próprias por melhores condições educacionais, resistência ao autoritarismo e intensa troca de experiências entre diversos sujeitos dentro e até mesmo fora do país.

Discurso próprio das autoridades e instituições que acabaram por consolidar a opinião no senso comum, o Consulado Americano caracterizou o movimento estudantil no Amazonas como “fraco, paroquial e facilmente flexível aos

ditames das autoridades”, críticos ao regime, mas cautelosos ao confrontar diretamente as autoridades e as Forças Armadas. O relatório ressalta a chegada de um “grupo conservador” ao poder que conseguiu reter o controle do movimento estudantil contestatório, denunciando com frequência seus predecessores, tachados de “subversivos”, “reformadores sociais” e “intérpretes de Marx”. Culparam a antiga diretoria por supostas ações de corrupção, promoção de atividade subversiva através de seminários e pichações nas paredes, além do apoio ao presidente Goulart. Por fim, o governador Arthur Reis (alinhado à ditadura), fora relatado como “amigo dos estudantes”, apoiador dos conservadores na reconstrução da entidade à luz dos “ideais revolucionários” da ditadura. Descreve ainda a relação cordial entre o governador e tais estudantes, o motivo elencado seria a sua relação com a educação, conferindo apoio e suporte ao movimento conservador amistoso ao golpe civil-militar de 1964 (EUA, Arquivo Nacional, A-9).

Ao folhear os jornais da grande imprensa no Amazonas entre os anos de 1964 e 1968, não é difícil encontrar nos interditos de suas páginas, notícias sobre relatos de agitações estudantis em forma de manifestações, protestos de ruas, greves nas escolas e na universidade. Na grande maioria, a principal reivindicação era justamente contra a precariedade do sistema público de educação, além dos alunos excedentes, motivos que inflamaram os protestos estudantis. Isto contraria o discurso presente nos aerogramas do Consulado Americano e da própria imprensa, uma vez que o movimento estudantil tinha pautas específicas pelas quais protestar, sem anular as relações e trocas de experiências com os demais estudantes do país. Em suma, percebemos a correlação de forças em interação ativa, com a proposta de sustentar o autoritarismo a partir das folhas dos jornais.

Importante ressaltar que os espaços de ação das redes de resistência permitiram aos estudantes criarem

suas próprias táticas em constante diálogo com as pautas nacionais. Por aqui, construíram diversas práticas dentro do movimento para manifestar suas críticas ao estado de situação colonial que dominava o cenário político, econômico e social, impedindo-os de construir projetos que vissem compreender a realidade amazônica com intuito de enfrentá-la a partir de suas experiências. Isto desfaz os discursos oficiais produzidos pelos agentes da comunidade de informações, sustentado na narrativa de que os estudantes do Amazonas estariam sendo aliciados pelos estudantes do “centro político” do país, ou mesmo sujeitos “ordeiros” e “pacíficos” resignados com sua realidade. Pelo contrário, suas mobilizações demonstraram que não deixaram de manter contatos e trocas, assumindo as pautas nacionais contra a ditadura, mas quando chegavam ao estado, tomavam também feições as reivindicações regionais (SNI, N° 0450/19/AC).

Compreendemos que houve o deslocamento múltiplo de ideias e práticas entre os estudantes em diversos contextos entre 1964 e 1985, embora oscilasse a intensidade destas trocas em razão do alto grau de repressão da ditadura em algumas circunstâncias, contestando a visão de que o Amazonas estaria isolado dos diversos fatos nacionais durante o recorte estudado. Isto ficou evidente desde antes da execução do golpe em 1964, quando reunidos em congressos e seminários, mantiveram contatos com lideranças nacionais da UNE e de outras entidades estaduais, além de políticos expressivos no cenário nacional. Não descartamos que tal discurso seja uma justificativa acentuada pelo contexto de situação colonial vivenciada pela região amazônica, visando justamente em manter os sujeitos inertes e incôscios de sua subalternidade, abrindo caminhos para a exploração da região.

Por outro lado, também foi possível analisar as estratégias desenvolvidas pelos militares com o objetivo de desmobilizar e reprimir as ações de oposição dos estudantes. As condutas de

agentes e instituições afeitas ao regime foram influenciadas pela cultura política brasileira, na medida em que suas estratégias visaram repelir o conflito a partir de jogos de acomodações, assim compreendemos as regras implícitas que foram expressadas nas intenções de suas ações coletivas. Não obstante, os estudantes também utilizaram das “brechas” produzidas por essa lógica de ação para obter ganhos de suas reivindicações. Porém, nem sempre conseguiram desvencilhar os valores autoritários expressos por tal cultura política na sociedade. Os marcos temporais estudados ressaltam que, esvaídas tentativas de desmobilizar o conflito, o uso do aparelho repressor não deixou de ser usado em sua máxima.

Ademais, a construção e consolidação destas redes estiveram à mercê da dinâmica autoritária da ditadura, embora os estudantes não tenham se inibido em construir novas táticas para enfrentar suas estratégias repressoras, evidenciado em duas ocasiões: na tentativa de organização de guerrilha em 1967 (Cf. Queirós, 2019) e durante o período entre a promulgação do AI-5 em 1969 e o ano de 1978, quando suas atividades políticas explícitas foram proibidas, quando optaram pelo caminho da infrapolítica e organizaram suas microrresistências. Durante este contexto, marcado por situações de tirania e perseguição, a infrapolítica se tornou a vida política destes sujeitos históricos, numa tentativa teimosa de permanecer resistindo passando para esse campo através de táticas que apontavam para uma hábil utilização do tempo e das ocasiões (Certeau, 2014, p. 96). Constituíram como seus mecanismos basilares de defesa, assim como pode ser considerada a forma de resistência que esses subordinados assumiram em condições de grande perigo. Deste modo, como suas atividades políticas explícitas e institucionais foram proibidas, sua resistência não decorreu de uma “organização formal”, mas de redes informais de estudantes auxiliadas por outros sujeitos simpatizantes de suas causas (Scott, 2013, p. 273-275). Porém, quando as circunstâncias lhes

foram favoráveis, não ousaram deixar de usar sua astúcia na organização de suas táticas. Situamos o contexto de abertura no limiar da década de 70, quando houve a possibilidade da reconstrução de suas entidades representativas e na criação de novas formas organizativas, neste caso, dentro das universidades, como os centros acadêmicos na UA.

Diferentemente da década de 60, marcada por um movimento de massas, após a promulgação do AI-5 os estudantes universitários reformularam suas ações e encontraram formas alternativas de resistências (Müller, 2010, p. 31). Em 1966, o Diretório Universitário tomou o lugar da UEA em consonância com a Lei Suplicy. Após o AI - 5, a sede da União dos Estudantes Secundaristas do Amazonas (UESA) foi tomada e fechada. Em 1973, a UNE foi desintegrada totalmente após o mandato do presidente Honestino Guimarães, desaparecido político. Desde 1972, a Casa do Estudante foi dada aos cuidados da Fundação Universidade do Amazonas após a dissolução da UEA. A instituição se encontrava em estado precário, fato que comprova o total descaso com os estudantes no estado, reflexo direto do aperfeiçoamento da legislação repressiva contra o movimento estudantil através de seu último decreto (Decreto-Lei 477) em vigor desde 1969, uma vez que as políticas que controlavam o movimento dos estudantes pretendiam desmobilizar a sua organização.

Conforme afirma Motta (2014, p. 295-296), a influência dos valores liberais pode justificar a não supressão da representação estudantil da vida universitária durante a ditadura, principalmente durante os anos mais autoritários. Isto é, a mesma lei que não permitia a autonomia organizativa dos estudantes, garantiu a existência de diretórios acadêmicos. Sendo assim, a única participação estudantil desejada era aquela em que os estudantes podiam participar de maneira despolitizada, de acordo com os ditames oficiais do regime.

Ademais, foram os aparelhos autoritários que empurraram o movimento dos estudantes para a clandestinidade, visto que suas atividades políticas foram proibidas. Tal circunstância nos permite responder aos motivos da quase ausência do movimento nas folhas da grande imprensa após o AI-5, posto que a censura imposta pôde ter tolhido a divulgação de suas ações e conseqüentemente evitado que outros movimentos de resistência pudessem tomar de exemplo a partir de suas manifestações. Todavia, nos relatórios dos órgãos de informações, suas ações foram intensamente monitoradas. Sendo assim, iniciaram a discutir outras formas de mobilização, pois, suas entidades representativas foram dissolvidas ou cooptadas. Deste modo, foram necessárias outras táticas e repertórios para resistir às investidas autoritárias. Trata-se do processo de *microrresistências*, no qual o movimento estudantil pôde “reinventar-se”, renovar e voltar às ruas como pioneiros pelo retorno à legalidade, através das diferentes formas de resistência adotadas pelo movimento com vistas a burlar o cerceamento das liberdades impostas (Müller, 2014, p. 295-296)

Certeau também nos direciona a observar as microrresistências dentro das práticas cotidianas, uma vez que suas táticas sempre operam no terreno do adversário, isto é, “a tática só tem por lugar o do outro” (Certeau, 2014, p. 45). Acreditamos que durante o período em que as ações estudantis foram postas na clandestinidade, continuaram a realizar suas reuniões e outras formas de sociabilidade, confrontando direta ou indiretamente os aparelhos arbitrários. Neste cenário, a falta de meios institucionais para agir de forma coletiva favoreceram o emprego de táticas de resistência locais, compensado pela flexibilidade e persistência. Interessante notar que essas formas de resistência não poderiam ter ganhado batalhas premeditadas, mas garantiram vitórias em campanhas de longo prazo (Scott, 2002, p. 25).

De modo a desenvolver tal contexto histórico, tomemos como exemplos os relatórios de informações da Agência Manaus (AMA) em 1977. Mapeamos cerca de cinco reuniões consideradas “clandestinas” pelos órgãos de informação e segurança entre os meses de maio e agosto de 1977<sup>41</sup>. Incentivados pelo retorno dos protestos estudantis no sudeste do país, houve a tentativa incessante de aproveitar e salientar cada pequena vantagem da brecha aberta pela “distensão” durante o governo Geisel a partir de 1974. Frequentemente, os universitários encontravam-se para reorganizar o movimento e construir novas táticas de mobilização estudantil no Amazonas (Scott, 2002, p. 21).

Destas ações, participaram os estudantes Humberto Maroelli de Mendonça (Medicina), Rogélio Casado Marinho Filho (Medicina), Ernesto dos Santos Braga Filho (Medicina), Adele Benchimol Schwatz (Medicina), Tirso Rodrigues Alves Júnior (Medicina), Adria Maria Barros de Mendonça (Comunicação Social), Maria da Conceição de Lima Derzi (Comunicação Social) e Raimundo Cardoso de Freitas (Agronomia) contribuindo para formação das redes de resistência, articuladas mediante as trocas de experiências, inspirando novas táticas, alinhando discursos nacionais e fortalecendo as reivindicações locais. Em suma, a necessidade de mobilização e movimentação de seus pares para pressionar o regime a partir de suas demandas locais, também se mesclava com o sentimento que vislumbrava em seus horizontes de expectativa: de que uma revolução seria possível e eles sentiam isso (SNI, N° 125/116/AMA; N° 0051/116/ASI/UA; N° 0054/116/AMA). Finalmente, a partir de 1978, os estudantes transformam

---

41 Para maior leitura destas “reuniões clandestinas”: Cf. Rodrigues, L. *Reencontrando o horizonte de expectativa: táticas estudantis e as estratégias de monitoramento do Serviço Nacional de Informações no Amazonas. Anais do VIII Simpósio Internacional Desigualdades, Direito e Políticas Públicas*. São Leopoldo: Casa Leiria, 2022.

a cidade de Manaus como espaço em movimento, onde tais sujeitos moviam-se pelos sentimentos e ideias, através de redes de relacionamentos e decisões (Williams, 2011, p. 21).

Evidentemente, não podemos deixar de ressaltar o caráter fundamental das informações a partir das atividades de arapongagem do SNI. Isto é, a montagem de um amplo e complexo sistema de informações a partir do golpe de 1964, com o objetivo de manter o regime sob o comando militar. É preciso compreender que “sem informações, a repressão muito dificilmente alcançaria o grau de eficiência que obteve” (Penna Filho, 2008, p. 80), pois, foram informantes formados pelos grupos dominantes como seus homens de confiança, cuja função era de vigiar os espaços de prática do discurso oculto (Scott, 2013, p. 184).

Na greve estudantil de 1979, o desentendimento entre o reitor Octávio Mourão e o vice-reitor Roberto dos Santos Vieira, sobre a posição da reitoria diante das tensões provocadas pela crise estudantil, foi minuciosamente monitorado pela comunidade de informações. Imposto no cargo de vice-reitor pelo governador, Vieira era de opinião de que a universidade não deveria transigir no trato com os grevistas, expressa na carta destinada ao reitor cuja cópia foi enviada ao comandante Alfredo Jabor (chefe do SNI), a mando do próprio remetente. Escrita para refutar as acusações de conspiração vindas da imprensa e dos corredores da universidade (de que juntamente com o sub-reitor Afonso Nina estariam tramando o afastamento de Mourão do cargo de reitor) o seu teor revela sua postura inflexível, reforçada na medida de controlar os estudantes de forma intransigente aos moldes da ditadura, afirmando no documento ter dissolvido o movimento que supostamente buscavam utilizar de acusações pessoais contra a reitoria na fase pré-eleitoral do DU em outubro de 1978. Além disso, descreveu o receio sobre a crescente mobilização estudantil, afirmando que tais ações poderiam destruir a universidade

caso deixasse a situação “fora do controle”. Neste ponto, Vieira pediu ao reitor que tomasse cuidado com os estudantes, chamados de “variáveis”, para que não pudessem dominar a gerência da universidade, ocasionando uma possível paralisia administrativa, caos total e derrocada da instituição. Pontua ainda, a ponderação que deveria exercer diante da suposta relação estreita a partir de cartas dirigidas ao militante e estudante de Agronomia, Raimundo Cardoso, considerado “elemento altamente subversivo” (SNI, N° 0094/119/AMA).

Neste sentido, a presença do reitor Octávio Mourão na direção da UA demonstra a complexidade dessa experiência autoritária. Acusado de prejudicar a greve estudantil em 1983, as entidades estudantis denunciaram a atitude do reitor em determinar a retirada de todos os cartazes que convocavam os universitários para o ato público contra as medidas da ditadura (*A Crítica*, Manaus, 19/03/1983). Em 1984, durante a mobilização pela reabertura do restaurante universitário, estudantes fecharam o trânsito nas proximidades do prédio da reitoria por cerca de duas horas. Carregaram faixas, cartazes de protesto e até um caixão, encenando o velório do estudante cuja morte foi acometida pela fome e falta de liberdade para estudar. O “laudo” prescrevia que “desde quando entrou na universidade o colega falecido já sentia fortes sinais de insatisfação intelectual e vazio no estômago” (*A Crítica*, Manaus, 29/08/1984). Com receio de retaliação, Mourão convocou o pelotão de choque da polícia militar para “garantir” sua segurança na saída do prédio. No dia seguinte, circularam panfletos pelo campus denunciando sua postura intransigente, ao negar o diálogo com os estudantes e convocar a tropa de choque para reprimi-los (*A Crítica*, Manaus, 30/08/1984).

Por outro lado, o reitor também foi influenciado pelos preceitos liberais em diversas ocasiões, permitindo as vias da negociação para eliminar a radicalização dos protestos. Na ocasião do 1º Dia Nacional de Lutas, em 19 de abril de 1977,

a primeira mobilização organizada pelos universitários após o AI-5 no campus da UA, foi elaborada uma lista de reivindicações a serem dirigidas ao reitor. O retorno foi caracterizado como acanhado e marcado pela falta de experiência de organização por parte dos manifestantes. Concentrados no campo de futebol da Faculdade de Educação Física, o estudante Rogélio Casado, nervoso, tomou a palavra e entregou a lista ao reitor que estava presente no ato. Mourão, trêmulo, aceitou e se comprometeu em receber o movimento no seu gabinete.

Outro fato envolvendo o reitor, bastante pitoresco, mas assertivo, pode nos dar pistas das forças das relações pessoais e familiares. Após a mobilização de 1977, os estudantes foram convidados para uma festa na casa da integrante do movimento, aproveitando a presença de Mourão (que também foi convidado), um estudante, bêbado, não titubeou em confrontá-lo: “E aí seu reitor filho de uma (...). Enchendo o cu de uísque, enquanto lá na Faculdade não tem biblioteca”, o que tornou explícito todos os apontamentos presentes na lista de reivindicações, conseqüentemente, o mesmo foi expulso da festa. No dia seguinte, ao ser questionado por sua atitude inesperada, retrucou aos companheiros: “Ué, vocês estão estranhando o quê? Não foi por isso que vocês fizeram aquele movimento lá?” (Duarte, 2016, p. 84).

Durante a “Greve do Bandeirão”, deflagrada pelos universitários em março de 1982, mesmo acusado de manter posturas autoritárias, permitiu as conversações diante das reivindicações de manter o preço do “bandeirão” em 20 cruzeiros e a reposição das aulas interrompidas pela greve. Não obtido consenso, o movimento se radicalizou. Perante a ameaça de reprovação em massa, decidiram por ocupar o prédio da reitoria. Alguns estudantes declararam greve de fome, outros decidiram por instalar acampamentos e pedágio em frente ao prédio. Após doze dias de greve estudantil, o reitor pôs-se novamente à mesa para negociar, encerrada através de seu voto

de minerva. Diante do empate na decisão de acatar ou não as reivindicações, votou a favor (*A Crítica*, Manaus, 23/03/1982; 26/03/1982; 30/03/1982).

Some-se a isto, o fato de que Mourão teve que conviver com a relação peculiar de conviver com uma filha militante do movimento estudantil e filiada ao Partido Comunista do Brasil (PC do B). Trata-se de Arminda Mourão, na ocasião estudante de Pedagogia e servidora da UA. Arminda declarou em entrevista que mesmo novata na militância, ganhou a eleição para a presidência da Associação dos Servidores da Universidade do Amazonas (ASSUA), não descartando a influência de seu pai no pleito. Porém, a força deste laço familiar também serviu para desmoralizar sua própria militância em circunstâncias em que se encontravam em lados opostos. Durante a plenária estudantil ocorrida no mini campus da UA, ao questionar firmemente sobre as ações da reitoria, Mourão interrompeu sua fala de forma jocosa ao dizer, “mas, minha filhinha”, com o objetivo claro de desacreditar sua liderança naquela ocasião. Outro fato narrado pela historiadora Priscila Diógenes pode nos esclarecer sobre as influências dos laços sociais nas condutas das práticas de repressão. Trata-se da ação truculenta da ditadura na chamada *Batalha da Matriz* em 1983, quando a Delegacia de Ordem e Política Social (DOPS) elaborou uma lista para divulgar na imprensa os nomes dos “subversivos” envolvidos. Surpresa por não ter encontrado seu nome, Arminda Mourão prontamente ligou para seu pai e questionou sua ausência na lista. Mourão retrucou que não deixaria ter seu nome relacionado com a “subversão”. Porém, mesmo diante de suas intervenções, não impediu que sua filha fosse acometida pela repressão, quando os jornais da cidade noticiaram o ferimento de baioneta em suas costas, denunciando ao prefeito as ações autoritárias do ato, atitude de coragem que comprovou a ação truculenta da ditadura em consonância com o mandato

do governador Gilberto Mestrinho, que negou atuação na repressão contra os estudantes (Diógenes, 2020, p. 71-72).

Diante destes fatos, é interessante notar como a passagem da dimensão individual à dimensão coletiva da cultura política nos fornece uma chave capaz de permitir compreender a coesão de grupos organizados à volta de uma cultura, neste caso a influência da cultura política brasileira durante a ditadura. Concomitantemente, também nos possibilita entender as motivações dos atos de Mourão durante as tensões ocasionadas pelas estratégias autoritárias a partir de sua referência à determinado sistema de valores e normas, por suas crenças partilhadas, por sua leitura do passado e aspirações para o futuro, além das suas representações de sociedade. Tudo isto nos permite analisar com atenção as razões de suas ações políticas nesta circunstância (Berstein, 2009, p. 362-363).

Afinal, longe de relativizar sua relação estreita com o regime, a convivência contraditória entre Mourão e os membros do movimento estudantil pode ser expressa na valorização das relações pessoais em primeiro plano, deixando para segundo lugar os compromissos políticos e afinidades ideológicas. Por outro lado, esse jogo de mútuas concessões serviu para acomodar os interesses dos grupos em disputas, num claro sinal de conciliação que visou evitar o caminho de rupturas radicais. Um jogo claro de quem estava pondo em prática as estratégias da ditadura (Motta, 2014, p. 292).


Portanto, as experiências históricas dos estudantes permanecem como atestado das perseguições do estado autoritário, razão pelo qual o monitoramento se tornou constante, independente se deixaram de estar na condição de oposição em outros movimentos sociais ou apenas se acomodaram ao regime. Neste âmbito, é preciso ainda analisar as relações entre as gerações de lideranças estudantis que se sucederam na luta contra a ditadura, com o objetivo de analisar rupturas e continuidades em suas pautas de protestos, além

dos vínculos temporais de cada conjuntura, permitindo analisar o domínio de suas estruturas mentais, com a finalidade de observar as mudanças, alterações de rumo e modificações de conteúdo, observando o processo das mutações culturais e sociais no passar das gerações (Berstein, 2003, p. 91). Sobretudo, a repressão também se consolidou no campo simbólico, impedindo os sujeitos de ascenderem socialmente ou evitando suas aprovações em concursos públicos. Porém, em determinadas ocasiões, como no processo de concursos públicos ou durante as prisões arbitrárias, sujeitos considerados "subversivos" pela ditadura foram protegidos pelas primazias de laços pessoais ou por sua competência presumida. Cabe aqui ressaltar, que na ausência destes fatores no contexto cultural estudado, o autoritarismo não hesitou em reprimi-los.

- ALBUQUERQUE, G. Amazonialismo. *In: \_\_\_\_\_*; PACHECO, A. (orgs.). *Uwakürü: Dicionário analítico*. Rio Branco: Nepan Editora, 2016.
- ALMEIDA, A. W. B. *Antropologia dos Archivos da Amazônia*. Rio de Janeiro: Casa 8 / Fundação Universidade do Amazonas, 2008.
- BENJAMIN, W. Experiência e pobreza. *In: \_\_\_\_\_*. *O anjo da história*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.
- BERSTEIN, S. A cultura política. *In: \_\_\_\_\_*; RIOUX, J; SIRINELLI, J. (orgs.). *Para uma história cultural*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.
- BERSTEIN, S. Os partidos. *In: RÉMOND, R. (org.)*. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.
- BERSTEIN, S. Culturas políticas e historiografia. *In: AZEVEDO, C. et al. (org.)*. *Cultura política, memória e historiografia*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.
- CAMARGO, A. M. A. *Os arquivos da polícia política como fonte*. Registro, Indaiatuba, n. 1, jul. 2002.
- CERTEAU, M. A história, ciência e ficção. *In: \_\_\_\_\_*. *História e psicanálise: entre ciência e ficção*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.
- CERTEAU, M. *A invenção do cotidiano: Artes de Fazer*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.
- DIÓGENES, Nilda P. L. A atuação feminina no movimento estudantil da Universidade do Amazonas (1978 – 1988). *In: SILVA, P. R. S (org.)*. *Entre vozes femininas: História Oral e memória no Amazonas contemporâneo*. Curitiba: CRV, 2020.
- DUARTE, D. *Coletânea de entrevistas: Movimento estudantil no Amazonas (1975 – 1985)*. Manaus: Instituto Durango Duarte, 2016, p. 10.
- EUA, Arquivo Nacional. Movimento Estudantil no Norte. A-9. Aerograma do Consulado Americano – Belém para o Departamento de Estado (EUA), 24 de setembro de 1965.
- FRAGA, M. C. *Estudantes, cultura e política: a experiência dos manauaras*. Manaus: Editora da Universidade do Amazonas, 1996.
- MOTTA, R. P. S. \_\_\_\_\_. *As universidades e o regime militar: Cultura política brasileira e modernização autoritária*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.



- \_\_\_\_\_. *Cultura política e ditadura: um debate teórico e historiográfico*. Tempo e Argumento, Florianópolis, v. 10, n. 23, 2018.
- MÜLLER, A. *A resistência do movimento estudantil brasileiro contra o regime ditatorial e o retorno da UNE à cena pública (1969 - 1979)*. Tese de Doutorado em História Social - FFLCH - USP; Centre d'Histoire Sociale d'XXème Siècle, Université de Paris 1 - Panthéon Sorbonne. São Paulo; Paris, 2010.
- PENNA FILHO, P. *Os arquivos do Centro de Informações do Exterior (CIEEX): O elo perdido da repressão*. Acervo, Rio de Janeiro, v. 21, n° 2, jul./dez., 2008.
- PINTO, R. F. A Amazônia de Euclides da Cunha. In: CUNHA, E. *Amazônia - Um paraíso perdido*. Manaus: Editora Valer, 2011.
- QUADRAT, S. V. Em busca dos arquivos das ditaduras do Cone Sul: desafios e perspectivas. In: ARAÚJO, M. P. et al. *Violência na história: Memória, trauma e reparação*. Rio de Janeiro: Ponteio, 2012.
- QUEIRÓS, C. A. B. "Amazônia em Armas": luta e resistência contra a ditadura militar no Amazonas. *Revista Labirinto*, v. 31, 2019.
- RODRIGUES, L. *Norte resistência: experiências estudantis, cultura política e a Ditadura militar no Amazonas (1964 - 1985)*. Dissertação de Mestrado em História PPGH/UFAM, Manaus, 2022.
- SCOTT, J. Formas cotidianas da resistência camponesa. *Raízes*. v. 21, n. 01, jan./jun., 2002.
- SCOTT, J. *A Dominação e a Arte da Resistência*. Letra Livre: Lisboa, 2013.
- SERVIÇO Nacional de Informações. Informação. Reservado, volume II, 1969.
- SERVIÇO Nacional de Informações. Informação. N° 266/DSI/MJ, 4 de janeiro de 1972.
- SERVIÇO Nacional de Informações. Informação. N° 125/116/AMA, 10 de maio de 1977.
- SERVIÇO Nacional de Informações. Informação. N° 0051/116/ASI/UA, 11 de maio de 1977.
- SERVIÇO Nacional de Informações. Informação. N° 0054/116/AMA, 12 de maio de 1977.



SERVIÇO Nacional de Informações. Informação. N° 0450/19/AC, 7 de julho de 1977.

SERVIÇO Nacional de Informações. Informação. N° 0094/119/AMA, 13 de setembro de 1979.

WILLIAMS, R. *O campo e a cidade: na história e na literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

## **Uma Igreja desafiada: a atuação das CEBs em Manaus no contexto da ditadura militar (1964-1985)**

*Andreza Michelle dos Santos Alves*

Então, aquelas pessoas que se chamavam de beatas, se preocupavam muito com orações né, e o catecismo ele era já um livrinho todo já que vinha de não sei de onde, São Paulo. Você tinha que seguir à risca aquilo, então quando a Teologia da Libertação chegou, ela chegou pra abrir a mente da pessoa, sair daquele campo fechado e partir pra lutas e dentro dessas lutas havia muitos desafios como cristão né. Até porque foi Puebla ou Medellín o primeiro conselho que teve dos bispos latino-americanos. Mas, eu acredito até que foi um desafio além do que eles imaginaram quando eles optaram pelos pobres e essa questão de libertar em todos os sentidos (Nascimento, 2017, p. 05).

O presente capítulo tem como objetivo fazer um estudo sobre a atuação das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), bem como as transformações ocorridas na Igreja Católica em Manaus, no contexto da ditadura militar (1964-1985). Buscamos observar, por meio da análise de fontes orais (Portelli, 1998) e documentais, que, nos anos de 1960, a Igreja Católica experimentou muitas transformações, tanto em sua forma de organização quanto em sua forma de fazer teologia.

Quando pensamos em caminhos, não queremos definir essas experiências a partir de pontos de partida e de chegada, isto é, como uma história linear, com sentido obrigatório ou preestabelecido (Peixoto, 1994). Mas, como aponta nosso entrevistado Carlos, o processo de constituição da Teologia da Libertação “foi um desafio além do que eles imaginaram” (Nascimento, 2017, p. 05). Na época da entrevista, Carlos Alberto Maciel do Nascimento tinha 52 anos de idade. Ele toca violão nos encontros das CEBs, sendo também animador de canto e catequista da comunidade São Francisco e das demais comunidades da Área Missionária Santa Helena, Zona Norte de Manaus. Possui experiência profissional como eletricitista, pintor letrista, encarregado de obras e auxiliar de produção.

Dessa maneira, iremos realizar um breve dimensionamento dos caminhos traçados pela Igreja Católica, principalmente, as transformações que anunciaram a constituição de uma nova Teologia libertadora na América Latina, e o aparecimentos das CEBs no Brasil. Notavelmente, fatos históricos, tais como o Concílio do Vaticano II (1962- 1965), a II Conferência Episcopal de Medellín (1968) e a III Conferência de Puebla (1979).

## **Os Caminhos para uma mudança**

No contexto dos anos de 1960, temos relatos de experiências desafiadoras no interior da Igreja Católica (Silva, 2006). Não somente a Igreja, mas o mundo inteiro passava por transformações. No campo político e econômico, o período pós 2<sup>a</sup> Guerra Mundial (1939-1945) acentuava a bipolarização entre zonas de influência capitalistas e socialistas. Movimentos de trabalhadores, de mulheres, de defesa dos direitos civis dos negros e dos indígenas emergiam em muitos países. Além disso, crescia o número de adeptos do protestantismo, e cada vez mais a Igreja Católica era apontada como uma instituição arcaica, anticientífica e alienadora (Santirocchi, 2010). Fato observado

principalmente, após o Concílio do Vaticano I (1869-1870), evento que foi promovido pelo Papa Pio IX (1846-1878), em que se defendeu a autoridade indiscutível do papa e a condenação de tudo o que não fosse de acordo com a doutrina católica. É nesse contexto que a Igreja tenta reaver a sua influência, por meio de um projeto de evangelização centralizador (Soares, 2008). Universidades, centros de estudos e revistas foram criados em vários lugares com o objetivo promover a doutrina católica no meio intelectual (Dussel, 1986).

Neste quadro, temos a criação da Revista Eclesiástica Brasileira (Petrópolis) e a fundação das Universidades Católicas de São Paulo e do Rio de Janeiro em 1947, de Porto Alegre em 1950 e de Campinas em 1956. Seguindo essa linha, foram criados grupos e associações de leigos, principalmente de jovens da classe média, com o objetivo de disseminar temáticas envolvendo a família, o trabalho e a educação, fazendo um contraponto com as ideias sobre liberdade sexual e religiosa e o progresso científico. Temos como exemplo a Ação Católica Brasileira, criada em 1935, que tinha como objetivo disseminar, por meio dos jovens, o projeto moralizador da época (Matos, 2003).

Assim, a Igreja retomava a sua influência, principalmente com o Estado brasileiro, pois por meio de sua missão evangelizadora tornava-se autoritária, legitimadora e muitas vezes omissa em relação às injustiças sociais. Leonardo Boff comenta que esse modelo de Igreja era pautado a partir das classes dominantes, “no assistencialismo e no poder hegemônico do clero” (Boff, 1986, p. 59).

No entanto, essa atmosfera de organização leiga estruturada e dependente da Igreja vai aos poucos sendo modificada e transformando-se em organizações ideologicamente “preocupadas” com as injustiças sociais, com os pobres, bem como com uma prática pastoral, mas ainda não muito disposta aos enfrentamentos políticos, sobretudo o da superação da divisão de classes na sociedade, como é o

caso dos movimentos ligados à juventude, aos trabalhadores e a educação popular.

No interior da instituição, a mudança começa com a fundação da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, a CNBB, em 1952, no Palácio de São Joaquim, na cidade do Rio de Janeiro, tendo como o primeiro presidente o Cardeal Carlos Carmelo de Vasconcelos Mota e o Secretário Geral Dom Hélder Câmara. Mas, qual é a importância desse evento para a história da Igreja do Brasil?

Nessa perspectiva, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) começa a ser pensada como uma organização colegiada, “assumindo postura diferente das lideranças católicas no contexto dos anos de 1930” (Matos, 2003, p. 156). Sobretudo, por favorecer os diálogos entre dioceses e arquidioceses a nível regional e nacional, dessa maneira, tornando-se mais próxima e ouvinte dos desafios que a Igreja encarava em cada região.

A inserção de Dom Hélder Câmara e a fundação da CNBB no Brasil são exemplos de renovação da Igreja Católica, com renovações pastorais e institucionais, tais como centros de pesquisas sociais, conferências episcopais na América Latina e órgãos confederativos (Dussel, 1986).

O Concílio do Vaticano II (1962-1965), convocado pelo Papa João XXIII (1881- 1963), foi um momento de impacto, pois trouxe uma abertura aos novos movimentos eclesiais e teológicos que cresciam nesse período. A principal influência desse concílio na vida da Igreja foi a transformação de um modelo eclesial inoperante para um acelerado e enérgico trabalho pastoral. Teve o efeito de construir um sentimento de colaboração com as ciências, principalmente as sociais, tentando buscar respostas teológicas, eclesiais e pastorais ao mundo contemporâneo. Já no plano teológico-pastoral, pôde ser notada uma maior liberdade de ação, tendo como exemplo, a mudança da língua latina para a língua nacional nas missas e cultos.

O Concílio do Vaticano II foi crucial para abrir os caminhos, mas a Conferência Episcopal Latino-Americana de Medellín (1968) é compreendida “por muitos teólogos como o momento em que se constituíram as “raízes da Teologia da Libertação” (Lamas, 2019, p. 161).

Desse modo, as conferências episcopais e Concílios da Igreja, por se tratarem de grandes eventos e com uma boa participação de religiosos e religiosas, eram oportunidades para fomentar o diálogo e as novas perspectivas teológicas que circulavam pelo mundo. Na América Latina, em meio a esse cenário de grandes transformações, crescia a ideia de uma Igreja construída e pensada a partir de um lugar social: o dos pobres.

Mas, é no Brasil, que temos notícia do aparecimento de uma nova organização de leigos: as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs)<sup>42</sup>. Então, o que representa a criação das CEBs? O documento de nº 25 da CNBB, de 1982, intitulado *Comunidades Eclesiais de Base na Igreja do Brasil*, traz algumas reflexões sobre o conceito de CEBs. Portanto, de acordo com o documento as CEBs são comunidades, pois integram famílias, jovens, adultos e crianças em um relacionamento interpessoal na fé. São eclesiais porque celebram a palavra de Deus, na caridade e na esperança, colocando essa palavra em prática e como compromisso. São de base por serem constituídas por um pequeno número de pessoas ou como uma grande célula.

Do mesmo modo, Frei Betto também traz algumas definições, sendo que para ele as CEBs são comunidades, porque reúnem pessoas que têm a mesma fé, pertencem à mesma Igreja e moram na mesma região, vivendo em comum

---

42 De acordo com Frei Betto não se tem uma confirmação da origem das primeiras comunidades eclesiais de Base no Brasil, para ele alguns estudiosos apontam que elas começaram no município de Nísia Floresta, na Arquidiocese de Natal, no Rio Grande do Norte. Para outros estudiosos da temática, elas surgiram em Volta Redonda (RJ). Mas, quanto ao período, eles observam que as primeiras CEBs surgiram na década de 1960. Cf: (Betto, 1981, p. 06).

união. São eclesiais porque estão congregadas na Igreja como núcleos básicos de evangelização. São de base, pois reúnem pessoas que trabalham com as próprias mãos.

Além dessas informações, Frei Betto também evidencia que a base e as características podem variar de acordo com o espaço geográfico, ou seja, nas periferias das grandes cidades as CEBs podem estar distribuídas em pequenos grupos de dez, vinte ou cinquenta membros, formados principalmente por donas-de-casa, operários, subempregados ou do setor de serviços.

Já na área rural temos uma organização de cem ou mais pessoas que se reúnem numa capela aos domingos para celebrar o culto, sendo formada principalmente por pequenos arrendatários, posseiros, assalariados agrícolas e peões.

Sendo assim, ao tentarmos entender o que é CEBs percebemos que os conceitos se colocam para nós mais como problemas históricos em movimento (Thompson,1981), do que como mera informação ou conjunto de significados, isto é, a organização de leigos a partir das CEBs contribuiu para transformar não só as experiências, mas a interação desses homens e mulheres com os espaços das cidades, das capelas e paróquias.

## **As linhas de Ação das Comunidades Eclesiais de Base em Manaus**

A consolidação das CEBs em Manaus, no início da década de 1980, foi permeada por transformações que impactaram a organização da Igreja Católica na cidade, tal como a vida de muitos leigos, leigas, religiosas, padres e bispos que se comprometeram com essa experiência. Mas, quando pensamos na cidade de Manaus nesse período, não podemos esquecer que ela estava inserida num contexto de repressão e desigualdades sociais. E, no contexto da ditadura militar (1964-1985), era muito

comum pensar a Região Norte a partir de dois eixos temáticos (Oliveira; Guidotti, 2000).

O primeiro eixo é a perspectiva da natureza, do vazio e dos territórios e esquecendo-se das relações sociais dos sujeitos que nela existem. Outro eixo também observado era pensar a Amazônia somente a partir dos grandes projetos e planos desenvolvimentistas e de integração nacional, que promoviam a criação de órgãos fiscalizadores tais como a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM, em 1966, e posteriormente, em 1969, o Instituto de Reforma Agrária – INCRA. A estratégia de ocupar e inserir a Região Norte em um modelo de desenvolvimento, impactou o espaço amazônico tanto rural quanto urbano, desestruturando modos de vida e saberes tradicionais (Bentes, 2014).

Posto isso, é de se observar que na região amazônica esse período foi marcado pelo genocídio de povos indígenas, expulsão de muitas famílias de suas terras pelo agronegócio e instalações de indústrias, deslocando seringueiros e camponeses que viviam da floresta e de meios alternativos para as cidades em desenvolvimento em troca de baixos salários e moradias precárias.

Nesse âmbito, em maio de 1972, a Igreja Católica, influenciada pelas ações pastorais do Concílio Vaticano II (1962- 1965) e da II Conferência de Medellín (1968), passa a ser “luz do mundo”, sensibilizando-se para a situação dessa região permeada por tantas desigualdades sociais.

Em vista disso, no ano de 1972, ocorre em Santarém, no Pará, o IV Encontro de linhas prioritárias da Pastoral na Amazônia, com as prelaças do Regional Norte 1 e 2. Neste documento, observamos as diretivas prioritárias a serem alcançadas pela Igreja Católica na região:

Atendendo a essa realidade Amazônica, com a nova consciência e atitude da Igreja universal, a partir do Vaticano II, em particular da Igreja

latino-americana, a partir de Medellín, e recolhendo a experiência e os anseios das bases, formuladas, principalmente, através dos três encontros anteriores: A igreja da Amazônia opta por quatro prioridades e por quatro séries de serviços pastorais, à luz destas duas diretrizes básicas: Encarnação da realidade e Evangelização libertadora (Cnbb, 2014, p. 14).

O documento de Santarém (1972), como ficou conhecido posteriormente, não é um documento definitivo, mas ajudou a traçar linhas prioritárias, colocando as pastorais da Igreja para se entrosar com a realidade concreta de seu povo, isto é, com as comunidades indígenas, com setores marginalizados da sociedade, como migrantes, ribeirinhos, sem-terra, crianças em situação de rua.

Tal documento nos dá dimensões das transformações concretas no seio da Igreja Católica na Amazônia, principalmente na compreensão da importância das “Comunidades Cristãs de Base”, como núcleos eclesiais de valorização e promoção humana, respeitando as particularidades de cada comunidade e de seus participantes:

A criação da comunidade Cristã de base tem que ser um dos objetivos primários da Pastoral Amazônica. Sabemos que os princípios teológicos para orientar o estabelecimento dessas comunidades são variados e devem ser interpretados de acordo com as circunstâncias de tempo e de lugar. Medellín nos dá um modelo: a) a comunidade cristã de base é o primeiro e fundamental núcleo eclesial, que deve, em seu próprio nível, responsabilizar-se pela riqueza e expansão da fé, como também pelo culto que é sua expressão. É ela, portanto, célula inicial de estruturação eclesial e foco de evangelização e atualmente fator primordial de promoção humana e de desenvolvimento (Cnbb, 2014, p. 18).

Dessa maneira, o documento evidencia o aparecimento das “Comunidades Cristãs de Base” na região amazônica, e, embora não haja uma data exata, ou em qual cidade surgiu primeiro, ele traz uma informação importante: as CEBs como prioridade da Igreja para fomentar o seu o projeto de uma evangelização libertadora.

## **As CEBs como prioridade da Igreja em Manaus**

A partir da realização de entrevistas com pessoas ligadas às CEBs, buscamos conhecer como foi o início da organização dessas comunidades na cidade e de que maneira essas experiências tornaram-se prioridades para Igreja Católica em Manaus.

Neste contexto, encontramos o Sr. Areolino Santana, um dos primeiros coordenadores das CEBs na cidade e que acompanhou esse processo. Na época da entrevista, Areolino tinha 65 anos e ainda trabalhava como analista na empresa de processamentos de dados do Amazonas – PRODAM.

Ele era coordenador da Paróquia Imaculado Coração de Maria, setor Maria Mãe da Igreja, no bairro Morro da Liberdade, zona sul da cidade. Segundo o narrador, a comunidade possui uma boa participação religiosa, com grupos de catequese e com os músicos da comunidade. Além de coordenador da comunidade, ele atua também como ministro da palavra. Areolino lembra que sua iniciação nas CEBs se deu por conta de um “encontro de casais com cristo”, para o qual foi convidado junto com sua esposa, sendo convocado depois de um ano para ser coordenador do encontro.

Segundo ele, isso gerou até algumas discussões, pois tinha gente esperando uns dez anos para ser coordenador, mas tendo em vista a sua vontade de aprender aceitou esse desafio:

Então, eu comecei a trabalhar no encontro de casais com cristo, depois fui para liturgia. E depois, como eu sou, como eu queria muito

aprender as coisas, porque muito tempo assim que eu frequentava sem entender nada da igreja. Então, eu passei a fazer muitos cursos a pedido do padre. O padre- “quando tiver uns cursos tu se escreve aí”, por isso que eu fiz um curso com o Bispo Dom Clóvis Frainer<sup>43</sup>, curso de Iniciação Cristã, e isso me ajudou bastante pra eu conhecer mais a minha igreja. E aí, depois desse curso, aí chegou um padre novo que trabalhava com as comunidades, fui chamado pelo regional da CNBB para trabalhar com as comunidades do Regional (Santana, 2017, p. 02).

Areolino iniciou seu trabalho nas CEBs um pouco mais tarde, com trinta e três anos de idade, já casado, mas isso não o impediu de ocupar espaços de liderança e coordenação na arquidiocese e nas comunidades. Segundo ele, o trabalho nas CEBs é muito bom, pois sempre alguém enxerga alguma coisa boa em sua pessoa, colocando o trabalho do leigo como essencial para a vida na Igreja, pois compartilha o trabalho que antes era só do padre.

Ele relembra que antes do aparecimento das CEBs na Amazônia, principalmente no interior e nas áreas de difícil acesso existia uma prática chamada de “desobriga”:

Porque tinha muita dependência do clero né, e o clero não é suficiente para atender aqui no nosso país. Já ouviu falar da “desobriga”? Essa questão aqui na Amazônia fica mais difícil ainda, nós éramos subjugados ao Pará<sup>44</sup>. E os padres que vinham visitar e os bispos que vinham visitar e passavam dois a três anos sem aparecer de novo, por isso que chamavam

---

43 Dom Clóvis Frainer foi arcebispo de Manaus de 1985 a 1991, faleceu no dia 04 de abril de 2017 aos 86 anos.

44 Em 16 de fevereiro de 1952, pela Bula *Ob illud* do Papa Pio XII, a Diocese do Amazonas foi elevada a Arquidiocese e sede metropolitana, passando a denominar-se Arquidiocese de Manaus.

desobriga né. Quando vinha um padre ou um bispo eles tinham que fazer tudo. Às vezes, pegava marido e mulher sem casamento e um monte de filho e aí fazia o casamento, o batismo e tudo. (risos) Aí é desobriga, desobrigava o que estava devendo para Deus, então tinha muito disso aí na Amazônia (Santana, 2017, p. 10).

A narrativa nos faz refletir sobre a atuação da Igreja Católica na Amazônia, e como a relação entre os fiéis e a instituição se modificou a partir do processo de renovação eclesial, pois antes de conhecer as CEBs e uma evangelização com perspectivas libertadoras, ir para Igreja era apenas “desobrigar” suas pendências com Deus.

A palavra “desobrigar” nos faz pensar numa dimensão de fé vazia, que subsiste apenas como cumprir com os dogmas e sacramentos da Igreja. Em vista disso, fomentar o trabalho dos leigos e romper com a prática de “desobrigação” aparece como uma das metas de ação para as Comunidades Cristãs de Base:

À luz dessas diretrizes, os bispos e sacerdotes da Amazônia procurem transformar o tipo tradicional de paróquia: a) Nos centros urbanos, de molde a não mais consistir num aglomerado de fiéis sem possibilidade de engajamento na vida eclesial, mas, sobretudo, na participação de comunidades ambientais de base, como fermento no meio da massa. E, onde for possível, tentando também organizar comunidades territoriais. b) Nas áreas rurais e interioranas, transformando as capelas de simples ponto de passagem nas “desobrigadas sacramentalistas”, em centros comunitários que sejam fermento de organização da própria comunidade para o seu desenvolvimento integral. c) Nas áreas urbanas e rurais através da descoberta do outro, da integração de mútuos esforços, chegar a uma vivência cristã que seja o fator propulsor

do desenvolvimento integral do homem como sujeito de sua promoção (Cnbb, 2014, p. 13-27).

A renovação eclesial proposta pelo Vaticano II trouxe para a Igreja o papel insubstituível do leigo, como afirma o documento de nº 25 da CNBB:

Desde seu início, as CEBs floresceram mais entre as populações simples e pobres. Várias razões estão na raiz desse fato. Em um primeiro momento, foi sobretudo, junto às populações dispersas pelo interior, que as CEBs se firmaram. A ausência de um vigário residente levou mais rápido os leigos a assumir ministérios e a colocar a força da Igreja na Comunidade de irmãos. Padres e religiosos locais passaram então, a assumir mais o papel de animadores de liderança, deixando maior espaço para os leigos (Cnbb, 1982, p. 18).

É evidenciado aqui que o papel do leigo no processo de formação das CEBs é imprescindível, mas não foi pela ausência de um sacerdote que elas surgiram, e sim pela vontade do povo em se organizar, de construir seus espaços de comunhão e oração. Pois, o povo não se organiza só pela falta de pão, pela falta do alimento, o povo se mobiliza para garantir direitos comuns e essenciais (Thompson, 1998).

Portanto, quando o documento de Santarém (1972) propõe que a Igreja supere “todo paternalismo, todo o etnocentrismo, todo modelo importado, pré-fabricado ou artificial de vida, fomentando uma decidida criatividade cultural” (Cnbb, 1982, p. 14). Ele estimula uma evangelização que valorize a fé, a missão do povo, as diferentes culturas e os modos de vida como fatores importantes para a construção de uma Igreja em comunidade, isto é, ser “fermento na massa”.

Vale assinalar aqui que, na documentação consultada, há variações quanto à nomenclatura das CEBs, ora denominadas

como Comunidades Cristãs de Base, Comunidades Ambientais de Base ou Comunidades Eclesiais de Base. O documento produzido no II Encontro Inter-Regional de Pastoral, em Manaus, em 1974, pontua essa questão:

A maioria das dioceses e prelazias da região considera as Comunidades Cristãs de Base como linha prioritária absoluta da pastoral. Alguns observam que elas já existiam antes do encontro de Santarém, embora tenham recebido dele novo impulso. Em muitos lugares, só depois de 1972 é que começaram a surgir. Embora haja uma convergência básica quanto à concepção das Comunidades Cristãs de Base, a maneira de entender sua natureza é bastante variada. Em algumas igrejas locais elas se diferenciam, quanto ao tipo: umas são ambientais, outras seguem mais o critério geográfico (Cnbb, 2014, p. 38).

Seja a comunidade que se inicia em uma área rural ou urbana, para Areolino, as CEBs nasceram antes do Concílio do Vaticano II, e foram aumentando com a força de vontade do povo em celebrar a palavra de Deus, de devoção aos Santos padroeiros e nos festejos populares. Mas, no transcórrer do diálogo, o narrador passa a evidenciar pontos muito importantes para entendermos a organização das CEBs aqui na cidade de Manaus: Diz o narrador:

Na realidade as CEBs, elas foram surgindo. Dizem que é obra do Espírito Santo né, uma aqui e outra ali e pela igreja ela foi incorporada efetivamente em 1983 na primeira APA. E nesse tempo se escolhia quatro finalidades para trabalhar, e a primeira delas foi CEBs, depois comunicação, pastoral da juventude e pastoral da família, essas quatro. Fizemos a primeira, depois passou pra segunda, depois a terceira e na quarta APA eu já estava participando efetivamente (Santana, 2017, p. 11).

De acordo com o Diretório Pastoral da Arquidiocese de Manaus, as Assembleias Pastorais Arquidiocesanas (APAs) foram iniciadas com o esforço e colaboração de todos os setores da Igreja, e passaram a elaborar o Plano Pastoral para um período de 03 a 04 anos. Por exemplo, no dia 28 de novembro de 1983, o mesmo ano de realização da I APA em Manaus, o Arcebispo Dom Milton Corrêa Pereira<sup>45</sup> emitiu uma carta-convite ou “convocação” aos presbíteros, religiosos, religiosas e leigos coordenadores de pastorais da Igreja Católica em Manaus. O objetivo da convocação era a participação em um curso sobre as CEBs. O Arcebispo inicia a carta desejando uma boa vivência no advento para todas as comunidades e pede compreensão pelo convite feito em cima da hora:

Uma vez ainda vos é feito um convite, ou melhor, uma convocação, em cima da hora. É o insistente convite para participar de um curso sobre Comunidade Eclesial de Base (CEB), de 13 a 16 de dezembro, conforme comunicação da coordenação de Pastoral Arquidiocesana. Tenho acompanhado bem o trabalho da coordenação. Sei o quanto ela tem se esforçado em preparar com urgência o calendário Pastoral de 1984, para evitar esse erro de comunicação em cima das datas das ocorrências. Acredito que saibais compreender essa falha que é normal na fase inicial de qualquer atividade comunitária. Acredito também que com essa compreensão e com empenho de todos, cada um de vós saberá adaptar seus compromissos pastorais, durante os dias de curso, à urgência da prioridade da CEB (Arquidiocese de Manaus, 2020).

---

45 Dom Milton Corrêa Pereira nasceu em 18 de maio de 1919, em Cametá (PA). Foi Bispo - Auxiliar de Belém (1962-1967) e Arcebispo de Manaus (1980-1984), faleceu aos 64 anos em Manaus (AM).

No transcorrer da carta, Dom Milton Corrêa Pereira observa que para os outros leigos, aqueles que não foram convidados haverá oportunidade de um encontro com maior amplitude, ou será formado à noite grupos para revisarem o que foi trabalhado em cada dia, mas que a urgência estava na formação dos agentes de pastorais.

Sendo assim, podemos perceber a contribuição das CEBs na própria organização da Igreja como instituição, nos temas propostos, na descentralização do trabalho nas paróquias, na delegação de responsabilidades para leigos e leigas nas comunidades.

Além disso, observamos que o trabalho dessas comunidades não é algo momentâneo, mas possui toda uma lógica de organização de pessoal, um trabalho cotidiano que vai desde encontros bíblicos nas casas dos participantes, grupos de estudos quanto a grandes intereclesiais.

## **Considerações finais**

O trabalho do historiador não é perfeito e tampouco completo, pois está permeado por limitações. Mas, apesar de todas as limitações que foram encontradas no decorrer deste trabalho de pesquisa, tais como dificuldades para acessar os arquivos, desencontros nas entrevistas e trabalhos de campo, é no trabalho do historiador que podemos reacender as “centelhas da esperança” (Benjamin, 2012, p. 244).

Nesse ponto, vamos de encontro com essa citação, pois pensamos este trabalho como uma contribuição para entendermos as memórias e resistências perpassadas pelas Comunidades Eclesiais de Base em Manaus, na década de 1980.

É em meio aos diversos contextos históricos que permearam o século XX, temos uma Igreja Católica que busca mais uma vez sua influência perdida, por meio da criação de

universidades católicas, missões internacionais e institutos de catequese.

A busca de influência empreendida por essa instituição foi de encontro com um mundo em transformação. Um mundo agora tomado pelas novas tecnologias, disputas ideológicas, teorias, movimentos sociais, novas concepções de mundo e também de fé.

E ao passo dessas mudanças, temos na renovação eclesial empreendida pelo Concílio do Vaticano II (1962-1965), uma Igreja desafiada por essas transformações. Ao mesmo tempo, temos também uma Igreja desafiadora em suas experiências, com a composição e articulação de trabalhos tanto dentro quanto fora de suas estruturas.

Como exemplo, temos o surgimento das Conferências Episcopais Latino-americanas (CELAM), tornando-se experiências da Igreja Católica, com o objetivo de ser comunicação e serviço de ação pastoral na América- Latina.

No Brasil, há também o surgimento da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) que passa a ser pensada como uma organização colegiada, favorecendo o diálogo entre as inúmeras dioceses e arquidioceses do país, cada qual com os seus desafios e particularidades.

Do mesmo modo, temos o nascimento das CEBs, passando a representar um protagonismo católico diferenciado de tempos anteriores. Um protagonismo Católico que foge do exemplo de condução única do clero, mas o exemplo do leigo na organização da Igreja, assim como na transformação social a partir dos pobres.

Nessa perspectiva, o campo teológico e tradicional da Igreja católica passa a ser fomentado por várias linhas de pensamentos, fruto dos diversos encontros e produções de relatórios episcopais que surgiram na época. Entre diversas linhas de pensamento, práticas e teorias a Teologia da Libertação conquista o seu espaço com uma proposta de pensar

e fazer teologia a partir dos pobres. Essa proposta colocou em evidência nesse meio de discussões, muitos teólogos e intelectuais que passaram a criticar o modelo de Igreja assistencialista, autoritária, omissa e mediadora de conflitos.


Sim, as experiências aqui dimensionadas trazem exemplos de renovação eclesial, com a criação de pastorais, centros de pesquisas e estudos sociais, coordenação de leigos e ministros da palavra. Contudo, evidenciamos também que essas experiências expressaram pensamentos, formas de conduzir os projetos da Igreja e posicionamentos políticos em contradição.

Em Manaus, na década de 1980, essa experiência passou a ser evidenciada por meio das fontes, sendo colocada como prioridade pela Arquidiocese de Manaus, pois as CEBs contribuíam para fomentar o seu projeto de evangelização na Região Amazônica.

Dessa forma, os leigos e leigas transformaram-se em verdadeiros agentes de evangelização, promovendo a formação de pequenos núcleos de catequese nas periferias, círculos bíblicos nas comunidades ribeirinhas, encontros e celebrações da palavra. Os Leigos, padres e religiosas tornaram-se atuantes na transformação social assumida pela Igreja.

- ARQUIDIOCESE de Manaus. *Diretório Pastoral*. Coordenação de Pastoral, Manaus, 2015.
- ARQUIDIOCESE de Manaus. *Pasta das CEBs*, Manaus, 2020.
- BENJAMIN, W. Sobre o conceito de História. In: *Magia e Técnica, Arte e Política. Ensaios sobre literatura e história da cultura*. Obras escolhidas, v. 1., 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 2012.
- BOFF, L.O.F.M. *E a Igreja se fez Povo. Eclesiogênese: a Igreja que nasce da Fé do povo*. Rio de Janeiro: Vozes, 1986.
- BETTO, F. *O que é Comunidade Eclesial de Base*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- BENTES, N. *Manaus: realidade e contrastes sociais*. 2. ed. Manaus: Editora Valer e FAPEAM, 2014.
- CNBB. Comunidades Eclesiais de Base na Igreja do Brasil. *Documentos da CNBB*, n. 25. 2. ed. Brasília: Edições Paulinas, 1982.
- CNBB. *Desafio Missionário: Documentos da Igreja na Amazônia (coletânea)*. Brasília: Edições CNBB, 2014.
- DUSSEL, E. *História da Igreja Latino-Americana (1930 - 1985)*. Caxias do Sul: Paulus, 1995.
- LAMAS, R. S. A Igreja Católica e a sua atuação política no Brasil: A oposição frente ao governo ditatorial militar ocorrida entre os anos de 1960 e 1980. *Revista Faces de Clio*, v. 5, n. 10, jul./dez. p. 159-168. 2019.
- MATOS, H. C. J. *Nossa História: 500 anos de presença da Igreja Católica no Brasil*. Tomo III. Período Republicano e atualidade. São Paulo: Paulinas, 2003.
- NASCIMENTO, C. A. M. *As comunidades Eclesiais de Base e Teologia da Libertação*. Entrevista concedida à Andreza Michelle dos Santos Alves. Manaus, gravada, 03 de junho de 2017.
- OLIVEIRA, J. A.; GUIDOTTI, H. (orgs.). *A Igreja arma sua tenda na Amazônia: 25 anos do encontro pastoral de Santarém*. Manaus: Editora da Universidade do Amazonas, 2000.
- PEIXOTO, M. R. C. *O trem da História: A Aliança PCB/CSCB/O PAIZ*, Rio de Janeiro, 1923/1924. São Paulo: Marco Zero, 1994.
- PORTELLI, A. *História oral: uma relação dialógica*. In: *História Oral como arte da escuta*. São Paulo: Letra e Voz, p. 09-25.



- 
- PORTELLI, A. *A filosofia e os fatos: narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais*. Tempo. Rio de Janeiro: FGV, 1998.
- SANTANA, A. S. *As Comunidades Eclesiais de Base e a Teologia da Libertação*. Manaus, gravada, 19 de agosto de 2017. Entrevista concedida a Andreza Michelle dos Santos Alves.
- SANTIROCCHI, Í. D. Uma questão de revisão de conceitos: Romanização, Ultramontanismo e Reforma. *In: Temporalidades*, Doutorado, v. 2, n. 2. ago./dez. p. 24-33. 2010. Disponível em: [www.fafich.ufmg.br/temporalidades](http://www.fafich.ufmg.br/temporalidades). Acesso em: 20 abr. 2023.
- SILVA, S. R. F. *Revolução e Reação interiorizados na Igreja*. Dissertação apresentada no Programa de Pós- Graduação em História da UFF, Niterói, 2006.
- SOARES, E. S. M. S. *Igreja de Manaus, porção da Igreja Universal: A diocese de Manaus vivendo a romanização (1892-1926)*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação da UFAM, Manaus, 2008.
- THOMPSON, E. P. *A miséria da Teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro, Zahar, 1981.
- THOMPSON, E. P. *Costumes em Comum: Estudos sobre a Cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.



## Sobre os autores

### **César Augusto Bubolz Queirós**

Doutor em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2012). Professor Adjunto da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), atuando tanto no Departamento de História quanto no Programa de Pós-Graduação em História. Coordenador do Laboratório de Estudos sobre História Política e do Trabalho na Amazônia (LABUHTA). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1057933239321750>; E-mail: cesardequeiros@ufam.edu.br

### **Andreza Michelle dos Santos Alves**

Licenciada em História (2018) e Mestra em História (2023) pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM) e professora da rede privada de ensino de Manaus. Foi estagiária auxiliar de pesquisa do Centro de Memória da Justiça do Trabalho da 11ª Região (AM/RR) e desenvolveu projeto de pesquisa de Iniciação Científica - PIBIC/UFAM como bolsista CNPq. Atuou como pesquisadora bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e associada no âmbito do PROCAD/CAPES (PUC- SP, UFAM e UFCG - Trabalho, Cultura e Cidade). E-mail: andrezamichellesantosalves@gmail.com

### **Camila Barbosa Monção Miranda**

Doutoranda em História Econômica pela Universidade de São Paulo, mestre em História Social pela Universidade Federal do Amazonas e graduada em História pela Universidade

Federal de Minas Gerais. Desde 2013, pesquisa diferentes aspectos do pensamento liberal, do conservadorismo, do autoritarismo e do anticomunismo no Brasil da segunda metade do século XX. Dedicou sua dissertação de mestrado à discussão do projeto de governo autoritário e das empreitadas desenvolvimentistas da ditadura militar na região amazônica. E-mail: camilabmoncao@hotmail.com

### **Carlos Eugenio Renha**

Formado em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro; Mestre em História Social pela Universidade Federal do Amazonas e Doutor em História, Política e Bens Culturais pela Fundação Getúlio Vargas. E-mail: crenha@hotmail.com

### **Eduardo Gomes da Silva Filho**

Professor na Universidade Federal de Roraima. Doutor em História Social e Política do Brasil pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Salgado de Oliveira – Universo/ Niterói-RJ. Mestre em História Social pela Universidade Federal do Amazonas – UFAM. Integrante da Rede Internacional HERMES. E-mail: eduardo.filho@ufr.br

### **Leonardo Bentes Rodrigues**

Graduado em licenciatura em História pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Especialista em Historiografia e Ensino de História e Mestre em História Social (UFAM). Foi docente do curso de Licenciatura em História pela Universidade Nilton Lins (2019 – 2023). Colaborador e membro do Instituto Humanitas da Universidade Católica de Pernambuco (IHU – UNICAP). Email: leobentesr@gmail.com

### **Pere Petit**

Doutor em História Econômica pela Universidade da São Paulo (USP), mestre em História de América Contemporânea pela





Universidad Central de Venezuela, graduação em História pela universidade de Barcelona (Catalunya). Professor Titular da Faculdade de História e do Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, UFPA. Coordenador do grupo de pesquisa do CNPq História do Tempo Presente da Amazônia. E-mail: [petitpere@hotmail.com](mailto:petitpere@hotmail.com)

### **Thiago Rocha de Queiroz**

Doutor em História pela Universidade Federal do Amazonas. Possui graduação e mestrado pela mesma Instituição. Atualmente, professor da rede municipal de educação (SEMED) e membro do LABUHTA, espaço onde desenvolve projetos relativos à Imprensa, Humor Gráfico e Ditadura Militar no Brasil. E-mail: [thiagorochahistoria@gmail.com](mailto:thiagorochahistoria@gmail.com)

### **Vinicius Alves do Amaral**

Doutor em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e Mestre em História pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Também é colaborador do site História da Ditadura. E-mail: [viniciuscarqueija@gmail.com](mailto:viniciuscarqueija@gmail.com)



**título** 60 anos do golpe de 1964: o Amazonas  
em perspectiva

**organizador** César Augusto Bubolz Queirós

**tipografias** Helvetica  
Magister

**número de páginas** 187



para conhecer mais da **editora UEA** e de nossas  
publicações, acesse o qr code abaixo



ueaeditora





*editora*  
**UEA**

**ANPUH** AM  
ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA



**INSTITUTO FEDERAL**  
Amazonas



**UEA**  
UNIVERSIDADE  
DO ESTADO DO  
AMAZONAS



**UFAM**



**MINISTÉRIO DA  
CULTURA**

**MINISTÉRIO DA  
EDUCAÇÃO**

**GOVERNO FEDERAL**  
**BRASIL**  
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO